TCEPR

SUMÁRIO

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO 1
STP - Pautas 1
STP - Atas 1
STP - Acórdãos 1
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA 1
1ªSECAM - Pautas 2
1ªSECAM - Atas 2
1ªSECAM - Acórdãos 2
SECRETARIA DA 2ª CÂMARA 19
2ªSECAM - Pautas 19
2ªSECAM - Atas 19
2ªSECAM - Acórdãos 19
ATOS DE RELATORIA 20
Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 20
Conselheiro IVAN LELIS BONILHA 20
Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL 21
Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO 21
Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES 23
Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 24
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI 25
Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA 28
Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO 29
Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA 29
Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO 29
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA 30
Conselheira Substituta MURYEL HEY 30
Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO 30
CORREGEDORIA-GERAL 30
Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar 30
OUVIDORIA DE CONTAS 30
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS 30
ATOS DIVERSOS 30
Resenhas de Distribuição 30
Editais 32
Despachos 32
Informações 34
Atos de Alerta Municipais 34
COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO 34
ATOS NORMATIVOS 35
GABINETE DA PRESIDÊNCIA 36
GP - Despachos 36
GP - Termo de Ajuste de Gestão 36
GP - Portarias 36
LICITAÇÕES E CONTRATOS 37
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2023/2024 38
Tribunal Pleno 38
Primeira Câmara 38
Segunda Câmara 38
Corregedoria-Geral 38
Ministério Público de Contas 38
Conselheiros – Diretores de Gabinete 38
Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete 38
Inspetorias de Controle Externo 38
Administrativo 38

TCEPR

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

As sessões por **videoconferência** do Tribunal Pleno serão realizadas às 14h das quartas-feiras. A parte interessada em realizar sustentação oral deverá seguir as orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>, ou peticionar requisitando o link de acesso ao Zoom, para sustentar "ao vivo".
Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas **alternadas** com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

STP - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

STP - Atas

Sem publicações

STP - Acórdãos

Sem publicações

TCEPR

SECRETARIA DA 1ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

1ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

1ªSECAM - Atas

Sem publicações

1ªSECAM - Acórdãos

PROCESSO Nº:-274674/13
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA
ENTIDADE:-EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE PARANAGUÁ S/A (EXTINTO)
INTERESSADO:-ANA PAULA RESSETTI ABUD, ANDRE AUGUSTO BRANCO, ANDREY MATHEUS BRANCO ABUD, ANTONIO CARLOS FILUCA ABUD (FALECIDO(A) EM 2021), ANTONIO FLAVIO BRANCO, BRASILIO ABUD NETO, EDISON DE OLIVEIRA KERSTEN, EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE PARANAGUÁ S/A (EXTINTO), FABIO HENRIQUE BRANCO, FLAVIA HELOISA BRANCO ABUD, JOSE BAKA FILHO, LETICIA CAROLINE BRANCO ABUD, LIDIANE CRISTINA BRANCO ABUD SILVA, LIGIA STEFANIE BRANCO ABUD CORDEIRO, LUCAS EDUARDO BRANCO ABUD, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, RAUDENIR ANDRETE DOS SANTOS, ZELINDA MENDES COSTA BRANCO
ADVOGADO / PROCURADOR:-ACRON FABIANO FERREIRA, ADALBERTO CORDEIRO ROCHA, ANDRE PORTUGAL CEZAR, CAIO ALEXANDRO LOPES KAIEL, GABRIEL FERREIRA DE CRISTO, IZABELLA FREZA NEIVA DE MACEDO, LARYSSA CECILIA BORTOLINI DUCCI, THIAGO DE ARAUJO CHAMULERA
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 1323/24 - PRIMEIRA CÂMARA

Tomada de contas ordinária. Emdepar. Exercício de 2011. Ausência de prestação de contas. Conversão em diligência interna.

I. RELATÓRIO

Trata-se de Tomada de Contas Ordinária cuja instauração foi autorizada pelo Despacho n.° 1766/13 – GP (peça 3) em face da Empresa de Desenvolvimento de Paranaguá S/A – EMDEPAR, ante a ausência de Prestação de Contas do Exercício de 2011.

Após a autuação e distribuição, foi determinada a citação do Sr. Antonio Carlos Abud, Diretor Presidente da EMDEPAR, que apresentou resposta confirmando a não apresentação da Prestação de Contas no exercício e denunciando irregularidades na entidade do período de 2005 a 2012. Asseverou que a empresa estaria sendo investigada pelo Ministério Público do Estado do Paraná (Inquérito Civil MPPR n.° 0103.13.09.0000.63-1, investigatório criminal MPPR n.° 0103.13.0000.60-9 e Inquérito Civil MPPR n.° 0103.13.000.174-8) e pela Polícia Federal (peça 10).

A Diretoria de Contas Municipais opinou pela irregularidade das contas (Instrução 3689/13, peça 11) e o Ministério Público de Contas requereu a realização de diligências ao Município e citação do Sr. José Baka Filho, Prefeito Municipal à época dos fatos, para o envio da documentação retirada da empresa e oferecimento de resposta quanto aos argumentos do Presidente da entidade (Parecer 15509/13, peça 12).

O então Relator determinou a citação do Município de Paranaguá, do Sr. Edison de Oliveira (Prefeito Municipal), e do Sr. José Baka Filho (gestor da época referenciada nos autos) - peça 13.

Realizadas as citações, não foram apresentadas respostas.

Em novo opinativo, o Ministério Público manifestou-se pela desaprovação das contas, diante do possível cometimento de atos de improbidade administrativa e crime de responsabilidade, além de remessa dos autos ao Ministério Público Estadual para a adoção de medidas pertinentes (peça 29).

Redistribuído o processo em comento por vacância (peça 30), o novo relator determinou a inclusão e citação do Sr. Raudenir Andrete dos Santos, Diretor Administrativo e Financeiro da entidade, além de renovar as intimações dos demais interessados.

O Município de Paranaguá apresentou resposta e documentos às peças 41/48. O Sr. Raudenir justificou a não apresentação das contas, além de confirmar e denunciar as irregularidades ocorridas no âmbito da empresa (peça 50) e o Sr. Edison sustentou ter apresentado a Prestação de Contas consoante os documentos de peças 52/59.

Após a dilação de prazo, o Sr. José Baka Filho ofereceu resposta à peça 70.

Instada a se manifestar, a Diretoria de Contas Municipais opinou pela irregularidade das contas (Instrução 3479/15, peça 74) e o Ministério Público de Contas pela instauração de procedimento de fiscalização e inspeção na entidade, consoante arts. 252, 255 e 259, todos do Regimento Interno (peça 76).

O colegiado da 2ª Câmara determinou o sobrestamento da presente Tomada de Contas Ordinária e a instauração de Procedimento de Fiscalização e Inspeção junto à Empresa de Desenvolvimento de Paranaguá S/A e ao Município de Paranaguá, para o fim de apurar eventuais danos ao erário em razão das omissões nas prestações de contas dos exercícios de 2006 a 2013, fosse mediante a inclusão no Plano Anual de Fiscalização deste TCE/PR ou através da instauração de procedimento de fiscalização e inspeção, na forma dos arts. 252, 255 e 259-A, do Regimento Interno desta Corte de Contas (Acórdão 2769/16, peça 79).

Na sequência, a Coordenadoria-Geral de Fiscalização sugeriu o seu envio para a Coordenadoria de Fiscalização Municipal a fim de verificar a possibilidade de inclusão no PAF/16.

A mencionada Coordenadoria, atendendo à demanda do Relator, informou a impossibilidade de compor a Prestação de Contas apenas com os dados do SIM-AM. Assim, o D. Relator determinou à CGF que instaurasse procedimento determinado pelo Acórdão 2769/16 – S2C (peça 89). Aludida unidade expôs a inviabilidade de operacionalizar a inspeção (Despacho 733/18, peça 91).

A Coordenadoria de Gestão Municipal informou a tramitação da Ação de Improbidade Administrativa n° 0017709-77.2013.8.16.0129 julgada procedente em 06/11/18, em que José Baka Filho e Antonio Carlos Abud, foram condenados solidariamente ao ressarcimento integral do dano experimentado pelo erário, no valor de R$ 502.000,00, e opinou pela irregularidade das contas, com a necessidade de restituição de valores e aplicação de multa (Instrução 4883/18, peça 93).

O Ministério Público de Contas, por meio de sua 6ª Procuradoria de Contas, discordou das ponderações da CGF e requereu o cumprimento do acórdão já proferido nos autos (Parecer 870/18-6PC).

Redistribuído o expediente (peça 95), este Relator encaminhou os autos à CGF (peça 96) que informou ter procedido às anotações necessárias para compor a matriz de risco do PAF 2020 (Despacho 601/19, peça 98).

Restou determinado, ainda, o retorno dos autos à unidade para o cumprimento dos termos do Acórdão 2769/16 (peça 99), a qual sugeriu o apensamento aos autos 274631/13 que tratam da Tomada de Contas Ordinária da EMDEPAR – exercício 2010, o que restou acolhido e realizado (peça 105).

A Diretoria do Protocolo comunicou o desapensamento dos autos (peça 108) e, diante da conclusão da fiscalização na entidade, foi determinada a juntada de cópia do aludido procedimento aos presentes autos, além da intimação dos interessados para se manifestaram quanto à documentação a ser anexada (peça 109).

Cópias do procedimento de fiscalização vieram a compor os autos às peças 110/181 e, após a Diretoria de Protocolo informar o falecimento do Sr. Antonio Carlos Filuca Abud, determinou-se que seu espólio passasse a integrar os autos (Despacho 67/22, peça 187).

O Município apresentou resposta argumentando não ter havido irregularidade por parte da atual gestão, informando que não há baixa cadastral da empresa junto ao Tribunal de Contas e requerendo envio de ofício à Receita Federal para a baixa da entidade (peça 195).

O Sr. Brasilio Abud Filho veio aos autos informar não ser herdeiro do falecido Antonio Carlos Filuca Abud (peça 200), o que motivou por parte deste Relator a determinação de novas diligências para os devidos esclarecimentos (peça 202).

O Sr. José Baka Filho compareceu aos autos para alegar a prescrição da pretensão sancionatória e ressarcitória nos presentes autos (peça 206).

Este Relator determinou a inclusão e citação dos herdeiros de Antonio Carlos Filuca Abud como interessados, bem como a exclusão de Brazilio Abud Filho do rol de interessados (peça 219).

Os herdeiros apresentaram pedido de exclusão do feito, ao argumento de que não seriam inventariantes, nem administradores da herança em questão (peça 240).

Em sua derradeira manifestação, a Coordenadoria de Gestão Municipal destacou que a EMDEPAR foi considerada extinta a partir de 16/04/20, sem prejuízo dos processos instaurados. Concluiu pela irregularidade das contas com necessidade de devolução de valores, sem a aplicação de multa em face do falecimento do gestor da entidade (Instrução 1599/23, peça 240).

A 7ª Procuradoria de Contas concordou com o citado opinativo técnico, acrescentando o pedido de deferimento inaudita altera pars de medida cautelar de indisponibilidade de bens.

Aduziu o MP:

A medida em tela é pertinente para salvaguardar o resultado útil da decisão meritória e, desta forma, a execução deste processo, bem como para evitar a dilapidação e/ou a oneração do patrimônio dos responsáveis e seus sucessores, estando fundada no art. 53, § 2.º, II, da Lei Orgânica desta Corte. O Parquet, por sua vez, também se encontra legitimado a requerê-la, com fulcro no § 3.º, IV, do referido dispositivo legal.

A plausabilidade do direito, no caso em comento, é patente, na medida em que o processo se encontra em condições de julgamento e já está lastreado de elementos de prova mais do que suficientes, incluindo o extensamente citado Relatório de Fiscalização n.º 08/20 - CAUD, no sentido de que as contas devam ser julgadas irregulares, de que são cabíveis sanções aos interessados e de que a restituição integral do prejuízo sofrido pelo erário deve ser operada por medida de lídima justiça.

Sustentou a existência de precedentes do STF no sentido de que os Tribunais de Contas podem determinar a indisponibilidade de bens de responsáveis por danos ao erário, além de citar precedente deste Tribunal (autos 743099/18).

Afirmou que o perigo da demora, além de presente, uma vez que há indefinição na representação do Espólio do Sr. Antonio Carlos Filuca Abud e haveria o iminente risco de que os bens da herança sejam destinados a terceiros, seria prescindível para a concessão da medida consoante a jurisprudência do STJ. Realçou os poderes legalmente previstos ao inventariante e o risco que isso representa à futura execução.

Destacou o princípio da suisine, a fim de conferir urgência à matéria e o fato de que a medida se destina apenas às forças da herança e não prejudicará os herdeiros.

Concluiu pela procedência desta Tomada de Contas e irregularidade das contas do exercício de 2011, com a determinação de restituição integral relativa ao dano perpetrado ao erário que deverá alcançar o Espólio do Sr. Antônio Carlos Filuca Abud, sem prejuízo da imposição inaudita altera pars de medida cautelar de indisponibilidade dos respectivos bens que o integram.

Requereu o envio de cópia do processo ao Ministério Público Estadual, consoante art. 71, X, c/c art. 75 da Constituição Federal (Parecer 491/23, 7PC, peça 262).

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO e VOTO

Conforme se verifica pelo manejo dos autos, nenhum dos documentos integrantes do rol previsto na Instrução Normativa nº 54/2011 foi enviado, configurando a completa ausência de prestação de contas.

Nessa situação, o Tribunal de Contas foi impedido de aferir corretamente a utilização e destino dado aos recursos recebidos. Não há, portanto, outra alternativa a não ser julgar as contas como irregulares, na forma do art. 16, III, a, da Lei Orgânica[1], juntamente com a determinação de ressarcimento dos valores recebidos pela entidade aos cofres do município, de acordo com o art. 85, III e IV, da mesma lei[2] .

Convém mencionar que, em razão do falecimento do gestor da entidade e responsável pelo ressarcimento dos valores, Sr. Antonio Carlos Filuca Abud, o aludido ressarcimento recairá sobre seu espólio, nos limites das forças da herança.
Na hipótese, os possíveis herdeiros foram chamados ao feito e, em que pese a noticiada indefinição quanto à representação do espólio nos autos de inventário, foi oportunizado o contraditório.
No tocante ao pedido de concessão de medida cautelar de indisponibilidade de bens, registro que esse não tem sido o procedimento adotado por essa Corte. Nos autos 389625/13, relativa ao exercício de 2012, em que houve a determinação de ressarcimento dos valores repassados, ainda que a decisão tenha sido proferida antes do falecimento do responsável, não houve a expedição de cautelar.
Ademais, a despeito da existência de previsão legal contida no art. 53 da Lei Orgânica deste Tribunal, deve-se verificar se os requisitos autorizadores da medida foram devidamente preenchidos, quais sejam, o fumus boni iuris (plausibilidade do direito invocado) e o periculum in mora.
Ainda que a plausibilidade do direito seja possível ser entendida diante da total ausência de prestação de contas e das conclusões do Relatório de Inspeção n.° 753679/21, o periculum in mora segundo o órgão ministerial seria presumido.
Não se desconhece os precedentes nesse sentido, contudo, há que se ponderar que a medida pretendida se reveste de caráter excepcional, cabível quando haja uma especial reprovabilidade na conduta dos responsáveis, nas palavras do TCU, restando imprescindível que apresente riscos significativos de desfazimento de bens de forma a prejudicar o ressarcimento aos cofres públicos (Acórdão n.° 224/15 – Plenário – TCU).
A propósito, convém reproduzir excerto do aludido precedente do Tribunal de Contas da União:
"(...)14. Nessa linha, a jurisprudência desta Corte de Contas se posiciona no sentido de que a decretação de indisponibilidade de bens dos responsáveis não necessita ser precedida de indícios concretos de dilapidação do patrimônio por parte dos responsáveis ou de qualquer outra ação tendente a inviabilizar o ressarcimento ao erário. Trata-se de procedimento consentâneo com aquele da Lei de Improbidade Administrativa e justificado por ambas se tratarem de questões de direito público.
15. Entretanto, essa mesma jurisprudência do TCU é firme no sentido de que a utilização do instituto de natureza cautelar é excepcional e somente deve ocorrer em casos específicos, no bojo dos quais estejam presentes não só indícios de prejuízos de significativa monta, mas, principalmente, quando está evidenciada uma conduta por parte dos responsáveis especialmente reprovável que apresente riscos significativos de desfazimento de bens de forma a prejudicar o ressarcimento aos cofres públicos. 16. Caso contrário, estar-se-ia permitindo a aplicação do instituto para todas as situações em que fossem instauradas tomadas de contas especiais, as quais possuem por pressuposto a existência de dano em decorrência de uma conduta ilícita por parte dos responsáveis. (...)
19. Como visto, a decretação da indisponibilidade de bens deve ser acompanhada de determinados pressupostos, de forma a ser verificado se a gravidade da conduta impugnada justifica a adoção de tal medida de exceção. (...)
24. Para essas últimas, em que a própria evidência da prática de ato ilícito ainda está cercada por um maior grau de dúvida, não vislumbro que a conduta dos gestores possua reprovabilidade suficiente para que seja decretada a indisponibilidade de seus bens. Isso porque nessa situação não se estaria a falar de dolo, fraude, simulação ou falta grave de forma a justificar a adoção da medida cautelar, que é de caráter excepcional, rememoro" (Acórdão n° 224/15 – Plenário – TCU)
Infere-se do exame da referida decisão, a necessidade de ser verificada uma conduta com alto grau de reprovabilidade para a decretação da indisponibilidade de bens, e, como menciona o art. 53 da LC 113/05, "receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação" o que não restou demonstrado nos autos.
Explico.
Na hipótese, o Parquet argumenta que a abertura da sucessão em decorrência do falecimento do responsável pelas presentes contas, da indefinição na representação do Espólio e o risco de os bens serem destinados a terceiros fomentaria a medida excepcional. Aduziu, ainda, que a possibilidade de dilapidação do eventual patrimônio do Espólio é alta e próxima, mesmo por causa dos custos envolvidos com o processo de inventário, contratação de advogados etc., que poderão decorrer às expensas do próprio Espólio e, portanto, dos próprios valores auferidos ilegalmente em prejuízo ao erário. Vale dizer, neste tocante, que o inventariante, uma vez designado, poderá, mediante oitiva de interessados e por Alvará Judicial, alienar bens de qualquer espécie, transigir em juízo ou fora dele, pagar dívidas do espólio e fazer as despesas necessárias para a conservação e o melhoramento dos bens do espólio, conforme art. 619, e seus incisos, do Código de Processo Civil.
Ocorre que a abertura da sucessão em relação ao responsável pelo ressarcimento dos valores se apresenta como fator a dificultar a disposição e oneração dos bens por ele eventualmente deixados, situação que inibe o reconhecimento de uma maior reprovabilidade de sua conduta, porquanto já falecido. Quanto aos atos a serem praticados por um futuro inventariante, nem sequer constituído nos autos de inventário, compreendo que ainda que este Tribunal impusesse a indisponibilidade dos bens, há medidas inevitáveis a serem adotadas por quem os administrará e a atuação do inventariante estará sujeita à prestação de contas, não sendo aceitável pressupor que agirá de maneira a dilapidar os bens deixados, como pretendeu o Parquet.
Ademais, há que se atentar para o fato de que haverá a oportunidade de habilitação dos créditos em face do espólio, ocasião em que, se o ressarcimento aqui determinado estiver plenamente constituído, poderá e deverá assim ser habilitado. Aliás, conforme informou o D. Ministério Público de Contas nos autos 274631-1/13, Parecer 951/23-7PC, o Juízo do Inventário estabeleceu a ordem a ser seguida, indeferindo pedido dos Municípios de Paranaguá e Matinhos que requereram habilitação dos autos visando a habilitação de crédito, por entender que não seria o momento para isso.[3]
Por essas razões, deixo de acolher a medida extrema de indisponibilidade de bens, sem prejuízo de que seja expedido ofício ao Juízo do Inventário com comunicação da presente decisão, na qual é imputada ao Sr. Antonio Carlos Filuca Abud, neste ato representado por seu Espólio, o ressarcimento aos cofres do Município de Paranaguá da quantia de R$ 6.563.643,90 (seis milhões, quinhentos e sessenta e três mil, seiscentos e quarenta e três reais e noventa centavos), a serem corrigidos.
Ante o exposto, acompanho os opinativos técnico e parcialmente o ministerial e VOTO pela irregularidade das contas ordinariamente tomadas da Empresa de Desenvolvimento de Paranaguá relativas ao exercício financeiro de 2011, em razão da omissão no dever de prestar contas, nos termos do art. 16, III, a, da Lei Complementar n.° 113/05, com as seguintes medidas:
a) ao gestor das contas, senhor Antonio Carlos Filuca Abud, aqui representado por seus possíveis herdeiros, a determinação de ressarcimento aos cofres do município de Paranaguá do valor de R$ 6.563.643,90 (seis milhões, quinhentos e sessenta e três mil, seiscentos e quarenta e três reais e noventa centavos) conforme dados extraídos do SIM-AM (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal), devidamente atualizados, nos termos do art. 85, III e IV, da Lei Complementar n.° 113/05.
b) encaminhamento de cópia dos presentes autos ao Ministério Público do Estado do Paraná para as providências cabíveis.
c) encaminhamento de ofício ao Juízo do Inventário com comunicação da presente decisão, na qual é imputada ao Sr. Antonio Carlos Filuca Abud, neste ato representado por seu Espólio, o ressarcimento aos cofres do Município de Paranaguá da quantia de R$ 6.563.643,90 (seis milhões, quinhentos e sessenta e três mil, seiscentos e quarenta e três reais e noventa centavos), a serem corrigidos.
Transitada em julgado a decisão e procedidas as devidas anotações, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro e acompanhamento da execução da decisão.
III. VOTO DIVERGENTE (Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva)
Trata-se de Tomada de Contas Ordinária instaurada a pedido da Diretoria de Contas Municipais (DCM) em razão da omissão do dever de prestar contas por parte da EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE PARANAGUÁ S.A. (EMDEPAR) do exercício de 2011.
Expedida citação a Antônio Carlos Abud que, do que se extrai da peça 4, constava como o responsável pela entidade nos cadastros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o interessado apresentou manifestação dentro do prazo legal, em peça 10, alegando que não era mais, desde 31/12/2012, Presidente da EMDEPAR.
Em suas razões de contraditório, o ex-administrador argumentou que:
a) a sociedade de economia mista foi utilizada para cometer irregularidades e ilegalidades por José Baka Filho, Prefeito de Paranaguá, destinadas a atender despesas da prefeitura;
b) as irregularidades teriam ocorrido entre 2005 e 2012, e não puderam ser apresentadas nas contas anuais do exercício de 2012 em razão do encerramento do mandato do ex-administrador peticionante;
c) todos os documentos da empresa foram retirados da sede e levados à prefeitura; e
d) a EMDEPAR está sendo investigada pelo Ministério Público do Estado do Paraná em inquéritos civis, procedimentos criminais e inquérito da Polícia Federal, e para esses órgãos foram entregues documentos originais da empresa.
Após extensa instrução, que se alongou por cerca de 10 (dez) anos, o relator, Conselheiro Durval Amaral, apresentou voto pelo julgamento das contas da EMDEPAR como irregulares e a atribuição de responsabilidade ao gestor das contas Antonio Carlos Filuca Abud, bem como a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Paraná para as providências cabíveis.
Em que pese a conclusão do relator, divirjo, uma vez que não foi apreciada a circunstância de que o município de Paranaguá tem os deveres e responsabilidades de acionista controlador da sociedade de economia mista em questão, na forma do art. 238 da Lei 6.404/76, tendo ainda o endosso legal de que deve orientar as atividades de modo que atendam ao interesse público que justificou a sua criação.
Nesses termos, deveria ter sido apreciada a responsabilidade solidária ou subsidiária do ente municipal e do chefe do poder executivo municipal pelos danos causados com abuso de poder, na forma do art. 117 da Lei 6.404/76.
Além disso, desde a Instrução 3689/13 (peça 11), constou a informação de que a EMDEPAR é uma empresa estatal dependente conforme o art. 2º, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar 101/00, situação que a torna integrante das demonstrações contábeis do município de Paranaguá, na forma do art. 50, III, da LRF.
Entretanto, não foi esclarecido se as contas da EMDEPAR estavam ou não supridas pela prestação de contas anual do poder executivo do município de Paranaguá, e se a omissão do dever de prestar contas deve repercutir em responsabilidade do chefe do poder executivo municipal.
Os argumentos de defesa trazidos pelo ex-administrador da EMDEPAR em peça 10 já indicavam que a corresponsabilidade do chefe do poder executivo municipal deveria integrar o julgamento das contas em exame.
A despeito disso, ao longo da instrução, a matéria deixou de ser examinada, razão pela qual concluo que o processo não pode ser julgado, diante da deficiente instrução, devendo ser convertido em diligência.
VOTO (Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva)
Nos termos da fundamentação, VOTO para que o processo seja convertido em diligência a fim de que a unidade técnica e o Ministério Público de Contas apreciem:
a) a responsabilidade solidária ou subsidiária do acionista controlador e do chefe do poder executivo municipal pela omissão do dever de prestar contas e pelos danos ao erário; b) a responsabilidade do acionista controlador e do chefe do poder executivo municipal quanto à adequação das atividades da sociedade de economia mista ao interesse público que justificou a sua criação; e c) se houve a a integração das contas da EMDEPAR às demonstrações contábeis do município de Paranaguá, na forma do art. 50, III, da LRF, e se a circunstância resulta em julgamento das contas irregulares do chefe do poder executivo municipal, com sua responsabilização solidária ou subsidiária.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto divergente do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, por maioria absoluta, em:
Converter o julgamento do feito em diligência interna a fim de que a Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM e o Ministério Público de Contas apreciem:
a) a responsabilidade solidária ou subsidiária do acionista controlador e do chefe do poder executivo municipal pela omissão do dever de prestar contas e pelos danos ao erário;
b) a responsabilidade do acionista controlador e do chefe do poder executivo municipal quanto à adequação das atividades da sociedade de economia mista ao interesse público que justificou a sua criação; e
c) se houve a integração das contas da EMDEPAR às demonstrações contábeis do município de Paranaguá, na forma do art. 50, III, da LRF, e se a circunstância resulta

em julgamento das contas irregulares do chefe do poder executivo municipal, com sua responsabilização solidária ou subsidiária.
Votaram, nos termos acima, o Conselheiro e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e o Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO. (voto vencedor)
O Conselheiro relator, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, votou pela irregularidade das contas, restituição de valores e determinações. (voto vencido)
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 16 de maio de 2024 – Sessão Virtual nº 7.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro no exercício da Presidência

_____

__1__. Art. 16. As contas serão julgadas: [...] III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências: a) omissão no dever de prestar contas;
__2__. Art. 85. O Tribunal de Contas, em todo e qualquer processo administrativo de sua competência em que constatar irregularidades poderá, observado o devido processo legal, aplicar as seguintes sanções e medidas: [...] IV – restituição de valores;
__3__. Consoante se observa da análise do processo acima mencionado (mov. 177.1), os Municípios de Paranaguá e Matinhos requereram habilitação nos autos, juntamente com pedido de habilitação de crédito, sendo que o Município de Matinhos/PR informou que o espólio é devedor do débito fiscal de R$ 11.577.652,65 (onze milhões quinhentos e setenta e sete mil seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos) e de honorários advocatícios de R$ 1.106.708,55 (um milhão cento e seis mil setecentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos).
No entanto, tal pleito foi negado pelo D. Magistrado, uma vez que "o pedido de pagamento de dívida é cabível na fase final do inventário, antes da partilha. E, no caso dos autos, sequer houve nomeação de inventariante até o momento." Diante disso, determinou o D. Juizo que "após a apresentação das primeiras declarações, manifestações dos herdeiros e do Ministério Público, caso algum credor se sinta preterido, poderá formular o pedido de pagamento de dívidas pela via adequada, ou seja, em autos em apenso, distribuídos por dependência" (mov. 177.1 dos autos nº. 0003713-31.2021.8.16.0129, decisão proferida em 25/11/2022). (Parecer 951/23-7PC).

PROCESSO Nº:-650890/14
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA
ENTIDADE:-EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE PARANAGUÁ S/A (EXTINTO)
INTERESSADO:-ANA PAULA RESSETTI ABUD, ANDRE AUGUSTO BRANCO, ANDREY MATHEUS BRANCO ABUD, ANTONIO CARLOS FILUCA ABUD (FALECIDO(A) EM 2021), ANTONIO FLAVIO BRANCO, BRASILIO ABUD NETO, BRAZILIO ABUD FILHO, EDISON DE OLIVEIRA KERSTEN, FABIO HENRIQUE BRANCO, FLAVIA HELOISA BRANCO ABUD, JOSE BAKA FILHO, LETICIA CAROLINE BRANCO ABUD, LIDIANE CRISTINA BRANCO ABUD SILVA, LIGIA STEFANIE BRANCO ABUD CORDEIRO, LUCAS EDUARDO BRANCO ABUD, ZELINDA MENDES COSTA BRANCO
ADVOGADO / PROCURADOR:-ACRON FABIANO FERREIRA, ADALBERTO CORDEIRO ROCHA, EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA, LUCIANO ELIAS REIS, RAFAEL KNORR LIPPMANN
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 1324/24 - PRIMEIRA CÂMARA

Tomada de contas ordinária. Emdepar. Exercício de 2013. Ausência de prestação de contas. Conversão do feito em diligência interna.

I. RELATÓRIO

Versa o presente processo sobre Tomada de Contas Ordinária instaurada diante da não apresentação de prestação de contas pela Empresa de Desenvolvimento de Paranaguá - EMDEPAR, referentes ao exercício financeiro de 2013.
O expediente foi instaurado por solicitação da antiga Diretoria de Contas Municipais, que em verificação preliminar apontou para o não atendimento das prescrições do Regimento Interno por parte da entidade.
Oportunizado contraditório, os senhores Sebastião Moura Correia de Freitas (Diretor-Presidente da EMDEPAR a partir de 28/02/2014), José Baka Filho (Prefeito de Paranaguá durante a gestão 2009-2012) e Edison de Oliveira Kersten (Prefeito a partir de 02/07/2013 até 31/12/2016) apresentaram defesa e juntaram documentos.
O senhor Antonio Carlos Filuca Abud, gestor responsável - Diretor-Presidente da EMDEPAR em 2013, nada declarou.
Em nova análise, a então Coordenadoria de Fiscalização Municipal e a Coordenadoria de Gestão Municipal observaram que os documentos trazidos não constituem prestação de contas de acordo com a Instrução Normativa n.º 54/2011 desta Corte, consistindo apenas em uma tentativa de justificar sua ausência. Apontaram que não foi esclarecido o motivo da impossibilidade de envio da documentação e que apesar da informação do senhor Sebastião Moura Correia de Freitas no sentido de que não teria havido movimentação financeira e contábil no período, foi constatado junto ao SIM-AM-Interferências Financeiras que a EMDEPAR recebeu R$ 501.264,07 do Município de Paranaguá em 18/11/2013.
Destacaram também que o fato de a empresa ter sido extinta em 2018 não interfere na apreciação e julgamento da questão versada nestes autos, dado que a extinção/baixa cadastral da entidade produz efeitos a partir da data de sua finalização, não alcançando os feitos anteriormente em curso e relacionados a exercícios precedentes.
Desse modo, concluiu-se pela irregularidade das contas com sugestão de aplicação de multa administrativa ao senhor Sebastião Moura, encarregado do encaminhamento dos documentos da entidade concernentes ao exercício de 2013, cujo prazo se encerrou em 30/04/2014, nos termos do art. 87, III, a, da Lei Orgânica deste Tribunal, e ao senhor Antonio Carlos Abud, gestor das contas, nos termos do art. 87, § 4º, da Lei Orgânica, aliada à determinação de restituição ao erário (peças n.ºs 65, 76 e 80).
O Ministério Público de Contas corroborou o posicionamento da unidade técnica (peças n.ºs 77 e 81).
Submetido à julgamento, por maioria de votos, o colegiado decidiu pela retirada de pauta dos autos para a citação do espólio do Sr. Antonio Carlos Abud, consoante notícia de sua morte, veiculada na página oficial da Câmara Municipal de Paranaguá (Acórdão 2477/21 – S1C).
Determinada a citação do aludido espólio (Despacho 1261/21, peça 90), foi incluído ao feito e citado o Sr. Brazilio Abud Filho, herdeiro (irmão) do Sr. Antonio Carlos Abud (Informação 7784/21, peça 93).
Decorrido o prazo in albis para a resposta, a DP informou ter localizado os autos n.°s 0003713- 31.2021.8.16.0129 em trâmite perante a Vara de Família e Sucessões de Paranaguá, encontrando-se, porém, sob segredo de justiça, bem como foi autorizada a oficiar ao juízo buscando informações sobre os herdeiros e inventariante, além de comunicar aquele juízo acerca do presente feito (Despacho 262/22).
Após resposta, foi determinada a citação dos herdeiros que peticionaram aduzindo que o espólio do de cujus não estaria sob as suas representações e que os autos de inventário não possuiria inventariante. Buscam se eximir de quaisquer dívidas ou prestações de contas e afirmam que tramita a abertura do testamento do falecido em que consta cláusula de deserdação de todos os herdeiros. Indicam que o irmão do falecido, Sr. Antonio Carlos Filuca Abud seria o administrador provisório e que o testamento deixado o constituiu, juntamente com a Sra. Ana Paula Ressetti Abud, herdeira testamentária. Afirmam que não tiveram acesso e conhecimento a respeito da documentação de que serviu o de cujus na administração da empresa EMDEPAR, o que prejudicaria o exercício de eventual defesa e tornando impossível a legitimidade passiva nestes autos (peça 151).
A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM se manifestou pela necessidade de se aguardar a conclusão do processo de sucessão no caso de mantido entendimento pela restituição de valores, mantendo, contudo, o opinativo de irregularidade das contas, com devolução de valores e não aplicação da penalidade tendo em vista o falecimento do gestor responsável pela entidade (Instrução 1632/23, peça 169).
O Ministério Público de Contas, opinou pela irregularidade das contas, com determinação de ressarcimento de valores pelo Espólio do Sr. Antonio Carlos Filuca Abud, aplicação de multa ao Sr. Sebastião Moura Correia de Freitas, em face do não encaminhamento das contas, além de expedição de medida cautelar de indisponibilidade dos bens do aludido Espólio, nos termos do Parecer 491/23-7PC, emitido em situação análoga, nos autos 274674/13 (Parecer 827/23, peça 170).
É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO e VOTO

Conforme se verifica pelo manejo dos autos, nenhum dos documentos integrantes do rol previsto na Instrução Normativa n.º 54/2011 foi enviado, configurando a completa ausência de prestação de contas.
Nessa situação, o Tribunal de Contas foi impedido de aferir corretamente a utilização e destino dado aos recursos recebidos. Não há, portanto, outra alternativa a não ser julgar as contas como irregulares, na forma do art. 16, III, a, da Lei Orgânica[1], juntamente com a determinação de ressarcimento dos valores recebidos pela entidade aos cofres do município, de acordo com o art. 85, III e IV, da mesma lei[2] .
Convém mencionar que, em razão do falecimento do gestor da entidade e responsável pelo ressarcimento dos valores, Sr. Antonio Carlos Filuca Abud, o aludido ressarcimento recairá sobre seu espólio, nos limites das forças da herança.
Na hipótese, os possíveis herdeiros foram chamados ao feito e, em que pese a noticiada indefinição quanto à representação do espólio nos autos de inventário, foi oportunizado o contraditório.
No tocante ao pedido de concessão de medida cautelar de indisponibilidade de bens, registro que esse não tem sido o procedimento adotado por essa Corte. Nos autos 389625/13, relativa ao exercício de 2012, em que houve a determinação de ressarcimento dos valores repassados, ainda que a decisão tenha sido proferida antes do falecimento do responsável, não houve a expedição de cautelar.
Ademais, a despeito da existência de previsão legal contida no art. 53 da Lei Orgânica deste Tribunal, deve-se verificar se os requisitos autorizadores da medida foram devidamente preenchidos, quais sejam, o fumus boni iuris (plausibilidade do direito invocado) e o periculum in mora.
Ainda que a plausibilidade do direito seja possível ser entendida diante da total ausência de prestação de contas e das conclusões do Relatório de Inspeção n.° 753679/21, o periculum in mora segundo o órgão ministerial seria presumido.
Não se desconhece os precedentes nesse sentido, contudo, há que se ponderar que a medida pretendida se reveste de caráter excepcional, cabível quando haja uma especial reprovabilidade na conduta dos responsáveis, nas palavras do TCU, restando imprescindível que apresente riscos significativos de desfazimento de bens de forma a prejudicar o ressarcimento aos cofres públicos (Acórdão n° 224/15 – Plenário – TCU).
A propósito, convém reproduzir excerto do aludido precedente do Tribunal de Contas da União:
"(...)14. Nessa linha, a jurisprudência desta Corte de Contas se posiciona no sentido de que a decretação de indisponibilidade de bens dos responsáveis não necessita ser precedida de indícios concretos de dilapidação do patrimônio por parte dos responsáveis ou de qualquer outra ação tendente a inviabilizar o ressarcimento ao erário. Trata-se de procedimento consentâneo com aquele da Lei de Improbidade Administrativa e justificado por ambas se tratarem de questões de direito público.
15. Entretanto, essa mesma jurisprudência do TCU é firme no sentido de que a utilização do instituto de natureza cautelar é excepcional e somente deve ocorrer em casos específicos, no bojo dos quais estejam presentes não só indícios de prejuízos de significativa monta, mas, principalmente, quando está evidenciada uma conduta por parte dos responsáveis especialmente reprovável que apresente riscos significativos de desfazimento de bens de forma a prejudicar o ressarcimento aos cofres públicos.
16. Caso contrário, estar-se-ia permitindo a aplicação do instituto para todas as situações em que fossem instauradas tomadas de contas especiais, as quais possuem por pressuposto a existência de dano em decorrência de uma conduta ilícita por parte dos responsáveis. (...)
19. Como visto, a decretação da indisponibilidade de bens deve ser acompanhada de determinados pressupostos, de forma a ser verificado se a gravidade da conduta impugnada justifica a adoção de tal medida de exceção. (...)
24. Para essas últimas, em que a própria evidência da prática de ato ilícito ainda está cercada por um maior grau de dúvida, não vislumbro que a conduta dos gestores possua reprovabilidade suficiente para que seja decretada a indisponibilidade de seus bens. Isso porque nessa situação não se estaria a falar de dolo, fraude, simulação ou falta grave de forma a justificar a adoção da medida cautelar, que é de caráter excepcional, rememoro" (Acórdão n° 224/15 – Plenário – TCU)
Infere-se do exame da referida decisão, a necessidade de ser verificada uma conduta com alto grau de reprovabilidade para a decretação da indisponibilidade de bens, e, como menciona o art. 53 da LC 113/05, "receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação" o que não restou demonstrado nos autos.
Explico.
Na hipótese, o Parquet argumenta que a abertura da sucessão em decorrência do falecimento do responsável pelas presentes contas, da indefinição na representação do Espólio e o risco de os bens serem destinados a terceiros fomentaria a medida excepcional. Aduziu, ainda, que a possibilidade de dilapidação do eventual patrimônio do Espólio é alta e próxima, mesmo por causa dos custos envolvidos com o processo

de inventário, contratação de advogados etc., que poderão decorrer às expensas do próprio Espólio e, portanto, dos próprios valores auferidos ilegalmente em prejuízo ao erário. Vale dizer, neste tocante, que o inventariante, uma vez designado, poderá, mediante oitiva de interessados e por Alvará Judicial, alienar bens de qualquer espécie, transigir em juízo ou fora dele, pagar dívidas do espólio e fazer as despesas necessárias para a conservação e o melhoramento dos bens do espólio, conforme art. 619, e seus incisos, do Código de Processo Civil.

Ocorre que a abertura da sucessão em relação ao responsável pelo ressarcimento dos valores se apresenta como fator a dificultar a disposição e oneração dos bens por ele eventualmente deixados, situação que inibe o reconhecimento de uma maior reprovabilidade de sua conduta, porquanto já falecido. Quanto aos atos a serem praticados por um futuro inventariante, nem sequer constituído nos autos de inventário, compreendo que ainda que este Tribunal impusesse a indisponibilidade dos bens, há medidas inevitáveis a serem adotadas por quem os administrará e a atuação do inventariante estará sujeita à prestação de contas, não sendo aceitável pressupor que agirá de maneira a dilapidar os bens deixado como pretendeu o Parquet.

Ademais, há que se atentar para o fato de que haverá a oportunidade de habilitação dos créditos em face do espólio, ocasião em que, se o ressarcimento aqui determinado estiver plenamente constituído, poderá e deverá assim ser habilitado. Aliás, conforme informou o D. Ministério Público de Contas nos autos 274631-1/13, Parecer 951/23-7PC, o Juízo do Inventário estabeleceu a ordem a ser seguida, indeferindo pedido dos Municípios de Paranaguá e Matinhos que requereram habilitação dos autos visando a habilitação de crédito, por entender que não seria o momento para isso.[3]

Por essas razões, deixo de acolher a medida extrema de indisponibilidade de bens, sem prejuízo de que seja expedido ofício ao Juízo do Inventário com comunicação da presente decisão, na qual é imputada ao Sr. Antonio Carlos Filuca Abud, neste ato representado por seu Espólio, o ressarcimento aos cofres do Município de Paranaguá da quantia de R$ 501.264,07 (quinhentos e um mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sete centavos), a serem corrigidos.

Por fim, ainda que não seja devida a aplicação de multa ao gestor falecido, necessária a imputação de multa ao gestor encarregado da entrega da prestação de contas, senhor Sebastião Moura Correia de Freitas, nos termos do art. 87, III, a, da Lei Complementar n.° 113/05, porquanto deixou de apresentar as contas perante esta Corte.

Ante o exposto, acompanho parcialmente os opinativos técnico e ministerial e VOTO pela irregularidade das contas ordinariamente tomadas da Empresa de Desenvolvimento de Paranaguá relativas ao exercício financeiro de 2013, em razão da omissão no dever de prestar contas, nos termos do art. 16, III, a, da Lei Complementar n° 113/05, com as seguintes medidas:

d) ao gestor das contas, senhor Antonio Carlos Filuca Abud, aqui representado por seus possíveis herdeiros, a determinação de ressarcimento aos cofres do município de Paranaguá do valor de R$ 501.264,07 (quinhentos e um mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sete centavos), conforme dados extraídos do SIM-AM (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal), devidamente atualizados, nos termos do art. 85, III e IV, da Lei Complementar n° 113/05.

e) ao gestor encarregado da entrega da prestação de contas, senhor Sebastião Moura Correia de Freitas, aplicação de 1 multa nos termos do art. 87, III, a, da Lei Complementar n° 113/05.

f) encaminhamento de cópia dos presentes autos ao Ministério Público do Estado do Paraná para as providências cabíveis.

g) encaminhamento de cópia dos presentes autos ao Juízo do Inventário com comunicação da presente decisão, na qual é imputada ao Sr. Antonio Carlos Filuca Abud, neste ato representado por seu Espólio, o ressarcimento aos cofres do Município de Paranaguá da quantia de R$ 501.264,07 (quinhentos e um mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sete centavos) a serem corrigidos.

Transitada em julgado a decisão e procedidas as devidas anotações, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro e acompanhamento da execução da decisão.

III. VOTO DIVERGENTE (Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva)

Trata-se de Tomada de Contas Ordinária instaurada a pedido da Diretoria de Contas Municipais (DCM) em razão da omissão do dever de prestar contas por parte da EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE PARANAGUÁ S/A (EMDEPAR) do exercício de 2013.

Expedida citação à EMDEPAR e ao gestor Antônio Carlos Abud, a sociedade de economia mista apresentou, como razões de contraditório, a informação de que não houve atividade da companhia no exercício de 2013. O gestor Antônio Carlos Abud não se manifestou.

Em Instrução 1949/15 – DCM (peça 19), a unidade técnica afirma ter identificado a ocorrência de transferência de recursos entre o município de Paranaguá e a EMDEPAR no exercício de 2013 no valor de R$ 501.264,07, circunstância que lança dúvidas sobre a alegação da EMDEPAR de que não houve atividade da companhia no exercício anual e torna juridicamente relevante o seu dever de prestar contas quanto à aplicação dos recursos.

Além disso, a unidade técnica ressaltou que a EMDEPAR é uma empresa estatal dependente, nos termos do art. 2º, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar 101/00.

Após extensa instrução, que se alongou por cerca de 10 (dez) anos, o relator, Conselheiro Durval Amaral, apresentou voto pelo julgamento das contas da EMDEPAR como irregulares e a atribuição de responsabilidade ao gestor das contas Antônio Carlos Filuca Abud, bem como a remessa dos autos ao Ministério Público do Estado do Paraná para as providências cabíveis.

Ainda, aplicou multa ao gestor Sebastião Moura Correia de Freitas, que não foi gestor no exercício de 2013, mas, por ter sido eleito para a administração da companhia a partir de 2014, teria a atribuição de entregar a prestação de contas.

Em que pese a conclusão do relator, divirjo, uma vez que não foi apreciada a circunstância de que o município de Paranaguá tem os deveres e responsabilidades de acionista controlador da sociedade de economia mista em questão, na forma do art. 238 da Lei 6.404/76, tendo ainda o endosso legal de que deve orientar as atividades da empresa de modo que atendam ao interesse público que justificou a sua criação.

Nesses termos, deveria ter sido apreciada a responsabilidade solidária ou subsidiária do ente municipal e do chefe do poder executivo municipal pelos danos causados com abuso de poder, na forma do art. 117 da Lei 6.404/76.

Além disso, a EMDEPAR é uma empresa estatal dependente, situação que a torna integrante das demonstrações contábeis do município de Paranaguá, na forma do art. 50, III, da LRF.

Entretanto, não foi esclarecido se as contas da EMDEPAR estavam ou não supridas pela prestação de contas anual do poder executivo do município de Paranaguá do exercício de 2013, e se a omissão do dever de prestar contas deve repercutir em responsabilidade do chefe do poder executivo municipal.

Ao longo da instrução, a matéria da responsabilidade solidária ou subsidiária do ente municipal e do chefe do poder executivo municipal deixou de ser examinada, razão pela qual concluo que o processo não pode ser julgado, diante da deficiente instrução, devendo ser convertido em diligência.

VOTO (Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva)

Nos termos da fundamentação, VOTO para que o processo seja convertido em diligência a fim de que a unidade técnica e o Ministério Público de Contas apreciem:

a) a responsabilidade solidária ou subsidiária do acionista controlador e do chefe do poder executivo municipal pela omissão do dever de prestar contas e pelos danos ao erário; b) a responsabilidade do acionista controlador e do chefe do poder executivo municipal quanto à adequação das atividades da sociedade de economia mista ao interesse público que justificou a sua criação; e c) se houve a integração das contas da EMDEPAR às demonstrações contábeis do município de Paranaguá, na forma do art. 50, III, da LRF, e se a circunstância resulta em julgamento das contas irregulares do chefe do poder executivo municipal, com sua responsabilização solidária ou subsidiária.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto divergente do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, por maioria absoluta, em:

Converter o julgamento do feito em diligência interna a fim de que a Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM e o Ministério Público de Contas apreciem:

a) a responsabilidade solidária ou subsidiária do acionista controlador e do chefe do poder executivo municipal pela omissão do dever de prestar contas e pelos danos ao erário;

b) a responsabilidade do acionista controlador e do chefe do poder executivo municipal quanto à adequação das atividades da sociedade de economia mista ao interesse público que justificou a sua criação; e

c) se houve a integração das contas da EMDEPAR às demonstrações contábeis do município de Paranaguá, na forma do art. 50, III, da LRF, e se a circunstância resulta em julgamento das contas irregulares do chefe do poder executivo municipal, com sua responsabilização solidária ou subsidiária.

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e o Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO. (voto vencedor)

O Conselheiro relator, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, votou pela irregularidade das contas, restituição de valores e determinações. (voto vencido)

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 16 de maio de 2024 – Sessão Virtual nº 7.

JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL

Conselheiro no exercício da Presidência

_____

1. *Art. 16. As contas serão julgadas: [...] III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências: a) omissão no dever de prestar contas;*

2. *Art. 85. O Tribunal de Contas, em todo e qualquer processo administrativo de sua competência em que constatar irregularidades poderá, observado o devido processo legal, aplicar as seguintes sanções e medidas: [...] IV – restituição de valores;*

3. *Consoante se observa da análise do processo acima mencionado (mov. 177.1), os Municípios de Paranaguá e Matinhos requereram habilitação nos autos, juntamente com pedido de habilitação de crédito, sendo que o Município de Matinhos/PR informou que o espólio é devedor do débito fiscal de R$ 11.577.652,65 (onze milhões quinhentos e setenta e sete mil seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos) e de honorários advocatícios de R$ 1.106.708,55 (um milhão cento e seis mil setecentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos).*

No entanto, tal pleito foi negado pelo D. Magistrado, uma vez que "o pedido de pagamento de dívida é cabível na fase final do inventário, antes da partilha. E, no caso dos autos, sequer houve nomeação de inventariante até o momento." Diante disso, determinou o D. Juizo que "após a apresentação das primeiras declarações, manifestações dos herdeiros e do Ministério Público, caso algum credor se sinta preterido, poderá formular o pedido de pagamento de dívidas pela via adequada, ou seja, em autos em apenso, distribuídos por dependência" (mov. 177.1 dos autos nº. 0003713-31.2021.8.16.0129, decisão proferida em 25/11/2022). (Parecer 951/23-7PC).

PROCESSO Nº:-704712/20
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
INTERESSADO:-ADRIANA DE FATIMA THOMAS DA CRUZ, AIRTON ANTONIO COPATTI, ALCIR MARTINS VIANNA JUNIOR, CLADEMIR JOSE MARTINS, ELAINE TEREZINHA BRUXEL, ELIZABETH MARIA BERTE BRUXEL, EVANDRO MIGUEL GRADE, GERSON DENILSON COLODEL, JORGE ALTAIR DA CRUZ (FALECIDO(A) EM 2020), JOSE JUCA NUNES DE MORAES, JUCERLEI SOTORIVA, JUDITE BRUXEL SMANIOTTO, KAUAN THOMAS DA CRUZ, LILIAN ESTER FRANKE MORO, LUAN THOMAS DA CRUZ, LUCAS THOMAS DA CRUZ, MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, NATA DA COSTA DUARTE, NEI FLAVIO BATISTELA RICCI, PAULO ADALBERTO FRANZ, RITA MARIA SCHIMIDT, ROMEU ADEMAR BRUXEL (FALECIDO(A) EM 2016), VALDEMAR SOKOLOWSKI
ADVOGADO / PROCURADOR:-CAROLINA ROHENKOHL RICCI, EDEVAL BUENO, HERBERT CORREA BARROS, NERI MAZZOCHIN, RAPHAEL ALEXANDRE SILVESTRI, VANESSA SCHNORR
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 1325/24 - PRIMEIRA CÂMARA

Tomada de Contas Extraordinária. Determinação do Acórdão de Parecer Prévio n.º 20/17-S1C. Prejulgado n.º 26. Prescrição. Extinção do feito com resolução de mérito. Recomendação.

I. RELATÓRIO

Trata-se de Tomada de Contas Extraordinária instaurada por determinação do "item III" do Acórdão de Parecer Prévio n.º 20/2017-S1C (processo n.º 270706/14), nos termos no artigo 236 do Regimento Interno desta Corte, com a finalidade apurar os fatos apontados na Instrução n.º 24/16-DIFOP detectados no bojo da prestação de contas do exercício de 2013 do Município de Santa Helena.

A Instrução n.º 24/16-DIFOP (peça 82, processo n.º 270706/14) detectou a existência de obras paralisadas concomitante à inclusão de novos projetos em lei orçamentária

ou de créditos adicionais contrariando o art. 45 da LC n.º 101/00, bem como a existência de indícios da ocorrência de desvio de recursos públicos durante a execução das obras, sugerindo a instauração de Tomada de Contas Extraordinária, o que restou acatado no já aludido julgamento.
No julgamento do Recurso de Revista (Acórdão de Parecer Prévio n.º 451/20-STP) que reformou parcialmente o Acórdão de Parecer Prévio n.º 20/2017-S1C, foi determinado o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Obras Públicas - COP para indicação dos documentos que integrariam a presente Tomada de Contas Extraordinária.
Após manifestação da Coordenadoria de Obras Públicas - COP, no Despacho n.º 1393/20-GCFC (peça 05), realizado em 12/11/2020, foi determinada a citação e notificação do Município de Santa Helena e do senhor Jucerlei Sotoriva (Prefeito no período 2013-2016) para que apresentassem os documentos requeridos pela unidade técnica.
A COP realizou a análise da documentação apresentada e solicitou a inclusão e citação dos responsáveis por eventual dano ao erário para o exercício do contraditório e ampla defesa, o que foi acolhido por meio do Despacho n.º 512/21-GCNB (peça 85), em 25/06/2021.
Após longa tramitação processual, com manifestações de diversos interessados, o processo retornou a COP (Instrução n.º 20/2023, peça 246), que em derradeira manifestação entendeu "apropriado o cancelamento da proposta de ressarcimento aos cofres públicos do dano causado aos cofres públicos decorrente dos valores pagos a maior, bem como do montante investido nas obras inconclusas. Tal sugestão se assenta no recente entendimento do disposto no Prejulgado 26 deste Tribunal no qual há a obrigação de exclusão de eventuais sanções legais tendo em vista o longo decurso de tempo entre o momento em que a falha ocorreu e o presente. Assim, não resta qualquer eventual penalidade a ser sugerida aos Interessados".
Não obstante, a COP aduziu que "não se pode desconsiderar a obrigação de fazer por parte do Sr. EVANDRO MIGUEL GRADE, atual Prefeito Municipal. Cabe destacar que a não conclusão de qualquer uma das obras caberá a imputação de responsabilidade a ele tendo em vista o descumprimento do previsto no artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000), ensejando, em consequência, a imposição da obrigação de restituição aos cofres públicos do valor integral aplicado em cada uma das obras, devidamente corrigido, bem como a aplicação das sanções previstas na Lei Complementar n.º 113/05".
A Coordenadoria de Gestão Municipal se manifestou (Instrução 5472/23-CGM, peça 247) pela improcedência do presente feito, em face da incidência da prescrição de pretensão sancionatória e ressarcitória no âmbito deste Tribunal de Contas em relação a eventual dano ao erário decorrente de irregularidades advindas da execução dos contratos n.º 493/2011 e 494/2011 com a empresa J. A DA CRUZ PAVIMENTAÇÃO LTDA. no Município de Santa Helena, haja vista que, nos termos do Prejulgado n.º 26, deste Tribunal de Contas, revisado pelo Acórdão n.º 1919/23-TP, a instauração da presente Tomada de Contas Extraordinária (em 12/11/2020) teria ocorrido a mais de cinco anos da prática do ato irregular ou da vigência dos contratos.
Ademais, a CGM sugeriu a expedição de recomendação ao Município de Santa Helena, na pessoa de seu atual representante legal, Sr. Evandro Miguel Grade, para que tome as medidas cabíveis (administrativas e/ou judiciais, se for o caso) visando retomar e concluir as obras com os códigos de intervenção n.^{OS} 12499-2-2011 e 12499-4-2011, de modo a garantir a preservação do patrimônio público investido e atender a demanda dos munícipes, bem como de evitar possíveis sanções e medidas previstas na Lei Orgânica e no Regimento Interno deste Tribunal de Contas.
O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 55/24-6PC (peça 249), ressalvou o posicionamento pessoal daquela Procurador de Contas quanto à imprescritibilidade das sanções geradas a partir de atos causadores de dano ao erário (art. 37, § 5º, CF/88). Todavia, afirmou que não poderia desconsiderar a nova redação do Prejulgado n.º 26 desta Corte de Contas, motivo pelo qual se manifestou pela improcedência desta Tomada de Contas Extraordinária, e o consequente encerramento e arquivamento do feito, em razão da operação da prescrição sancionatória e ressarcitória.
Por fim, não se opôs a expedição de recomendação ao Município de Santa Helena, conforme proposto na Instrução 5472/23-CGM.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO
Compulsando os autos, observo que a presente Tomada de Contas Extraordinária foi instaurada com a finalidade de apurar os fatos apontados na Instrução n.º 24/16-DIFOP no decorrer da prestação de contas do exercício de 2013.
A Instrução da extinta DIFOP (peça 82, processo n.º 270706/14) detectou a existência de obras paralisadas concomitante à inclusão de novos projetos em lei orçamentária ou de créditos adicionais contrariando o art. 45 da LC n.º 101/00, bem como a existência de indícios da ocorrência de desvio de recursos públicos durante a execução das obras paralisadas.
Desta feita, a presente Tomada de Contas Extraordinária foi instaurada em 12/11/2020, após o trânsito em julgado do Acórdão de Parecer Prévio n.º 451/20-STP que, em sede de recurso de revista, julgou regulares as contas do exercício de 2013, excluiu multa aplicada ao gestor, mas manteve os demais termos da decisão contida no Acórdão de Parecer Prévio n.º 20/2017-S1C (processo n.º 270706/14), dentre eles o "item III" que determinou a instauração desta Tomada de Contas Extraordinária.
Assim, cabe ponderar que quando esta Tomada de Contas foi instaurada (12/11/2020) já havia transcorrido mais de 5 (cinco) anos desde o término da vigência dos contratos n.º 493/2011 e n.º 494/2011, respectivamente em 14/12/2011 e 12/06/2012, conforme dados encaminhados ao SIM-AM pelo município.
Quanto ao prazo de vigência do contrato n.º 493/2011, verifico claro equívoco no preenchimento dos dados, pois a data do início da vigência (14/12/2011) não pode coincidir com o término da vigência (14/12/2011). Então, observando o contrato juntado à peça 24 dos autos foi possível constatar que foi firmado em 14/12/2011 com prazo de vigência de 12 meses a partir da emissão da ordem de serviços, acrescido de 90 dias (Parágrafo Segundo da Cláusula Quarta). Logo, o término da vigência do contrato seria pelo menos em 14/02/2013.
Em relação ao Contrato n.º 494/2011 (peça 56), verifico que os dados constantes no SIM-AM a respeito da sua vigência também não refletem a realidade, uma vez que o referido contrato foi assinado em 15/12/2011 com prazo de vigência de 180 dias a partir da emissão da ordem de serviços, acrescido de 90 dias (Parágrafo Segundo da Cláusula Quarta), sendo que na peça 60, fl. 191, consta a informação de que a ordem de serviço foi emitida em 27/02/2012. Logo, o prazo de vigência do contrato findou em 27/11/2012.
Apesar de não sabermos a data exata em que foi emitida a primeira ordem de serviço para cada um dos contratos, compreendo ser possível adotar como marco temporal para apuração de eventual dano ao erário referente ao Contrato n.º 493/2011 a data de 14/02/2013 e, em relação ao Contrato n.º 494/2011, a data de 15/09/2012.
Sendo assim, é necessário considerar o teor do Prejulgado n.º 26 deste Tribunal de Contas (retificado pelo Acórdão 1919/23):
I - Possibilidade de reconhecimento de ofício ou a requerimento da parte (Redação dada pelo Acórdão 1919/23) da prescrição das multas, da restituição de valores e demais sanções pessoais, aplicando-se, analogicamente, as normas de direito público ~~que tratam do tema~~, (Revogado) que estabelecem o prazo prescricional de 05 (cinco) anos, contado a partir da data da prática do ato irregular ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado;
II - em relação às causas de interrupção, de suspensão da contagem e de aplicação da prescrição intercorrente, em conformidade com o Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária ao processo do Tribunal de Contas, o entendimento deverá ser fixado no sentido de que a prescrição sancionatória, interrompida com o despacho que ordenar a citação, retroagirá à data de instauração do processo (efeito ex nunc) e (Redação dada pelo Acórdão 1919/23) reiniciará somente a partir do trânsito em julgado do processo, não tendo aplicabilidade, antes disso, as hipóteses de suspensão e de prescrição intercorrente, cabendo ao relator assegurar a razoável duração do processo; (grifos nossos)
Deste modo, nesta Tomada de Contas Extraordinária a interrupção do prazo prescricional ocorre com o despacho que ordenou a citação, ou seja, em 12/11/2020 (peça 05) para o Sr. Jucerlei Sotoriva (Prefeito no período 2013-2016), e em 25/06/2021 (peça 85) para os demais envolvidos.
Posto isso, compreendo que assiste razão à CGM e ao Ministério Público de Contas quanto à aplicação do Prejulgado n.º 26 desta Corte, uma vez que se passaram mais de 5 (cinco) anos entre a ocorrência das supostas irregularidades (nos anos de 2012 e 2013) e os despachos que ordenaram as citações.
Além disso, não verifiquei qualquer ato inequívoco capaz de interromper o transcurso do prazo prescricional, nem mesmo no bojo do processo de prestação de contas que determinou a instauração desta Tomada de Contas, motivo pelo qual o reconhecimento da prescrição das pretensões sancionatória e ressarcitória referente ao objeto desta demanda é medida que se impõe. Discordo, no entanto, quanto ao julgamento pela improcedência da Tomada de Contas, porquanto entendo que o reconhecimento da prescrição implica na extinção do feito com resolução de mérito.
Por fim, acompanho os opinativos da COP, da CGM e do Ministério Público de Contas quanto à expedição de recomendação ao Município de Santa Helena, na pessoa de seu atual representante legal, Sr. Evandro Miguel Grade, para que adote as medidas cabíveis (administrativas e/ou judiciais, se for o caso) visando retomar e concluir as obras com os códigos de intervenção n.^{os} 12499-2-2011 e 12499-4-2011, de modo a garantir a preservação do patrimônio público investido e atender a demanda dos munícipes, bem como de evitar possíveis sanções e medidas previstas na Lei Orgânica e no Regimento Interno deste Tribunal de Contas.
Ante o exposto, acompanhando parcialmente os opinativos da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público de Contas, VOTO pela extinção do feito com resolução de mérito em face do reconhecimento da prescrição das pretensões sancionatória e ressarcitória, nos termos do Prejulgado n.º 26 deste Tribunal, sem prejuízo da expedição de recomendação ao Município de Santa Helena, na pessoa de seu atual representante legal, para que adote as medidas cabíveis (administrativas e/ou judiciais, se for o caso) visando retomar e concluir as obras com os códigos de intervenção n.º 12499-2-2011 e 12499-4-2011, de modo a garantir a preservação do patrimônio público investido e atender a demanda dos munícipes, bem como de evitar possíveis sanções e medidas previstas na Lei Orgânica e no Regimento Interno deste Tribunal de Contas.
Após o trânsito em julgado da decisão, feitas as devidas anotações, determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para as providências cabíveis, nos termos do artigo 398 do Regimento Interno.
É o voto.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Julgar pela extinção do feito com resolução de mérito em face do reconhecimento da prescrição das pretensões sancionatória e ressarcitória, nos termos do Prejulgado n.º 26 deste Tribunal;
II. Recomendar ao Município de Santa Helena, na pessoa de seu atual representante legal, que adote as medidas cabíveis (administrativas e/ou judiciais, se for o caso) visando retomar e concluir as obras com os códigos de intervenção n.º 12499-2-2011 e 12499-4-2011, de modo a garantir a preservação do patrimônio público investido e atender a demanda dos munícipes, bem como de evitar possíveis sanções e medidas previstas na Lei Orgânica e no Regimento Interno deste Tribunal de Contas.
III. Determinar, após o trânsito em julgado da decisão, as seguintes medidas:
a) o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, nos termos do artigo 175-L, I, do Regimento Interno.
b) após, à Diretoria do Protocolo para o encerramento dos autos, nos termos do art. 398 do Regimento Interno do TCE-PR e arquivamento, de acordo com o artigo 168, VII, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, o Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e os Conselheiros Substitutos JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO e LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 16 de maio de 2024 – Sessão Virtual nº 7.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro no exercício da Presidência

PROCESSO Nº:-398514/19
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
INTERESSADO:-ALCINEU GRUBER, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS

SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, SERLI LOURENÇO DE LIMA, WALTER PARCIANELLO
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 1326/24 - PRIMEIRA CÂMARA

Ato de inativação. Incorporação de verbas transitórias sem observância à proporcionalidade. Lei Municipal declarada inconstitucional por esta Corte. Negativa de registro com determinação.

I. RELATÓRIO

Trata-se de exame de legalidade de ato de aposentadoria concedido à senhora Serli Lourenço de Lima, servidora do Município de Cascavel, fundamentada no artigo 3° da Emenda Constitucional n.° 47/2005.

A Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, na Instrução n.° 6309/24-CAGE (peça 14), apontou a inclusão de verba de caráter transitório sem a devida aplicação da proporcionalidade, considerando que o cálculo teria sido realizado apenas em relação a 80% do tempo de contribuição, e não à sua totalidade.

A unidade esclareceu que a incorporação é tratada na Lei Municipal n.° 5.773/2011, a qual já foi objeto de Incidente de Inconstitucionalidade perante este Tribunal:

O artigo 5°, § 2º, da Lei n° 5773/2011 do Município de Cascavel, que trata da incorporação das verbas transitórias, foi tido como inconstitucional, porquanto viola o princípio contributivo insculpido art. 40, caput, da Constituição Federal, uma vez que determina que a média aritmética simples das parcelas remuneratórias excedentes à soma do vencimento mais adicional por tempo de serviço existentes nas 80% (oitenta por cento) maiores remunerações seja considerada em seu valor integralizado, nada dispondo acerca da proporcionalização do valor obtido.

Além disso, no incidente também foi considerado inadequada a limitação temporal para computo referente à percepção das verbas transitórias, limitado pela legislação municipal, a partir de julho/1994.

Ponderou que, como a servidora implementou os requisitos para a aposentadoria em março de 2019, ou seja, após a edição do Acórdão n.° 3555/18-STP, o cálculo do seu benefício deveria ter atendido ao disposto na aludida decisão.

Diante do exposto, e da proximidade do término do prazo de cinco anos de que goza este Tribunal para apreciação da legalidade do ato de inativação, nos termos do Prejulgado n.° 31, manifestou-se pela negativa de registro.

O Ministério Público de Contas, de início, externalizou seu entendimento de que, diante da flagrante inconstitucionalidade reconhecida nos autos, não haveria incidência do prazo decadencial quinquenal. No mérito, acompanhou o opinativo pela negativa de registro, além de sugerir a instauração de Tomada de Contas Extraordinária voltada a "apurar as responsabilidades e o dano ao erário resultantes da inobservância da decisão proferida por este Tribunal no Incidente de Inconstitucionalidade n.° 47720/17" (Parecer n.° 313/24-4PC, peça 17).

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Convergindo com os opinativos que instruem o feito, ao presente ato de inativação deve ser negado registro.

Conforme pontuado pela unidade técnica, foi reconhecida a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Municipal n.° 5.773/2011 (Acórdão n.° 3555/18-STP), notadamente aqueles que tratam da incorporação das verbas transitórias, os quais seguem abaixo transcritos:

Art 5° Aos servidores que ingressaram no serviço público até 31.12.2003 é facultada a opção de aposentadoria pela paridade, conforme uma das regras previstas nas Emendas Constitucionais 41/2003 e 47/2005.

§ 1º O valor dos proventos da aposentadoria de acordo com esta opção será o resultante da soma do último vencimento, do Adicional por Tempo de Serviço - ATS e do valor da média obtida conforme o disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º O valor da média referida no § 1º será obtido conforme fórmula do Anexo I desta Lei, através da média aritmética simples exclusivamente das parcelas remuneratórias excedentes à soma do vencimento mais ATS, existentes nas 80% (oitenta por cento) maiores remunerações consideradas nos termos do art. 4º desta Lei.

Este Tribunal decidiu que:

Portanto, a conclusão é que a redação conferida ao parágrafo 2º do art. 5º da Lei Municipal n° 5.773/2011 ofende o princípio da contributividade previsto no 40, caput, da Constituição e as regras de transição contidas nas EC 41/03 e 47/05, ao estabelecer que, em relação às aposentadorias concedidas com base nas regras de transição, serão incorporadas à remuneração de contribuição as vantagens concedidas a partir da competência julho de 1994, desconsiderando se houve contribuição previdenciária antes desta data.

Ao referido Acórdão foi atribuída eficácia ex nunc, devendo ser aplicado aos atos de inativação cujo direito ao benefício tenha sido obtido após a sua publicação, ou seja, após 29/11/2018.

Ao analisar o caso concreto, evidenciou-se a aplicação dos dispositivos tidos por inconstitucionais por este Tribunal mediante a inclusão, no cálculo dos proventos, de verbas transitórias sem aplicação da proporcionalidade em relação ao tempo de contribuição total.

Diante do exposto, deve ser negado registro ao ato de inativação objeto dos autos.

Esclareço, em tempo, que embora seja pertinente o raciocínio empregado pelo Parquet de Contas quanto à insubmissão deste expediente ao prazo decadencial de cinco anos, uma vez que se está diante de um caso de inconstitucionalidade, entendo que a imediata negativa de registro se revela a decisão mais adequada, ao considerar que o feito está apto a ser apreciado[1] e que, em casos similares nos quais houve a intimação do ente previdenciário, não foi promovida a correção do cálculo, ensejando apenas a protelação do feito.

Por fim, acolho a proposta ministerial para que seja instaurada Tomada de Contas Extraordinária "visando apurar as responsabilidades e o dano ao erário resultantes da inobservância da decisão proferida por este Tribunal no Incidente de Inconstitucionalidade n.° 47720/17, em relação à TODOS os benefícios previdenciários irregularmente concedidos pelo Município de Cascavel".

III. VOTO

Diante do exposto, VOTO:

i) pela NEGATIVA DE REGISTRO do ato de aposentadoria de Serli Lourenço de Lima, ocupante do cargo de Zelador no Município de Cascavel, concedida pelo Decreto n.° 14.779 de 2019;

ii) pela expedição de determinação à entidade previdenciária para, no prazo de 15 dias, intimar a servidora para efeito de fluência do prazo recursal, de 15 dias, nos termos do Prejulgado n.° 11 deste Tribunal;

iii) pela expedição de determinação à entidade previdenciária para que comprove a adoção das providências previstas no artigo 302 do Regimento Interno do TCE-PR, no prazo de 15 dias após o trânsito em julgado desta decisão; e

iv) pela instauração de Tomada de Contas Extraordinária "visando apurar as responsabilidades e o dano ao erário resultantes da inobservância da decisão proferida por este Tribunal no Incidente de Inconstitucionalidade n.° 47720/17, em relação à TODOS os benefícios previdenciários irregularmente concedidos pelo Município de Cascavel".

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ATO DE INATIVAÇÃO

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:

I. NEGAR REGISTRO ao ato de aposentadoria de Serli Lourenço de Lima, ocupante do cargo de Zelador no Município de Cascavel, concedida pelo Decreto n.° 14.779 de 2019;

II. Determinar à entidade previdenciária que, no prazo de 15 dias, intime a servidora para efeito de fluência do prazo recursal, de 15 dias, nos termos do Prejulgado n.° 11 deste Tribunal;

III. Determinar à entidade previdenciária que comprove a adoção das providências previstas no artigo 302 do Regimento Interno do TCE-PR, no prazo de 15 dias após o trânsito em julgado desta decisão; e

IV. Determinar a instauração de Tomada de Contas Extraordinária "visando apurar as responsabilidades e o dano ao erário resultantes da inobservância da decisão proferida por este Tribunal no Incidente de Inconstitucionalidade n.° 47720/17, em relação à TODOS os benefícios previdenciários irregularmente concedidos pelo Município de Cascavel".

V. após o trânsito em julgado da decisão, encaminhar os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, nos termos do artigo 175-L, I, do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e os Conselheiros Substitutos JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO e LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 16 de maio de 2024 – Sessão Virtual nº 7.

JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro no exercício da Presidência

_____

__1__. Nos termos do Prejulgado n.° 11: "1. Em processos de admissão de pessoal, aposentadoria, pensão, reforma e reserva, os servidores afetados não são partes até que exista decisão contrária a seus interesses. Desta feita, não há necessidade de citação dos mesmos para atuarem no processo, o que não ofende o princípio do contraditório;"

PROCESSO Nº:-92546/19
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA
INTERESSADO:-ADRIELE CRISTINA BARBOSA BISPO, ANA CARLA MOURA DONADIO, ANA CLAUDIA PETRYSZYN ASSIS, ANA PAULA MARTINS FERNANDES, ANA RITA MENINI RIGOLETO, AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, BRUNO FELIPE DOS SANTOS, CAMILA SIGUINOLFI DE MOURA ALVES, CESAR DE OLIVEIRA CHIPIL, CRISTHIANE DE ALMEIDA MITSI, DANIELA DE SOUZA PADILHA, DAYENE PATRICIA GATTO, DIGELA DELBEN, ELAINE CRISTINA FECHIO BEGALLE MACHADO, EMIDIO ALBERTO BACHIEGA, GEISA PERES DA SILVA, GILSON ALTOÉ JUNIOR, IONE NOGUEIRA DE MIRANDA, JACKELINE LOURENCO ARISTIDES, JULIANA LEITE BENATTO, KARINA CORTEZ CAMINHA, KATIA CRISTINA GERALDO DE SOUZA, LORAYNE LUCCARELLIS VERONA, MAIARA SANTOS DE MELLO, MARIA LUCIA PEREIRA LIMA DE ALMEIDA, PATRICIA BARBOSA DE OLIVEIRA, RENATA ALVES DOS SANTOS, ROBERTO YOUITI KANETA, SILVIA ROCHA DE SOUZA
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 1327/24 - PRIMEIRA CÂMARA

Admissão de Pessoal. Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana. Pelo registro com recomendação.

I. RELATÓRIO

Tratam os autos de Admissão de Pessoal, submetidos a registro pela AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA, referente ao concurso público regulamentado pelo Edital n.º 07/2014, publicado em 13/05/2014, para contratação de Atendente de Consultório Dentário, Enfermeiro, Guarda de Endemias, Nutricionista, Psicólogo e Atendente de Farmácia[1].

Incialmente, a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão[2], apontou as seguintes impropriedades: (i) nomeação de candidatos aprovados após fim do prazo de validade do processo seletivo, qual seja, 03/08/2016, vez que o certame foi homologado aos 02/08/2014, e o edital de abertura previu 2 anos de validade; (ii) dados referentes à fase 4 foram encaminhados fora do prazo estipulado na Instrução Normativa n.º 142/2018; e (iii) pré-existência de vínculos de pagamentos à candidatos admitidos, conforme dados do Sistema de Informações Municipais – Atos de Pessoal (SIM-AP) e do Sistema Integrado de Atos de Pessoal – SIAP - Folha de Pagamento[3].

Intimado, o ente se manifestou nos autos por meio da petição intermediária n.º 14937/24, informando que: (i) quanto ao prazo do certame, este foi prorrogado para mais dois anos; (ii) referente ao atraso, informou que na época do envio da documentação, três servidoras do Departamento de Recursos Humanos estavam de licença maternidade; e (iii) sobre o acúmulo irregular de cargos, esclareceu que as candidatas Elaine Cristina Fechio Begalle Machado e Patricia Barbosa de Oliveira declararam não ter outro vínculo público; as candidatas Maria Lucia Pereira Lima de Almeida, Geisa Peres da Silva e Renata Alves dos Santos foram exoneradas do cargo de Agente Comunitário de Saúde para assumir o cargo de Atendente de Consultório Dentário.

A Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, por meio da Instrução n.º 4191/24 (peça 49), em reanálise, entendeu que as impropriedades restaram superadas, opinando conclusivamente pelo registro das admissões.

O Ministério Público de Contas, através do Parecer n.º 257/24 – 3PC (peça 52), manifesta-se no mesmo sentido, pelo registro dos atos em exame.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

De início, acompanho o opinativo da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão e do Ministério Público de Contas pela legalidade e registro das admissões em apreço, uma vez que foi efetuado, no curso processual, o acompanhamento dos atos relacionados ao concurso público para contratação de pessoal, regulamentado pelo Edital n.º 07/2014, da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana.
Quanto às nomeações efetuadas fora do prazo de vigência do certame, observo que este foi prorrogado por mais dois anos, por meio do Decreto Municipal n.º 429/2016, permanecendo vigente até 01/08/2018.
Com relação ao atraso no encaminhamento da documentação referente à fase 4, acolho a justificativa da entidade. Entendo se tratar de falha formal, que não impediu a regular tramitação do feito, nem mesmo prejudicou a análise desta Corte acerca das admissões realizadas.
Entretanto, considerando a importância na observância dos prazos estipulados na Instrução Normativa n.º 142/2018, necessária a expedição de recomendação à entidade para que para que observe os prazos fixados na citada Instrução Normativa, para envio da documentação referente às fases da admissão. Destaco que este tem sido meu entendimento em processos similares, a citar o Acórdão n.º 844/24, aprovado por unanimidade pela Primeira Câmara desta Corte.
Por fim, sobre o acúmulo irregular de cargos, observa-se que a entidade acostou documentação comprobatória quanto ao não acúmulo de cargo público das candidatas Elaine Cristina Fechio Begalle Machado e Patricia Barbosa de Oliveira, bem como quanto à exoneração das candidatas Maria Lucia Pereira Lima de Almeida, Geisa Peres da Silva e Renata Alves dos Santos, do cargo de Agente Comunitário de Saúde, para assumir o cargo de Atendente de Consultório Dentário.
Sendo assim, VOTO pela legalidade e registro das admissões em apreço, relativas ao concurso público regulamentado pelo Edital n.º 07/2014, do Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana.
Proponho a expedição de recomendação à entidade para que observe os prazos fixados na Instrução Normativa n. 142/2018, para envio da documentação referente às fases da admissão.
Após o trânsito em julgado, encaminhar os autos à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão e, na sequência, à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as devidas anotações e, por fim, à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento do feito.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ADMISSÃO DE PESSOAL
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Julgar pela legalidade e determinar o registro das admissões em apreço, relativas ao concurso público regulamentado pelo Edital n.º 07/2014, da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana.
II. Recomendar à entidade que observe os prazos fixados na Instrução Normativa n.º 142/2018, para envio da documentação referente às fases da admissão.
III. Após o trânsito em julgado, encaminhar os autos à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão e, na sequência, à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as devidas anotações e, por fim, à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento do feito.
Votaram, nos termos acima, o Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e os Conselheiros Substitutos JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO e LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 16 de maio de 2024 – Sessão Virtual nº 7.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro no exercício da Presidência

_____

__1__. O presente processo é complementar ao processo de Admissão de Pessoal n. 1140992/14, cujos atos restaram registrados por meio do Acórdão n. 3832/16 – Primeira Câmara.
__2__. Por meio da Instrução n. 16358/23 (peça 42).
__3__. Renata Alves dos Santos, Atendente de Consultório Dentário, 40h, Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana. Geisa Peres da Silva, Atendente de Consultório Dentário, 40h, Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana. Maria Lucia Pereira Lima de Almeida, Atendente de Consultório Dentário, 40h, Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana. Patricia Barbosa de Oliveira, Atendente de Consultório Dentário, 40h, Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana. Elaine Cristina Fechio Begalle Machado, Atendente de Consultório Dentário, 40h, Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana.

PROCESSO Nº:-274581/23
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO BELTRAO
INTERESSADO:-CHANA CRISTINA ZUCONELLI, CLEBER FONTANA, ELIANE SANTINI LENZI, PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO BELTRAO
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
ACÓRDÃO Nº 1333/24 - PRIMEIRA CÂMARA
Ato de inativação. Aposentadoria. Unidade técnica e Ministério Público de Contas pelo registro. Considerações do relator quanto à instrução processual. Legalidade. Registro.
RELATÓRIO
Trata-se de aposentadoria de Eliane Santini Lenzi, ocupante do cargo de professora, com fundamento no art. 3º, incisos I a III, da Emenda Constitucional nº 047, de 05 de julho de 2005[1], conforme Decreto nº 164/2023, publicado no Diário Oficial do Município nº 2737, de 24/03/2023 (peça processual nº 010), tendo sido protocolada em 24/04/2023.
A Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM (Instrução nº 1302/24 – peça processual nº 028) verificou a documentação apresentada pelo Município e opinou pela legalidade e registro da inativação.
A representante do Ministério Público Exmª Sr.ª Katia Regina Puchaski (Parecer nº 292/24 – peça processual nº 029) opinou pelo registro do ato.
PROPOSTA DE DECISÃO[2]
Ressalvo a minha opinião quanto à equivocada forma que tem adotado a unidade técnica para revestir os atos de sua participação no processo.
Não se trata de mera alteração formal da denominação do ato a cargo da unidade administrativa. O que o Regimento Interno exige, com as exceções previstas no próprio texto regimental (art. 159-A , por exemplo), é a instrução dos processos, nos moldes do art. 352 daquele diploma, pelas unidades técnicas. Portanto, a despeito da denominação adotada, o ato administrativo emanado pela unidade técnica em processos de atos sujeitos a registro tem de cumprir os mandamentos do art. 352 do Regimento Interno.
Na doutrina processual o termo "instrução" corresponde à fase instrutória ou probatória do processo que, em essência, destina-se à produção de provas, tendo contornos indefinidos, posto que as partes já iniciam a produção de provas com a petição inicial e contestação.
Como no processo afeto aos Tribunais de Contas não há claramente a tripartição do processo jurisdicional (juiz, autor e réu), a instrução processual, nela incluída a produção de provas, fica a cargo da unidade técnica, a fim de se manter a imparcialidade do órgão incumbido (relatores e órgãos colegiados) de apreciar a legalidade dos atos em análise.
Corrobora a tese a conceituação que consta do Vocabulário Jurídico do renomado mestre De Plácido e Silva (25ª edição, Editora Forense, Rio de Janeiro, 2004), em que instrução tem sentido equivalente a esclarecimento, elucidação, tendo o verbo "instruir" o sentido de praticar qualquer ato ou ação no processo com a intenção de provar, mostrar, esclarecer, documentar.
Foge à minha compreensão a atitude da unidade técnica em desmerecer a instrução dos processos de atos sujeitos a registro; repiso: a inobservância do art. 352 do Regimento Interno6 e a, consequente, insuficiência fático-probatório para concluir acerca da legalidade do ato de aposentadoria.
Instruir tais processos é tarefa fundamental para que seja comprovada a legalidade de tais atos. E como, ao final da instrução, é conferida às unidades técnicas a competência para elaborarem instruções conclusivas, esse último ato irá também conter uma opinião, ou seja, em sentido amplo, um parecer.
Portanto, a instrução do processo contém um parecer, mas o contrário não é verdadeiro. Claro que essa conclusão só leva em conta o conteúdo dos atos, sendo despicienda a forma de que se revestem.
Ademais, pareceres são atos administrativos emitidos por órgãos consultivos, ou seja, por órgãos que são de aconselhamento e elucidação para que os órgãos ativos tomem as providências pertinentes (in "Curso de Direito Administrativo", Celso Antônio Bandeira de Mello, Editora Malheiros, São Paulo, 25ª edição, 2007, p. 141, e in "Direito Administrativo", Maria Sylvia Zanella di Pietro, Editora Atlas, São Paulo, 19ª edição, 2006, p. 496). Segundo a classificação doutrinária, as unidades técnicas são órgãos ativos, ou seja, que desempenham as atividades que visam ao fim determinado à administração a que pertencem. Portanto, a unidade técnica comporta-se como órgão ativo e não como órgão consultivo.
Ainda no que tange ao aspecto da forma adotada pela unidade técnica para revestir os seus atos no processo, ressalto que a alteração de denominação de atos não irá gerar profundas mudanças nos sistemas de trâmite, de processo eletrônico e de análise do SIM-AP em virtude de todas as associações automáticas já existentes nas respectivas bases de dados.
Retornando ao exame da aposentadoria, como não foram plenamente respeitados os preceitos do art. 352, caput, do Regimento Interno, nem as determinações do protocolo nº 44820-2/12, a análise a cargo do relator ficou limitada ao que consta dos autos (a correlação entre as informações e as laudas em que se encontram).
Considerando que, nos presentes autos, a unidade técnica atendeu aos requisitos do conteúdo que devem constar da instrução processual, apesar do inadequado revestimento na forma, acolho os opinativos uniformes propondo que seja a aposentadoria em análise considerada legal, concedendo-lhe o respectivo registro.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA, por unanimidade, em:
Apreciar como legal, nos termos dos opinativos uniformes, a aposentadoria de Eliane Santini Lenzi, ocupante do cargo de professora, com fundamento no art. 3º, incisos I a III, da Emenda Constitucional nº 047, de 05 de julho de 2005[3], conforme Decreto nº 164/2023, publicado no Diário Oficial do Município nº 2737, de 24/03/2023 (peça processual nº 010); concedendo-lhe o respectivo registro.
Votaram, nos termos acima, o Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e os Conselheiros Substitutos CLÁUDIO AUGUSTO KANIA e LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 16 de maio de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 7.
CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Relator
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro no exercício da Presidência

_____

__1__. Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:
I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;
III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.
__2__. Art. 132 da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005.
__3__. Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:
I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

PROCESSO Nº:-474958/21
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
INTERESSADO:-ALINE EDLAINE DE MEDEIROS, ALISSON DE CARVALHO REINOL, ANDERSON MACEDO SETTI, ANDRE MARCOS SANTANA, CARLOS

ROBERTO MASSA JUNIOR, CESAR POSTINGEL RAMOS, CLAUDIA JULIANA FANELLI GONCALVES, EDILSON DAMKE, EIJI RENAN TAKAHASHI, EMILIO DE CARVALHO, GUSTAVO HENRIQUE BATISTA CASSIOLATO, JANAINA PEDROSO ZANCHETTA, JOAO MANOEL SORIANO PITOT, JOAO PAULO FRANCISCO, JOAO PAULO LIMA DE OLIVEIRA, JONATHAN PRASS SOUZA, JULIA ABATI, JULIO CESAR DAMASCENO, JULIO CESAR MORAES PEZZOTT, LEANDRO VANALLI, LIGIA BITTENCOURT FERRAZ DE CAMARGO, LUCAS MAURICIO RUAN, LUCIANO XAVIER DE AZEVEDO, MÁRCIO ROBERTO DA ROCHA, MARCOS VINICIUS FAGUNDES PADILHA, MAX JAVIER JAUREGUI RODRIGUEZ, NATALIA ARRUDA, PABLO HENRIQUE PERONDI, PATRICIA HILARIO TACURI CORDOVA, PRISCILA COSTA FERREIRA DE JESUS BEMM, RAQUEL PANTAROTTO SOUZA PADOVAN, RICHARD WAGNER MACIEL ALVES, RONALDO LOPES, SERGIO MARCUSSI GASPECHAK, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, VANDERLEA DE LIMA INABA, VANESSA CRISTINA RHEA

RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO CLÁUDIO AUGUSTO KANIA

ACÓRDÃO Nº 1335/24 - PRIMEIRA CÂMARA

Admissão de pessoal complementar. Teste seletivo. Unidade técnica e Ministério Público junto ao Tribunal de Contas pelo registro das Considerações do relator quanto à apreciação de testes seletivos por esta Corte de Contas. Legalidade. Registro.

RELATÓRIO

Trata-se de processo de admissão de pessoal complementar, referente ao edital nº 069/2018 da Universidade Estadual de Maringá, tendo por objeto a convocação de uma professora por tempo determinado.

A Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (Instrução nº 2614/24 - peça processual nº 016) verificou que a admitida Raquel Pantarotto Souza Padovan foi nomeada após o fim do prazo de validade do processo de seleção, motivo pelo qual sugeriu a realização de diligência.

Por meio da petição intermediária nº 99614/24 (peças processuais nº 021 a 025), a Universidade Estadual de Maringá esclareceu que houve um equívoco decorrente das opções do Sistema Integrado de Atos de Pessoal, mas que a data do ato foi corrigida para o dia 21/01/2021 e a da respectiva publicação para o dia 22/01/2021.

A CAGE (Instrução nº 5609/24 – peça processual nº 026) entendeu ter sido sanada a impropriedade apontada, não havendo nenhuma irregularidade nos presentes autos.

O representante do Ministério Público, Exmº Sr. Procurador Flávio de Azambuja Berti (Parecer nº 253/24 - peça processual nº 029), registrou que o processo inicial da admissão foi julgado legal e que a unidade técnica atestou a regularidade dos presentes autos, opinando, ao final, pelo registro das admissões em apreço.

PROPOSTA DE DECISÃO[1]

A contratação temporária no âmbito estadual foi objeto de uniformização de jurisprudência e Prejulgado por esta Corte. O Acórdão nº 462/09 – Pleno[2], em sede de uniformização de jurisprudência, entre outras premissas estabeleceu que as contratações temporárias deverão ser concretizadas com estrita observância dos limites de gasto de pessoal e mediante prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.

O Acórdão nº 463/09 – Pleno[3], em sede de prejulgado, entre outras orientações fixou que as contratações temporárias devem ser devidamente justificadas, respeitando-se os princípios constitucionais da proporcionalidade e razoabilidade.

Em que pese ao fato deste Tribunal regular normativamente a apresentação para registro de contratações temporárias sob a forma de processo de admissão de pessoal das administrações municipais e estadual, vejo que isso não tem consonância com a melhor interpretação do art. 71, inciso III, da Constituição Federal[4].

Do ponto de vista da exegese histórica, o registro de atos, que em constituições anteriores não se limitava aos atos de pessoal, mas era condição prévia de validade de diversos atos e contratos da administração pública, veio sendo substituído por outros institutos fiscalizatórios, como auditorias e inspeções, em respeito à autoexecutoriedade dos atos administrativos e independência entre os Poderes.

Em 06/05/1987, a Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Assembleia Constituinte realizou audiência pública, sendo convocado o Tribunal de Contas da União, representado por seu Presidente, Vice-Presidente e pelo Ministro decano, a fim de que fossem apresentadas sugestões ao texto constitucional em elaboração[5]

O Ministro decano, Exmº Sr. Ewald Pinheiro, convocado a expor por sua vasta experiência no cargo, fez a seguinte declaração em relação ao registro de atos no decorrer da história republicana brasileira:

"(...) Não quero perder a oportunidade de fazer aqui algumas considerações. Conheço o Tribunal de Contas de três Constituições. Iniciei minha vida constitucional no Tribunal de Contas. Então, conheço o Tribunal das Cartas de 1937, 1946 e 1967. São idênticos?

Evidentemente que não. O Tribunal como estabelecia a Constituição de 37 foi um; o de 46 foi outro e, hoje, temos outro Tribunal. Eles se separam nitidamente.

Nos regimes anteriores tínhamos o registro prévio e o registro posterior. Então, a tomada de contas era uma exceção, quer dizer, excepcionalmente o Tribunal julgava tomada de contas. O forte do Tribunal era o registro prévio posterior. Mas esse registro não incidia sobre a totalidade dos gastos. Era um registro ilusório, utópico, porque o registro posterior era feito depois que o ato estava praticado. Consequentemente, não se podia desmanchar o que estava errado. Punia-se, havia uma sanção, somente isto.

Hoje, com a tomada de contas, o Tribunal realmente está fortalecido e engrandecido. Quando a lei fortalece o Tribunal, fortalece o Congresso Nacional, porque cabe aos dois o desempenho do controle. Pela Constituição atual, o controle externo existe, tanto para o Tribunal quanto para o Congresso Nacional. Então, fortalecer o Tribunal é fortalecer o Congresso Nacional.

(...)

Há também um outro aspecto que eu gostaria de focalizar, a respeito das auditorias. O Tribunal perdeu o registro prévio mas ganhou uma arma importantíssima, que são as inspeções. Hoje em dia o Tribunal não mais espera que venha a ele o processo. Ele vai à entidade, organiza o processo e chega lá de surpresa. O melhor controle é aquele exercício de surpresa. É aquele controle onde o Tribunal decide quando deve controlar. O controle remoto, o controle que hoje se estabelece, com a prestação de contas pela entidade apenas um ano depois de encerrado o exercício, encontra os fatos já consumados. Muitas vezes os fatos se superpõem, fatos mais graves se sucedem a fatos menos graves e os de menos importância acabam sendo esquecidos, evidentemente. É uma lei natural. Então a arma das inspeções, que se delegou ao Tribunal em 1967, é poderosíssima. Em 1967 houve uma revolução no Tribunal de Contas porque perdemos esse registro prévio e o posterior, mas ganhamos a inspeção e o Tribunal faz sua auditoria orçamentária, financeira, patrimonial e hoje até programadas."

O Exmº Sr. Alberto Hoffman, Vice-Presidente do TCU, apresentou a sugestões, conforme consta dos canais do Senado Federal referentes à Assembleia Constituinte, do que cabe transcrição da parte alusiva ao registro de atos de pessoal:

"Art... (76) – O Tribunal de Contas julgará, para fins de registro, a legalidade dos atos de nomeação de pessoal para cargos de caráter efetivo, nos quadros permanentes dos órgãos da administração direta, bem como das concessões iniciais de aposentadoria, reformas e pensões, independente de julgamento as melhorias posteriores, que não alterem o fundamento legal do ato concessório."

V. Ex.as verão, de logo, a novidade, o registro de atos de nomeação de pessoal, para que, mais tarde, quem sabe, após 30 anos, quando alguém se apresentar termos, então, onde conferir essa nomeação. É uma sugestão que, evidentemente, a Constituinte acatará ou não."

A proposta foi corroborada pela declaração do Ministro decano:

"Um outro aspecto que eu gostaria de examinar, que incluímos na atual sugestão, é uma proposta que vai inovar mas que pretendo justificar, porque é uma opinião unânime nossa. É a questão de o Tribunal tomar conhecimento para julgar a nomeação de caráter efetivo para ingresso no Serviço Público. Por quê? Quando se aposenta um funcionário, a concessão, esse processo de aposentadoria vai ao Tribunal. Ora, se ele se aposentar vai ao Tribunal sem processo, não a sua admissão, e com um outro aspecto: se o pensionista, para ter sua pensão julgada legal, tem que mandar ao Tribunal o seu processo, e ele não tem vínculo com a administração, nunca pertenceu à pensão civil, à pensão militar, nunca foi funcionário, essa pensão não será julgada legal. Mas a admissão de um servidor não vai ao Tribunal. A proposta ainda achei que foi um pouco tímida, porque só se referiu aos órgãos diretos da administração. Eu incluiria tudo, a direta e a indireta, se coubesse a mim sugerir. Não sei por que essa distinção, porque hoje em dia a administração indireta é maior do que a direta. Dois terços dos gastos públicos pertencem à administração indireta. Então dá-se um terço ao Tribunal e retiram-se esses dois terços. Quer dizer, submeteria ao Tribunal a totalidade das admissões, inclusive vendo-se o que se passou em vários Estados, onde houve admissões, realmente ilegais, como tomamos conhecimento em extensos noticiários da imprensa. A forma de coibir é entregar ao Tribunal o julgamento desses atos quanto à sua legalidade."

Na tramitação durante a Assembleia Constituinte, o Tribunal de Contas foi objeto da Comissão V – Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, da qual veio o texto, e da Comissão III – Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, que apresentaram textos que foram agregados na Comissão de Sistematização. Da primeira, veio um inciso cuidando das admissões, ganhando relevo o fato de que foi empregado esse vocábulo no lugar de "nomeações para cargo efetivo", que constava da proposta apresentada pelo TCU em audiência pública. Cabe destacar que a redação final do anteprojeto da Comissão V, com a aprovação parcial da emenda 5S0008-7 (fl. 004 do vol. 143), foi incluído o inciso VI ao art. 52 do substitutivo do relator, com o objetivo de assegurar o preceito da aprovação em concurso público[6].

Da outra comissão veio o texto acerca de aposentadorias, reformas e pensões, reprodução do que constava na Constituição de 1969. Veja-se que é o texto A Emenda Constitucional nº 07, de 1977, que positivou o que historicamente ficou conhecido como "pacote de abril", já que foi editada pelo Presidente da República com o Congresso Nacional "fechado" por ato daquela autoridade, a fim de aumentar a concentração de poderes no Chefe do Poder Executivo, alterou a expressão "julgar da legalidade" para "apreciar da legalidade para fins de registro", incluindo parágrafo posterior para permitir ao Presidente da República ordenar a execução do ato mesmo com a recusa do registro pelo TCU, ad referendum do Poder Legislativo[7]:

§ 7º O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro, a legalidade das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões, independendo de sua apreciação as melhorias posteriores.

§ 8º O Presidente da República poderá ordenar a execução ou o registro dos atos a que se referem o parágrafo anterior e alínea 'b' do § 5º ad referendum do Congresso Nacional.

A Comissão de Sistematização fez alterações de cunho redacional e juntou os dois dispositivos em um único[8], resultando no texto que permaneceu inalterado até a apresentação do primeiro projeto a ser submetido ao Plenário da Assembleia Constituinte (Projeto A):

Art. 85(...)

(...)

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive nas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de natureza especial ou provimento em comissão, bem como das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

Para o denominado Projeto B somente houve alteração quanto às fundações públicas, que passaram a constar como "instituídas e mantidas" em vez de "instituídas ou mantidas"[9]. A emenda 2T01458-9 (p. 173 do volume 301) suprime a expressão "cargo de natureza especial" posto que inexistiria tal figura no ordenamento jurídico[10]. A redação do Projeto C, que corresponde ao texto atual, assim ficou:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

(...)

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

Assim, a meu ver é evidente o anacronismo do instituto de registro de atos de pessoal. Anacronismo esse que é crescente, haja vista as decisões o Supremo Tribunal Federal que mitigam os efeitos do registro nas Cortes de Contas.

Ao tempo da vigência da Constituição de 1946, em que o Tribunal de Contas "julgava

da legalidade" de atos de pessoal, é emblemática a decisão no RMS3881, da relatoria do Exmº Sr. Ministro Nelson Hungria, em que estabelece um alcance muito maior para o instituto que antecedia o registro:
"Ora 'julgar da legalidade' não é apenas apreciar a regularidade formal do ato administrativo, como parece entender o acórdão recorrido: é julgar de todas as condições intrínsecas e extrínsecas da sua legalidade. Assim sendo, a decisão do Tribunal de Contas quando aprobatória, não apenas dá executoriedade ao ato, como cria uma situação definitiva na órbita administrativa.[11]
Vale citar decisões que, ainda que proferidas em sede de mandado de segurança, e portanto, desprovidas de eficácia contra todos, vêm mitigando o alcance do instituto do registro: (sem grifos no original):
"Ato do TCU. (...) Negativa de registro a aposentadoria. (...) A inércia da Corte de Contas, por mais de cinco anos, a contar da aposentadoria, consolidou afirmativamente a expectativa do ex-servidor quanto ao recebimento de verba de caráter alimentar. Esse aspecto temporal diz intimamente com: o princípio da segurança jurídica, projeção objetiva do princípio da dignidade da pessoa humana e elemento conceitual do Estado de Direito; a lealdade, um dos conteúdos do princípio constitucional da moralidade administrativa (caput do art. 37). São de se reconhecer, portanto, certas situações jurídicas subjetivas ante o Poder Público, mormente quando tais situações se formalizam por ato de qualquer das instâncias administrativas desse Poder, como se dá com o ato formal de aposentadoria. A manifestação do órgão constitucional de controle externo há de se formalizar em tempo que não desborde das pautas elementares da razoabilidade. Todo o Direito Positivo é permeado por essa preocupação com o tempo enquanto figura jurídica, para que sua prolongada passagem em aberto não opere como fator de séria instabilidade intersubjetiva ou mesmo intergrupal. A própria CF de 1988 dá conta de institutos que têm no perfazimento de um certo lapso temporal a sua própria razão de ser. Pelo que existe uma espécie de tempo constitucional médio que resume em si, objetivamente, o desejado critério da razoabilidade. Tempo que é de cinco anos (inciso XXIX do art. 7º e arts. 183 e 191 da CF; bem como art. 19 do ADCT). O prazo de cinco anos é de ser aplicado aos processos de contas que tenham por objeto o exame de legalidade dos atos concessivos de aposentadorias, reformas e pensões. Transcorrido in albis o interregno quinquenal, a contar da aposentadoria, é de se convocar os particulares para participarem do processo de seu interesse, a fim de desfrutar das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (inciso LV do art. 5º)." (MS 25.116, Rel. Min. Ayres Britto, julgamento em 08/09/2010, Plenário, DJE de 10/02/2011.) No mesmo sentido: MS 26.053, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 18/11/2010, Plenário, DJE de 23/02/2011.
"Servidor público. Funcionário(s) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Cargo. Ascensão funcional sem concurso público. Anulação pelo TCU. Inadmissibilidade. Ato aprovado pelo TCU há mais de cinco anos. Inobservância do contraditório e da ampla defesa. Consumação, ademais, da decadência administrativa após o quinquênio legal. Ofensa a direito líquido e certo. Cassação dos acórdãos. Segurança concedida para esse fim. Aplicação do art. 5º, LV, da CF e art. 54 da Lei Federal nº 9.784/1999. Não pode o TCU, sob fundamento ou pretexto algum, anular ascensão funcional de servidor operada e aprovada há mais de cinco anos, sobretudo em procedimento que lhe não assegura o contraditório e a ampla defesa." (MS 26.560, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 17/12/2007, Plenário, DJE de 22/02/2008.) No mesmo sentido: MS 26.393, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 29/10/2009, Plenário, DJE de 19/02/2010; MS 26.117, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 20/05/2009, Plenário, DJE de 06/11/2009; MS 26.406, Rel. Min. Joaquim Barbosa, julgamento em 01/07/2008, Plenário, DJE de 19/12/2008; MS 26.353, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 06/09/2007, Plenário, DJE de 07/03/2008. Vide: MS 25.525, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 17/02/2010, Plenário, DJE de 19/03/2010.
"É nula a decisão do TCU que, sem audiência prévia da pensionista interessada, a quem não assegurou o exercício pleno dos poderes do contraditório e da ampla defesa, lhe cancelou pensão previdenciária que há muitos anos vinha sendo paga." (MS 24.927, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 28/09/2005, Plenário, DJ de 25/08/2006.) No mesmo sentido: MS 24.859, Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 04/08/2004, Plenário, DJ de 27/08/2004.
Não é somente o Supremo Tribunal Federal que vem mitigando a relevância do registro. Este Tribunal de Contas, por exemplo, já fez cair por terra a necessidade de registar a admissão para considerar legal o ato de inativação ou pensionamento decorrente do mesmo servidor:
Acórdão nº 688/2008 - Pleno
(...)
No mais, compreendo que por ser a pensão por morte um benefício pago aos dependentes do segurado com o fito de substituir a remuneração do servidor falecido, ele não pode estar vinculado ao registro da admissão do servidor nesta Corte, mas sim à contribuição.
Neste sentido trilho o mesmo entendimento esposado pelo Desembargador José Maurício Pinto de Almeida, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o qual peço vênia para transcrever integralmente:
APELAÇÃO CÍVEL Nº 369.830-8, DA COMARCA DE UMUARAMA (1ª Vara Cível).
Apelante: JOSÉ CARLOS GOMES.
Apelado: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Relator: Des. JOSÉ MAURÍCIO PINTO DE ALMEIDA.
Nº do Acórdão: 7779
APELAÇÃO CÍVEL. CONCESSÃO DE PENSÃO VITALÍCIA. SERVIDORA MUNICIPAL DE UMUARAMA. CONCURSO PÚBLICO. DECRETO Nº 211/93 QUE INVALIDOU AS NOMEAÇÕES E AUTORIZOU A OCUPAÇÃO PROVISÓRIA DOS CARGOS EM NOME DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO. PROVISORIEDADE QUE DUROU MAIS DE 8 (OITO) ANOS. SERVIDORA QUE ARCOU COM OS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS REGULARMENTE, DURANTE TODO O TEMPO DE SERVIÇO, ATÉ SEU FALECIMENTO EM 2001. INÉRCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA QUAL ESTA NÃO PODE SE BENEFICIAR. AUSÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE EXONERAÇÃO. DESOBEDIÊNCIA ÀS FORMALIDADES LEGAIS. DIREITO DO ESPOSO DE RECEBER A PENSÃO DA SERVIDORA FALECIDA. RECURSO PROVIDO. (sem grifos no original)
A servidora tão-somente permaneceu irregularmente no cargo porque a Administração Pública Municipal assim permitiu e anuiu, e, tendo contribuído para a previdência durante todo o tempo em que ocupou o cargo "provisoriamente", não pode a Municipalidade valer-se de sua própria inércia para negar o benefício previdenciário.
I. Trata-se de recurso de apelação interposto por JOSÉ CARLOS GOMES, objetivando a reforma da decisão prolatada pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Umuarama, que, nos autos de nº 180/2004, julgou improcedentes os pedidos do autor, condenando-o, com fulcro no artigo 20, § 4º, do CPC, no pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 100,00 (cem reais), ressalvando o disposto no artigo 12 da Lei de Assistência Judiciária Gratuita.
O apelante alega, em síntese, que:
a)-é viúvo de Maria Helena Balthazar Rosa Gomes, que era servidora pública municipal aprovada em concurso público posteriormente anulado, tendo, entretanto, permanecido no cargo "provisoriamente" de 11/11/93 até seu falecimento em 01/04/2001; logo, o que era para ser provisório tornou-se definitivo, visto que o Poder Público tinha o prazo de 05 anos para desligá-la do cargo, não o fazendo, o que convalidou sua nomeação;
b)-consoante a Lei Federal nº 9.784/99, em seu art. 54, o prazo prescricional para a Administração anular os seus atos é de 5 anos, a contar da data em que foram praticados, portanto, "as supostas irregularidades nas nomeações foram convalidadas pelo decurso do prazo decadencial";
c)-durante o tempo que serviu ao Município foram descontadas da servidora todas as contribuições previdenciárias, pelo que faz jus ao recebimento da pensão, visto que "a lei federal, não condicionando, para efeito de aposentadoria ou pensão vitalícia, nenhum outro critério, a não ser a efetiva contribuição, não poderia, como não pode, da mesma forma, a Lei Complementar Municipal nº 089, de 07/12/01, fixar normas diferente da Lei federal" (fl. 236).
Citou precedentes jurisprudenciais que entenderam no mesmo sentido de seu pleito, aduzindo, também, que, ao entender improcedentes os seus pleitos, estar-se-á violando o princípio da segurança jurídica, da boa-fé e da estabilidade das relações jurídicas frente a administração pública.
Caso não seja esse o entendimento do tribunal, diz o apelante, seja a servidora considerada reintegrada em seu antigo cargo (celetista), que ocupava desde 01.08.1987 até ser nomeada por concurso em 11.11.1993, pois, "das duas uma, ou a nova nomeação da falecida está consolidada pela prescrição administrativa, ou não está. E, nesta última hipótese, deveria retornar ao seu emprego celetista, anteriormente exercido".
O recorrido apresentou contra-razões às fls. 256/264.
A Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer de fls. 277/282, manifestou-se pelo conhecimento e provimento do recurso.
II. Compulsando os autos, observa-se que o apelante ingressou com pedido de pensão vitalícia em face do Município de Umuarama, visto que sua falecida esposa exercia o cargo de Atendente de Saúde1, com carga horária de 40 horas semanais.
Efetivamente, a servidora foi contratada pelo Município de Umuarama no dia 1º de agosto de 1987 (fl. 24), para exercer a função de Auxiliar de Serviços, e permaneceu neste cargo até 31.03.1991, pois, em 03 de abril de 1991, foi nomeada, pelo Decreto 106/91, para ocupar o cargo de carreira de Atendente de Saúde (fl. 26), ante a habilitação em concurso público municipal, passando então para o regime estatutário.
Ocorre que o aludido concurso público foi invalidado mediante o Decreto nº 211, de 11 de novembro de 1993, e sua nomeação restou comprometida.
Todavia, no mesmo diploma restou consignado que:
"Art. 3º. Fica autorizado aos servidores acima referidos a que ocupem os cargos em que foram nomeados, provisoriamente, para que não seja comprometida a continuidade dos serviços públicos"2.
Mas, ainda que provisoriamente, a falecida esposa do recorrente ocupou o cargo até o seu falecimento, em 1º.04.2001, ou seja, durante oito anos, e, durante todo esse tempo, a contribuição previdenciária foi regulamente descontada de seus vencimentos.
Assim, a responsabilidade cabe à Administração Pública, que silenciou à época, e manteve-se inerte, anuindo com a permanência da servidora no pleno desempenho de suas funções e contribuindo para o sistema de previdência municipal.
E, como sabido, para que a servidora pública fosse exonerada do cargo que assumiu mediante concurso público, deveria ter sido observado o procedimento adequado - processo administrativo3 com ampla defesa e contraditório - pois, ainda que seja conferida à Administração Pública a faculdade de anular seus próprios atos quando eivados de nulidade, não pode fazê-lo sem observar os direitos adquiridos dos servidores concursados.
Nessa linha, é sedimentada a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:
"Recurso extraordinário. 2. Concurso público. Irregularidades. Anulação do concurso anterior à posse dos candidatos nomeados. 3. Necessidade de prévio processo administrativo. Observância do contraditório e da ampla defesa. 4. Recurso extraordinário conhecido e provido"
(STF - Segunda Turma - RE 351489 / PR - PARANÁ - Rel. Min. GILMAR MENDES, j. em 07/02/2006).
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTÁVEL. EXONERAÇÃO. I. - A perda de cargo por servidor público estável deve atender aos requisitos constitucionais. (...)".
(STF - Segunda Turma - RE-AgR 329001 / DF - DISTRITO FEDERAL - Rel. Min. GILMAR MENDES, j. em 23/08/2005).
Logo, a servidora permaneceu irregularmente no cargo porque a Administração Pública Municipal assim permitiu e anuiu, e, tendo contribuído à previdência durante todo esse tempo, não pode a Municipalidade valer-se de sua própria inércia para negar-lhe o benefício com o qual contribuiu.
Nesse diapasão, consigne-se o parecer da do Procurador de Justiça Dr. MARIO SÉRGIO DE QUADROS PRÉCOMA:
"Note-se que a discussão acerca da prescrição do direito da Administração de rever seus próprios atos não possui qualquer relevância no caso posto. O fato de ter a servidora ocupado cargo temporário ou efetivo, ou a existência de qualquer irregularidade em sua investidura, não exime o Município da obrigação de prestar os benefícios previdenciários correspondentes, posto que se constituem em direitos inerentes a todo contribuinte filiado ao sistema de seguridade. Ou seja, há de se isolar o aspecto previdenciário, focando-se, para tais fins, na relação entre o servidor e o ente gestor da seguridade social, pouco importando os elementos externos dissociados desta relação. Do contrário, estar-se-ia a admitir a absurda situação de que a Municipalidade, após anos de inércia à regularização da situação de determinado grupo de servidores que fazia parte a contribuinte, pudesse vir a, simplesmente, desobrigar-se de prestar os benefícios previdenciários (aos quais se contribuiu regularmente), valendo-se para tal irregularidade a que, por si, deu causa.

Tal hipótese não há de se admitir, não se podendo endossar que a Administração Municipal beneficie-se de sua própria torpeza".
Em caso análogo, decidiu esta Câmara:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO - CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA COM PROVENTOS PROPORCIONAIS - SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - NOMEAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO EIVADO DE NULIDADES - PERMANÊNCIA NO CARGO DE AGENTE SOCIAL POR MAIS DE UMA DÉCADA - INÉRCIA DO PODER PÚBLICO - RESPONSABILIDADE PELO ATO - SÚMULA 346 DO STF - RECURSO PROVIDO". (TJPR - 7ª Câm. Cível - Rel. Des. ANTENOR DEMETERCO JÚNIOR, ac. 6349, p. em 29/092006, DJ 7241).
Isso posto, seu cônjuge faz jus ao recebimento da pensão, não podendo ser prejudicado em razão do equívoco cometido pelo administrador, uma vez que a falecida servidora trabalhou e contribuiu para o sistema previdenciário municipal.
Assim sendo, reforma-se a sentença, concedendo-se a pensão com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, de acordo com a Lei Complementar n° 01/1992 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Umuarama.
Condena-se, ainda, o Município no pagamento das pensões atrasadas desde 01.04.01, valores que devem ser apurados mediante liquidação de sentença por cálculo (art. 475-B do CPC), corrigidos monetariamente pelo INPC, desde a data em que eram devidas e, juros desde a citação, no percentual de 6% ao ano até 11.01.2003 (entrada em vigor do Novo Código Civil), e após esta data juros de 1% ao mês.
Quanto aos ônus de sucumbência, condena-se, ainda, o recorrido no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 700,00 (setecentos reais), com fundamento no artigo 20, § 4º, do CPC, considerando o zelo profissional do advogado, o local de onde foram prestados os serviços Umuarama/Curitiba, a natureza e importância da causa, todo o trabalho desenvolvido, bem como o tempo necessário a sua realização.
III. Assim sendo, ACORDAM os Magistrados integrantes da Sétima Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, à unanimidade, em dar provimento ao apelo.
Presidiu o julgamento o Excelentíssimo Desembargador ANTENOR DEMETERCO JUNIOR, sem voto, e dele participaram os Excelentíssimos Desembargadores RUY FRANCISCO THOMAZ (Revisor) e GUILHERME LUIZ GOMES.
Curitiba, 10 de abril de 2007.
José Maurício Pinto de Almeida
Relator
Súmula 20 do STF - É necessário processo administrativo com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso.
Assim sendo, considerando a boa-fé do servidor falecido e a impossibilidade de terceiros virem a ser prejudicados pela inércia da Administração Pública, voto pelo provimento do recurso, e consequente registro da presente pensão.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na conformidade com o voto do Relator e das notas taquigráficas, por meio do voto de desempate de Conselheiro no exercício da Presidência, dar provimento ao recurso.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros HENRIQUE NAIGEBOREN, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, os Auditores JAIME TADEU LECHINSKI e SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA (VOTO VENCEDOR) e os Conselheiros ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, HERMAS EURIDES BRANDÃO e o Auditor IVENS ZSCHOERPER LINHARES (voto vencido).
Portanto, ao considerar a evolução histórica no sentido de tornar cada vez mais anacrônico o registro de atos de pessoal, aliado à interpretação sistemática do art. 71 da Constituição[12], que ao estabelecer as competências do Tribunal de Contas possui caráter excepcional em relação ao controle externo, de que é titular o Poder Legislativo, e, ainda o princípio hermenêutico da força normativa da constituição, que impõe como escolha, entre as interpretações possíveis, a adoção daquela que garanta maior eficácia, aplicabilidade e permanência das normas constitucionais, entendo que a melhor interpretação para o art. 71, inciso III, da Constituição Federal[13] seja aquela em que somente estão sujeitos à apreciação de legalidade para fins de registro: 1) os atos de admissão que possam implicar a existência decorrente de atos de aposentadoria, reforma ou pensão, o que exclui as admissões temporárias, e 2) os atos de aposentadoria, reforma ou pensão que tenham decorrido de admissão sujeita a registro, o que exclui benefícios tais como o auxílio-reclusão e a pensão por Mal de Hansen.
Ademais, não vejo qualquer óbice ao desiderato deste Tribunal em cumprir sua missão institucional. Os atos de pessoal, e não somente aqueles sujeitos a registro (promoções, ascensões, pagamento de adicionais e gratificações, etc.), não fogem à fiscalização por auditorias e inspeções, aliás, instrumentos estes muito mais eficazes, conforme comprova a prática no cotidiano das Cortes de Contas.
Diante do exposto, entendo pelo arquivamento/encerramento destes autos. Tendo em vista, entretanto, que em sede de prejulgado, autuado sob o nº 99891-9/14, foi ratificada a competência desta Corte para apreciação da legalidade, para fins de registro, das admissões de pessoal por prazo determinado e suas prorrogações, passo ao exame da presente admissão de pessoal.
Considerando que, nos presentes autos, a unidade técnica atendeu aos requisitos do conteúdo que devem constar da instrução processual, apesar do inadequado revestimento na forma, acolho os opinativos uniformes propondo que a admissão de Raquel Pantarotto Souza Padovan, contratada temporariamente para o cargo de professor, a fim de substituir Marcia Edilaine Lopes Consolaro, afastada para assumir o cargo de Diretora de Pós Graduação-DPG, conforme relatório circunstanciado da quarta fase (peça processual nº 021), seja considerada legal, concedendo-lhe o respectivo registro.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA, por unanimidade, em:
Apreciar como legal, nos termos dos opinativos uniformes, a admissão de Raquel Pantarotto Souza Padovan, contratada temporariamente para o cargo de professor, a fim de substituir Marcia Edilaine Lopes Consolaro, afastada para assumir o cargo de Diretora de Pós Graduação-DPG, conforme relatório circunstanciado da quarta fase (peça processual nº 021), concedendo-lhe o respectivo registro.
Votaram, nos termos acima, o Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e os Conselheiros Substitutos CLÁUDIO AUGUSTO KANIA e LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 16 de maio de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 7.
CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Relator
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro no exercício da Presidência

_____

1. *Art. 132 da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005.*
2. *Ementa: Uniformização de Jurisprudência – Contratação de Pessoal – Extrapolação de limite com gasto de pessoal imposto pela lei de responsabilidade fiscal – O ato que provoque aumento na despesa de pessoal é nulo de pleno direito – Os atos devem ser invalidados com efeitos ex tunc – Possibilidade de readmissão dos servidores exonerados, desde que a extrapolação tenha cessado e de que requisitos sejam atendidos – Impossibilidade de preterição – Desfazimento de atos – Ato vinculado – Necessidade de motivação – Garantia da ampla defesa – Ainda que o ente esteja com o limite de gasto com pessoal extrapolado poderá contratar pessoal temporário tão-somente para fins de reposição (aposentadoria, falecimento, exoneração, demissão e demais espécies de vacâncias de cargos) nas áreas de educação, saúde e segurança – Lei Complementar n° 108/05 cuida das contratações temporárias no Estado do Paraná – As contratações somente poderão ser feitas com estrita observância dos limites de gasto com pessoal, apenas para fins de reposição e, tão-somente nas áreas excepcionadas pela lei de responsabilidade fiscal, já que se trata de uma lei nacional – Necessidade de prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo – Verificada esta situação, a negativa de registro nesta casa não implicará em devolução dos valores pagos a título de salário, sob pena de caracterização de enriquecimento sem causa do poder público – Possibilidade de responsabilização do agente que operou de má-fé.*
3. *Ementa: Prejulgado – Admissão temporária de pessoal – Verificada a prática reiterada dessa forma de contratação – Espécie de seleção contemplada no texto constitucional – Finalidade: suprir necessidade premente da administração – Verificado conflito de imposições constitucionais – norma deturpada – Tramitação da PEC n° 133/07 que visa limitar o prazo das contratações temporárias – Requisito fundamental: existência de lei estabelecendo critérios e autorizando as contratações – Cada ente da federação deverá ter a sua própria lei, em face do princípio da autonomia administrativa – No Estado do Paraná trata-se da Lei Complementar n° 108/2005 e suas alterações, regulamentado pelo Decreto n° 4512/09 – Observância dos limites de gasto com pessoal – Prévia e expressa autorização governamental – As contratações deverão ser realizadas mediante um processo seletivo simplificado que deverá atender pressupostos mínimos para a sua validade – Os trabalhos poderão ser de natureza eventual ou permanente da administração, sob pena de engessar a máquina administrativa – Necessidade de apresentação de justificativas plausíveis – Atenção aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade – Considerando a limitação da autonomia universitária, nos casos das universidades, o reitor não poderá ser responsabilizado pelas contratações, por estar adstrito à expressa autorização governamental, nos casos de contratação com extrapolação de limite de gastos com pessoal – Possibilidade de responsabilização caso os demais pressupostos não sejam plenamente atendidos – Possibilidade de prorrogação contratual, desde que atendidos os limites globais estabelecidos em lei – As prorrogações deverão passar pelo crivo desta corte – Admissões originárias com registro negado, impossibilidade de prorrogação – ausência de eficácia plena – devolução de valores, ainda que a contratação tenha se dado de forma irregular: impossibilidade – Princípio da boa-fé – ressalva-se a comprovação de má-fé – quantias pagas pelos serviços prestados – devolução caracterizaria enriquecimento sem causa do poder público – valor social do trabalho – princípios expostos são válidos também, no que couberem, para os municípios – Tratou-se, mormente, de contratações realizadas pelas universidades estaduais – Contudo, as regras são válidas para outras áreas como saúde, administrativa ou qualquer outra.*
4. *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
(...)
III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
5. *Disponível em http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp. Consulta realizada em 02/09/2014.*
6. *"Pretende-se assegurar o cumprimento do preceito que prevê a aprovação em concurso para ingresso no serviço público, bem como evitar: as admissões com objetivos eleitoreiros; o nepotismo; a existência de quadros e tabelas de pessoal sem o devido controle sobre o número de cargos e/ou empregos; a pressão sobre o orçamento, decorrente de despesas criadas sem a correspondente previsão de recursos para atendê-las; o descumprimento do preceito que exige para determinados casos a capacitação profissional prevista em lei.*
A medida permitirá, ainda, um controle mais eficaz sobre acumulações ilícitas de cargos e/ou empregos."
7. *Merecem destaque os seguintes fatos: 1) essa é a primeira redação constitucional que menciona a apreciação de legalidade para fins de registro em vez de julgamento da legalidade e 2) o verbo "apreciar", mesmo que tenha sido alçado ao texto constitucional por um ato reformador sob a égide de uma fase expoente da autocracia do regime militar, foi mantido na Constituição de 1988.*
8. *O anteprojeto da Comissão de sistematização tinha a seguinte forma:*
"Art. 226. (...)
(...)
VI - a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive nas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de natureza especial ou provimento em comissão.
(...)
VII - a apreciação, para fins de registro, da legalidade da acumulação de cargos e das concessões iniciais de aposentadorias,reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores;"
9. *"Art. 85. (...)*
(...)
III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de natureza especial ou provimento em comissão, bem como das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;"
10. *"Inexiste a figura de 'cargo de natureza especial', mas sim e, na espécie, apenas os de provimento em comissão."*
11. *BRASIL Supremo Tribunal Federal. Recurso de Mandado de Segurança nº 3881 – SP. Recorrentes: Nicolino Morena, Erna Maerz e outros. Recorrido: Governador do Estado. Relator Ministro Nelson Hungria, Brasília, 22/11/1957. RTJ, v. 4, p. 85, jan./mar. de 1958*
12. *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;
II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;
III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;
IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;
VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;
VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;
VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;
IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;
X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;
XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.
§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
§ 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.
***13**. Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
(...)
III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

PROCESSO Nº:-474572/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE ALVORADA DO SUL
INTERESSADO:-ANTONIEL MARCELINO DOS SANTOS, ANTONIO APARECIDO DOS SANTOS, CARLOS ADILSON VERTUAN FILHO, DIEGO HENRIQUE TIBAES DE OLIVEIRA, EMANUEL HENRIQUE GABRIEL DE MELO, INGRYD WIEGMANN PINHEIRO, JOSE APARECIDO BATISTA, MARCOS ANTONIO VOLTARELLI, MATEUS ANTONIO RODRIGUES BUFALO, MUNICÍPIO DE ALVORADA DO SUL, PRISCYLLA GONCALVES MORENO, RENATO DOS SANTOS GARCIA
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
ACÓRDÃO Nº 1337/24 - PRIMEIRA CÂMARA

Admissão de pessoal. Processo Seletivo. Manifestações uniformes da unidade técnica e Ministério Público pelo registro com aplicação de multa e emissão de recomendações. Considerações do relator quanto à instrução processual. Não acolhimento da sugestão de aplicação de multa e emissão de recomendações. Registro.

RELATÓRIO

Trata-se de processo de admissão de pessoal realizado pelo Município de Alvorada do Sul para contratação temporária de psicólogo (02 vagas), motorista (07 vagas), operador de máquinas (01 vaga) e conforme edital nº 016/2023.

A unidade técnica (Instrução nº 5138/24 – peça processual nº 056) verificou a regularidade da documentação encaminhada, opinando pela legalidade e registro das admissões, sugerindo, ainda, a aplicação de multa em razão de descumprimento de prazo para envio de documentos e a emissão de determinações ao município para que, em futuros certames, observe os prazos para envio de documentos, contidos na Instrução Normativa 142/2018 e apresente justificativa adequada e pertinente para a abertura dos certames a serem realizados.

A representante do Ministério Público Exmª Sr.ª Katia Regina Puchaski (Parecer nº 294/24 – peça processual nº 059) corroborou a manifestação da unidade técnica pelo registro, aplicação de multa e emissão de determinações.

PROPOSTA DE DECISÃO[1]

A contratação temporária no âmbito estadual foi objeto de uniformização de jurisprudência e Prejulgado por esta Corte. O Acórdão nº 462/09 – Pleno[2], em sede de uniformização de jurisprudência, entre outras premissas estabeleceu que as contratações temporárias deverão ser concretizadas com estrita observância dos limites de gasto de pessoal e mediante prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.

O Acórdão nº 463/09 – Pleno[3], em sede de prejulgado, entre outras orientações fixou que as contratações temporárias devem ser devidamente justificadas, respeitando-se os princípios constitucionais da proporcionalidade e razoabilidade.

Em que pese ao fato deste Tribunal regular normativamente a apresentação para registro de contratações temporárias sob a forma de processo de admissão de pessoal das administrações municipais e estadual, vejo que isso não tem consonância com a melhor interpretação do art. 71, inciso III, da Constituição Federal[4].

Do ponto de vista da exegese histórica, o registro de atos, que em constituições anteriores não se limitava aos atos de pessoal, mas era condição prévia de validade de diversos atos e contratos da administração pública, veio sendo substituído por outros institutos fiscalizatórios, como auditorias e inspeções, em respeito à auto-executoriedade dos atos administrativos e independência entre os Poderes.

Em 06/05/1987, a Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Assembleia Constituinte realizou audiência pública, sendo convocado o Tribunal de Contas da União, representado por seu Presidente, Vice-Presidente e pelo Ministro decano, a fim de que fossem apresentadas sugestões ao texto constitucional em elaboração[5].

O Ministro decano, Exmº Sr. Ewald Pinheiro, convocado a expor por sua vasta experiência no cargo, fez a seguinte declaração em relação ao registro de atos no decorrer da história republicana brasileira:

"(...) Não quero perder a oportunidade de fazer aqui algumas considerações. Conheço o Tribunal de Contas de três Constituições. Iniciei minha vida constitucional no Tribunal de Contas. Então, conheço o Tribunal das Cartas de 1937, 1946 e 1967. São idênticos?

Evidentemente que não. O Tribunal como estabelecia a Constituição de 37 foi um; o de 46 foi outro e, hoje, temos outro Tribunal. Eles se separam nitidamente.

Nos regimes anteriores tínhamos o registro prévio e o registro posterior. Então, a tomada de contas era uma exceção, quer dizer, excepcionalmente o Tribunal julgava tomada de contas. O forte do Tribunal era o registro prévio posterior. Mas esse registro não incidia sobre a totalidade dos gastos. Era um registro ilusório, utópico, porque o registro posterior era feito depois que o ato estava praticado. Consequentemente, não se podia desmanchar o que estava errado. Punia-se, havia uma sanção, somente isto.

Hoje, com a tomada de contas, o Tribunal realmente está fortalecido e engrandecido. Quando a lei fortalece o Tribunal, fortalece o Congresso Nacional, porque cabe aos dois o desempenho do controle. Pela Constituição atual, o controle externo existe, tanto para o Tribunal quanto para o Congresso Nacional. Então, fortalecer o Tribunal é fortalecer o Congresso Nacional.

(...)

Há também um outro aspecto que eu gostaria de focalizar, a respeito das auditorias. O Tribunal perdeu o registro prévio mas ganhou uma arma importantíssima, que são as inspeções. Hoje em dia o Tribunal não mais espera que venha a ele o processo. Ele vai à entidade, organiza o processo e chega lá de surpresa. O melhor controle é aquele exercício de surpresa. É aquele controle onde o Tribunal decide quando deve controlar. O controle remoto, o controle que hoje se estabelece, com a prestação de contas pela entidade apenas um ano depois de encerrado o exercício, encontra os fatos já consumados. Muitas vezes os fatos se superpõem, fatos mais graves se sucedem a fatos menos graves e os de menos importância acabam sendo esquecidos, evidentemente. É uma lei natural. Então a arma das inspeções, que se delegou ao Tribunal em 1967, é poderosíssima. Em 1967 houve uma revolução no Tribunal de Contas porque perdemos esse registro prévio e o posterior, mas ganhamos a inspeção e o Tribunal faz sua auditoria orçamentária, financeira, patrimonial e hoje até programadas."

O Exmº Sr. Alberto Hoffman, Vice-Presidente do TCU, apresentou a sugestões, conforme consta dos canais do Senado Federal referentes à Assembleia Constituinte, do que cabe transcrição da parte alusiva ao registro de atos de pessoal:

"Art... (76) – O Tribunal de Contas julgará, para fins de registro, a legalidade dos atos de nomeação de pessoal para cargos de caráter efetivo, nos quadros permanentes dos órgãos da administração direta, bem como das concessões iniciais de aposentadoria, reformas e pensões, independente de julgamento as melhorias posteriores, que não alterem o fundamento legal do ato concessório."

V. Ex.as verão, de logo, a novidade, o registro de atos de nomeação de pessoal, para que, mais tarde, quem sabe, após 30 anos, quando alguém se apresentar termos, então, onde conferir essa nomeação. É uma sugestão que, evidentemente, a Constituinte acatará ou não."

A proposta foi corroborada pela declaração do Ministro decano:

"Um outro aspecto que eu gostaria de examinar, que incluímos na atual sugestão, é uma proposta que vai inovar mas que pretendo justificar, porque é uma opinião unânime nossa. É a questão de o Tribunal tomar conhecimento para julgar a nomeação de caráter efetivo para ingresso no Serviço Público. Por quê? Quando se aposenta um funcionário, a concessão, esse processo de aposentadoria vai ao Tribunal. Ora, se ele se aposentar vai ao Tribunal sem processo, não a sua admissão, e com um outro aspecto: se o pensionista, para ter sua pensão julgada legal, tem que mandar ao Tribunal o seu processo, e ele não tem vínculo com a administração, nunca pertenceu à pensão civil, à pensão militar, nunca foi funcionário, essa pensão não será julgada legal. Mas a admissão de um servidor não vai ao Tribunal. A proposta ainda achei que foi um pouco tímida, porque só se referiu aos órgãos diretos da administração. Eu incluiria tudo, a direta e a indireta, se coubesse a mim sugerir. Não sei por que essa distinção, porque hoje em dia a administração indireta é maior do que a direta. Dois terços dos gastos públicos pertencem à administração indireta. Então dá-se um terço ao Tribunal e retiram-se esses dois terços. Quer dizer, submeteria ao Tribunal a totalidade das admissões, inclusive vendo-se o que se passou em vários Estados, onde houve admissões, realmente ilegais, como tomamos conhecimento em extensos noticiários da imprensa. A forma de coibir é entregar ao Tribunal o julgamento desses atos quanto à sua legalidade."

Na tramitação durante a Assembleia Constituinte, o Tribunal de Contas foi objeto da Comissão V – Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, da qual veio o texto, e da Comissão III – Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, que apresentaram textos que foram agregados na Comissão de Sistematização. Da primeira, veio um inciso cuidando das admissões, ganhando relevo o fato de que foi empregado esse vocábulo no lugar de "nomeações para cargo efetivo", que constava da proposta apresentada pelo TCU em audiência pública. Cabe destacar que a redação final do anteprojeto da Comissão V, com a aprovação parcial da emenda 5S0008-7 (fl. 004 do vol. 143), foi incluído o inciso VI ao art. 52 do substitutivo do relator, com o objetivo de assegurar o preceito da aprovação em concurso público[6].

Da outra comissão veio o texto acerca de aposentadorias, reformas e pensões, reprodução do que constava na Constituição de 1969. Veja-se que é o texto A Emenda Constitucional nº 07, de 1977, que positivou o que historicamente ficou conhecido como "pacote de abril", já que foi editada pelo Presidente da República com o Congresso Nacional "fechado" por ato daquela autoridade, a fim de aumentar a concentração de poderes no Chefe do Poder Executivo, alterou a expressão "julgar da legalidade" para "apreciar da legalidade para fins de registro", incluindo parágrafo posterior para permitir ao Presidente da República ordenar a execução do ato mesmo com a recusa do registro pelo TCU, ad referendum do Poder Legislativo[7]:

§ 7º O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro, a legalidade das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões, independendo de sua apreciação as melhorias posteriores.

§ 8º O Presidente da República poderá ordenar a execução ou o registro dos atos a que se referem o parágrafo anterior e alínea 'b' do § 5º ad referendum do Congresso Nacional.

A Comissão de Sistematização fez alterações de cunho redacional e juntou os dois dispositivos em um único[8], resultando no texto que permaneceu inalterado até a apresentação do primeiro projeto a ser submetido ao Plenário da Assembleia Constituinte (Projeto A):

Art. 85(...)

(...)

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive nas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de natureza especial ou provimento em comissão, bem como das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

Para o denominado Projeto B somente houve alteração quanto às fundações

públicas, que passaram a constar como “instituídas e mantidas” em vez de “instituídas ou mantidas”[9]. A emenda 2T01458-9 (p. 173 do volume 301) suprime a expressão "cargo de natureza especial" posto que inexistiria tal figura no ordenamento jurídico[10]. A redação do Projeto C, que corresponde ao texto atual, assim ficou:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

(...)

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

Assim, a meu ver é evidente o anacronismo do instituto de registro de atos de pessoal. Anacronismo esse que é crescente, haja vista as decisões o Supremo Tribunal Federal que mitigam os efeitos do registro nas Cortes de Contas.

Ao tempo da vigência da Constituição de 1946, em que o Tribunal de Contas “julgava da legalidade” de atos de pessoal, é emblemática a decisão no RMS3881, da relatoria do Exmº Sr. Ministro Nelson Hungria, em que estabelece um alcance muito maior para o instituto que antecedia o registro:

"Ora ‘julgar da legalidade’ não é apenas apreciar a regularidade formal do ato administrativo, como parece entender o acórdão recorrido: é julgar de todas as condições intrínsecas e extrínsecas da sua legalidade. Assim sendo, a decisão do Tribunal de Contas quando aprobatória, não apenas dá executoriedade ao ato, como cria uma situação definitiva na órbita administrativa.[11]

Vale citar decisões que, ainda que proferidas em sede de mandado de segurança, e portanto, desprovidas de eficácia contra todos, vêm mitigando o alcance do instituto do registro: (sem grifos no original):

“Ato do TCU. (...) Negativa de registro a aposentadoria. (...) A inércia da Corte de Contas, por mais de cinco anos, a contar da aposentadoria, consolidou afirmativamente a expectativa do ex-servidor quanto ao recebimento de verba de caráter alimentar. Esse aspecto temporal diz intimamente com: o princípio da segurança jurídica, projeção objetiva do princípio da dignidade da pessoa humana e elemento conceitual do Estado de Direito; a lealdade, um dos conteúdos do princípio constitucional da moralidade administrativa (caput do art. 37). São de se reconhecer, portanto, certas situações jurídicas subjetivas ante o Poder Público, mormente quando tais situações se formalizam por ato de qualquer das instâncias administrativas desse Poder, como se dá com o ato formal de aposentadoria. A manifestação do órgão constitucional de controle externo há de se formalizar em tempo que não desborde das pautas elementares da razoabilidade. Todo o Direito Positivo é permeado por essa preocupação com o tempo enquanto figura jurídica, para que sua prolongada passagem em aberto não opere como fator de séria instabilidade intersubjetiva ou mesmo intergrupal. A própria CF de 1988 dá conta de institutos que têm no perfazimento de um certo lapso temporal a sua própria razão de ser. Pelo que existe uma espécie de tempo constitucional médio que resume em si, objetivamente, o desejado critério da razoabilidade. Tempo que é de cinco anos (inciso XXIX do art. 7º e arts. 183 e 191 da CF; bem como art. 19 do ADCT). O prazo de cinco anos é de ser aplicado aos processos de contas que tenham por objeto o exame de legalidade dos atos concessivos de aposentadorias, reformas e pensões. Transcorrido in albis o interregno quinquenal, a contar da aposentadoria, é de se convocar os particulares para participarem do processo de seu interesse, a fim de desfrutar das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (inciso LV do art. 5º).” (MS 25.116, Rel. Min. Ayres Britto, julgamento em 08/09/2010, Plenário, DJE de 10/02/2011.) No mesmo sentido: MS 26.053, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 18/11/2010, Plenário, DJE de 23/02/2011.

“Servidor público. Funcionário(s) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Cargo. Ascensão funcional sem concurso público. Anulação pelo TCU. Inadmissibilidade. Ato aprovado pelo TCU há mais de cinco anos. Inobservância do contraditório e da ampla defesa. Consumação, ademais, da decadência administrativa após o quinquênio legal. Ofensa a direito líquido e certo. Cassação dos acórdãos. Segurança concedida para esse fim. Aplicação do art. 5º, LV, da CF e art. 54 da Lei Federal nº 9.784/1999. Não pode o TCU, sob fundamento ou pretexto algum, anular ascensão funcional de servidor operada e aprovada há mais de cinco anos, sobretudo em procedimento que lhe não assegura o contraditório e a ampla defesa.” (MS 26.560, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 17/12/2007, Plenário, DJE de 22/02/2008.) No mesmo sentido: MS 26.393, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 29/10/2009, Plenário, DJE de 19/02/2010; MS 26.117, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 20/05/2009, Plenário, DJE de 06/11/2009; MS 26.406, Rel. Min. Joaquim Barbosa, julgamento em 01/07/2008, Plenário, DJE de 19/12/2008; MS 26.353, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 06/09/2007, Plenário, DJE de 07/03/2008. Vide: MS 25.525, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 17/02/2010, Plenário, DJE de 19/03/2010.

“É nula a decisão do TCU que, sem audiência prévia da pensionista interessada, a quem não assegurou o exercício pleno dos poderes do contraditório e da ampla defesa, lhe cancelou pensão previdenciária que há muitos anos vinha sendo paga.” (MS 24.927, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 28/09/2005, Plenário, DJ de 25/08/2006.) No mesmo sentido: MS 24.859, Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 04/08/2004, Plenário, DJ de 27/08/2004.

Não é somente o Supremo Tribunal Federal que vem mitigando a relevância do registro. Este Tribunal de Contas, por exemplo, já fez cair por terra a necessidade de registar a admissão para considerar legal o ato de inativação ou pensionamento decorrente do mesmo servidor:

Acórdão nº 688/2008 - Pleno

(...)

No mais, compreendo que por ser a pensão por morte um benefício pago aos dependentes do segurado com o fito de substituir a remuneração do servidor falecido, ele não pode estar vinculado ao registro da admissão do servidor nesta Corte, mas sim à contribuição.

Neste sentido trilho o mesmo entendimento esposado pelo Desembargador José Maurício Pinto de Almeida, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o qual peço vênia para transcrever integralmente:

APELAÇÃO CÍVEL Nº 369.830-8, DA COMARCA DE UMUARAMA (1ª Vara Cível).

Apelante: JOSÉ CARLOS GOMES.

Apelado: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.

Relator: Des. JOSÉ MAURÍCIO PINTO DE ALMEIDA.

Nº do Acórdão: 7779

APELAÇÃO CÍVEL. CONCESSÃO DE PENSÃO VITALÍCIA. SERVIDORA MUNICIPAL DE UMUARAMA. CONCURSO PÚBLICO. DECRETO Nº 211/93 QUE INVALIDOU AS NOMEAÇÕES E AUTORIZOU A OCUPAÇÃO PROVISÓRIA DOS CARGOS EM NOME DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO. PROVISORIEDADE QUE DUROU MAIS DE 8 (OITO) ANOS. SERVIDORA QUE ARCOU COM OS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS REGULARMENTE, DURANTE TODO O TEMPO DE SERVIÇO, ATÉ SEU FALECIMENTO EM 2001. INÉRCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA QUAL ESTA NÃO PODE SE BENEFICIAR. AUSÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE EXONERAÇÃO. DESOBEDIÊNCIA ÀS FORMALIDADES LEGAIS. DIREITO DO ESPOSO DE RECEBER A PENSÃO DA SERVIDORA FALECIDA. RECURSO PROVIDO. (sem grifos no original)

A servidora tão-somente permaneceu irregularmente no cargo porque a Administração Pública Municipal assim permitiu e anuiu, e, tendo contribuído para a previdência durante todo o tempo em que ocupou o cargo "provisoriamente", não pode a Municipalidade valer-se de sua própria inércia para negar o benefício previdenciário.

I. Trata-se de recurso de apelação interposto por JOSÉ CARLOS GOMES, objetivando a reforma da decisão prolatada pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Umuarama, que, nos autos de nº 180/2004, julgou improcedentes os pedidos do autor, condenando-o, com fulcro no artigo 20, § 4º, do CPC, no pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 100,00 (cem reais), ressalvando o disposto no artigo 12 da Lei de Assistência Judiciária Gratuita.

O apelante alega, em síntese, que:

a)-é viúvo de Maria Helena Balthazar Rosa Gomes, que era servidora pública municipal aprovada em concurso público posteriormente anulado, tendo, entretanto, permanecido no cargo "provisoriamente" de 11/11/93 até seu falecimento em 01/04/2001; logo, o que era para ser provisório tornou-se definitivo, visto que o Poder Público tinha o prazo de 05 anos para desligá-la do cargo, não o fazendo, o que convalidou sua nomeação;

b)-consoante a Lei Federal nº 9.784/99, em seu art. 54, o prazo prescricional para a Administração anular os seus atos é de 5 anos, a contar da data em que foram praticados, portanto, "as supostas irregularidades nas nomeações foram convalidadas pelo decurso do prazo decadencial";

c)-durante o tempo que serviu ao Município foram descontadas da servidora todas as contribuições previdenciárias, pelo que faz jus ao recebimento da pensão, visto que "a lei federal, não condicionando, para efeito de aposentadoria ou pensão vitalícia, nenhum outro critério, a não ser a efetiva contribuição, não poderia, como não pode, da mesma forma, a Lei Complementar Municipal nº 089, de 07/12/01, fixar normas diferente da Lei federal" (fl. 236).

Citou precedentes jurisprudenciais que entenderam no mesmo sentido de seu pleito, aduzindo, também, que, ao entender improcedentes os seus pleitos, estar-se-á violando o princípio da segurança jurídica, da boa-fé e da estabilidade das relações jurídicas frente a administração pública.

Caso não seja esse o entendimento do tribunal, diz o apelante, seja a servidora considerada reintegrada em seu antigo cargo (celetista), que ocupava desde 01.08.1987 até ser nomeada por concurso em 11.11.1993, pois, "das duas uma, ou a nova nomeação da falecida está consolidada pela prescrição administrativa, ou não está. E, nesta última hipótese, deveria retornar ao seu emprego celetista, anteriormente exercido".

O recorrido apresentou contra-razões às fls. 256/264.

A Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer de fls. 277/282, manifestou-se pelo conhecimento e provimento do recurso.

II. Compulsando os autos, observa-se que o apelante ingressou com pedido de pensão vitalícia em face do Município de Umuarama, visto que sua falecida esposa exercia o cargo de Atendente de Saúde[1], com carga horária de 40 horas semanais.

Efetivamente, a servidora foi contratada pelo Município de Umuarama no dia 1º de agosto de 1987 (fl. 24), para exercer a função de Auxiliar de Serviços, e permaneceu neste cargo até 31.03.1991, pois, em 03 de abril de 1991, foi nomeada, pelo Decreto 106/91, para ocupar o cargo de carreira de Atendente de Saúde (fl. 26), ante a habilitação em concurso público municipal, passando então para o regime estatutário.

Ocorre que o aludido concurso público foi invalidado mediante o Decreto nº 211, de 11 de novembro de 1993, e sua nomeação restou comprometida.

Todavia, no mesmo diploma restou consignado que:

"Art. 3º. Fica autorizado aos servidores acima referidos a que ocupem os cargos em que foram nomeados, provisoriamente, para que não seja comprometida a continuidade dos serviços públicos"[2].

Mas, ainda que provisoriamente, a falecida esposa do recorrente ocupou o cargo até o seu falecimento, em 1º.04.2001, ou seja, durante oito anos, e, durante todo esse tempo, a contribuição previdenciária foi regulamente descontada de seus vencimentos.

Assim, a responsabilidade cabe à Administração Pública, que silenciou à época, e manteve-se inerte, anuindo com a permanência da servidora no pleno desempenho de suas funções e contribuindo para o sistema de previdência municipal.

E, como sabido, para que a servidora pública fosse exonerada do cargo que assumiu mediante concurso público, deveria ter sido observado o procedimento adequado - processo administrativo[3] com ampla defesa e contraditório - pois, ainda que seja conferida à Administração Pública a faculdade de anular seus próprios atos quando eivados de nulidade, não pode fazê-lo sem observar os direitos adquiridos dos servidores concursados.

Nessa linha, é sedimentada a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

"Recurso extraordinário. 2. Concurso público. Irregularidades. Anulação do concurso anterior à posse dos candidatos nomeados. 3. Necessidade de prévio processo administrativo. Observância do contraditório e da ampla defesa. 4. Recurso extraordinário conhecido e provido"

(STF - Segunda Turma - RE 351489 / PR - PARANÁ - Rel. Min. GILMAR MENDES, j. em 07/02/2006).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTÁVEL. EXONERAÇÃO. I. - A perda de cargo por servidor público estável deve atender aos requisitos constitucionais. (...)".

(STF - Segunda Turma - RE-AgR 329001 / DF - DISTRITO FEDERAL - Rel. Min. GILMAR MENDES, j. em 23/08/2005).

Logo, a servidora permaneceu irregularmente no cargo porque a Administração

Pública Municipal assim permitiu e anuiu, e, tendo contribuído à previdência durante todo esse tempo, não pode a Municipalidade valer-se de sua própria inércia para negar-lhe o benefício com o qual contribuiu.
Nesse diapasão, consigne-se o parecer da do Procurador de Justiça Dr. MARIO SÉRGIO DE QUADROS PRÉCOMA:
"Note-se que a discussão acerca da prescrição do direito da Administração de rever seus próprios atos não possui qualquer relevância no caso posto. O fato de ter a servidora ocupado cargo temporário ou efetivo, ou a existência de qualquer irregularidade em sua investidura, não exime o Município da obrigação de prestar os benefícios previdenciários correspondentes, posto que se constituem em direitos inerentes a todo contribuinte filiado ao sistema de seguridade. Ou seja, há de se isolar o aspecto previdenciário, focando-se, para tais fins, na relação entre o servidor e o ente gestor da seguridade social, pouco importando os elementos externos dissociados desta relação. Do contrário, estar-se-ia a admitir a absurda situação de que a Municipalidade, após anos de inércia à regularização da situação de determinado grupo de servidores que fazia parte a contribuinte, pudesse vir a, simplesmente, desobrigar-se de prestar os benefícios previdenciários (aos quais se contribuiu regularmente), valendo-se para tal irregularidade a que, por si, deu causa. Tal hipótese não há de se admitir, não se podendo endossar que a Administração Municipal beneficie-se de sua própria torpeza".
Em caso análogo, decidiu esta Câmara:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO - CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA COM PROVENTOS PROPORCIONAIS - SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - NOMEAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO EIVADO DE NULIDADES - PERMANÊNCIA NO CARGO DE AGENTE SOCIAL POR MAIS DE UMA DÉCADA - INÉRCIA DO PODER PÚBLICO - RESPONSABILIDADE PELO ATO - SÚMULA 346 DO STF - RECURSO PROVIDO". (TJPR - 7ª Câm. Cível - Rel. Des. ANTENOR DEMETERCO JÚNIOR, ac. 6349, p. em 29/092006, DJ 7241).
Isso posto, seu cônjuge faz jus ao recebimento da pensão, não podendo ser prejudicado em razão do equívoco cometido pelo administrador, uma vez que a falecida servidora trabalhou e contribuiu para o sistema previdenciário municipal.
Assim sendo, reforma-se a sentença, concedendo-se a pensão com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, de acordo com a Lei Complementar n° 01/1992 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Umuarama.
Condena-se, ainda, o Município no pagamento das pensões atrasadas desde 01.04.01, valores que devem ser apurados mediante liquidação de sentença por cálculo (art. 475-B do CPC), corrigidos monetariamente pelo INPC, desde a data em que eram devidas e, juros desde a citação, no percentual de 6% ao ano até 11.01.2003 (entrada em vigor do Novo Código Civil), e após esta data juros de 1% ao mês.
Quanto aos ônus de sucumbência, condena-se, ainda, o recorrido no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 700,00 (setecentos reais), com fundamento no artigo 20, § 4º, do CPC, considerando o zelo profissional do advogado, o local de onde foram prestados os serviços Umuarama/Curitiba, a natureza e importância da causa, todo o trabalho desenvolvido, bem como o tempo necessário a sua realização.
III. Assim sendo, ACORDAM os Magistrados integrantes da Sétima Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, à unanimidade, em dar provimento ao apelo.
Presidiu o julgamento o Excelentíssimo Desembargador ANTENOR DEMETERCO JUNIOR, sem voto, e dele participaram os Excelentíssimos Desembargadores RUY FRANCISCO THOMAZ (Revisor) e GUILHERME LUIZ GOMES.
Curitiba, 10 de abril de 2007.
José Maurício Pinto de Almeida
Relator
Súmula 20 do STF - É necessário processo administrativo com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso.
Assim sendo, considerando a boa-fé do servidor falecido e a impossibilidade de terceiros virem a ser prejudicados pela inércia da Administração Pública, voto pelo provimento do recurso, e consequente registro da presente pensão.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na conformidade com o voto do Relator e das notas taquigráficas, por meio do voto de desempate de Conselheiro no exercício da Presidência, dar provimento ao recurso.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros HENRIQUE NAIGEBOREN, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, os Auditores JAIME TADEU LECHINSKI e SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA (VOTO VENCEDOR) e os Conselheiros ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, HERMAS EURIDES BRANDÃO e o Auditor IVENS ZSCHOERPER LINHARES (voto vencido).
Portanto, ao considerar a evolução histórica no sentido de tornar cada vez mais anacrônico o registro de atos de pessoal, aliado à interpretação sistemática do art. 71 da Constituição[12], que ao estabelecer as competências do Tribunal de Contas possui caráter excepcional em relação ao controle externo, de que é titular o Poder Legislativo, e, ainda o princípio hermenêutico da força normativa da constituição, que impõe como escolha, entre as interpretações possíveis, a adoção daquela que garanta maior eficácia, aplicabilidade e permanência das normas constitucionais, entendo que a melhor interpretação para o art. 71, inciso III, da Constituição Federal[13] seja aquela em que somente estão sujeitos à apreciação de legalidade para fins de registro: 1) os atos de admissão que possam implicar a existência decorrente de atos de aposentadoria, reforma ou pensão, o que exclui as admissões temporárias, e 2) os atos de aposentadoria, reforma ou pensão que tenham decorrido de admissão sujeita a registro, o que exclui benefícios tais como o auxílio-reclusão e a pensão por Mal de Hansen.
Ademais, não vejo qualquer óbice ao desiderato deste Tribunal em cumprir sua missão institucional. Os atos de pessoal, e não somente aqueles sujeitos a registro (promoções, ascensões, pagamento de adicionais e gratificações, etc.), não fogem à fiscalização por auditorias e inspeções, aliás, instrumentos estes muito mais eficazes, conforme comprova a prática no cotidiano das Cortes de Contas.
Diante do exposto, entendo pelo arquivamento/encerramento destes autos. Tendo em vista, entretanto, que em sede de prejulgado, autuado sob o nº 99891-9/14, foi ratificada a competência desta Corte para apreciação da legalidade, para fins de registro, das admissões de pessoal por prazo determinado e suas prorrogações, passo ao exame da presente admissão de pessoal.
Não vejo como viável estabelecer recomendações e determinações para serem cumpridas em atos e gestões que não sejam objetos dos autos em que aquelas são formuladas. Tanto processos de contas como de fiscalizações e de atos sujeitos a registro tratam de casos concretos, refugindo à resposta em tese, própria de processos de consultas, exigindo, portanto, nexo de causalidade com a concretude exarada nos autos.
Como o Regimento Interno tratou de determinações e recomendações de forma diferenciada para contas e fiscalizações, o seu silêncio quanto a atos sujeitos a registro é intencional, culminando na conclusão de que esses institutos são incompatíveis com tal espécie processual, guardando consonância com os desígnios da Constituição Federal.
Tendo em vista que, conforme o exposto, determinações, recomendações e ressalvas em processos de atos de pessoal são incompatíveis com a espécie processual dos autos, deixo de acolher as determinações propostas pela unidade técnica.
Quanto à multa sugerida pela unidade técnica, adoto como paradigma processual o teor do Acórdão nº 1.657/2008 - Pleno, que afastou imputação de devolução de valores em sede de impugnação, já que deveria ter havido a conversão do processo em tomada de contas. O fundamento utilizado foi o fato de que teriam sido ultrapassados os limites a que se prestava o processo de impugnação.
Nessa esteira, os processos de atos de pessoal têm por finalidade o registro nesta Corte, não estando o responsável pelo seu envio devidamente alertado para a possibilidade de aplicação de sanções. Como essa situação fere o princípio do devido processo legal, proponho que a aplicação da multa seja afastada.
Como não foram plenamente respeitados os preceitos do art. 352, caput, do Regimento Interno[14], nem as determinações do protocolo nº 44820-2/12, de 04/07/2012, a análise a cargo do relator ficou limitada ao que consta dos autos (a correlação entre as informações e as laudas em que se encontram).
Considerando que, nos presentes autos, a unidade técnica atendeu aos requisitos do conteúdo que devem constar da instrução processual, apesar do inadequado revestimento na forma, acolho os opinativos uniformes propondo que sejam as seguintes admissões consideradas legais, concedendo-lhes os respectivos registros:
01 – Ingryd Wiegmann Pinheiro, contratada para o cargo de psicólogo, contrato nº 017/2023 (fl. 006 da peça processual nº 056);
02 – Priscylla Gonçalves Moreno, contratada para o cargo de psicólogo, contrato nº 015/2023 (fl. 006 da peça processual nº 056);
03 – Diego Henrique Tibaes de Oliveira, contratado para o cargo de motorista, contrato nº 010/2023 (fl. 007 da peça processual nº 056);
04 – Renato dos Santos Garcia, contratado para o cargo de motorista, contrato nº 009/2023 (fl. 007 da peça processual nº 056);
05 – Antônio Aparecido dos Santos, contratado para o cargo de motorista, contrato nº 011/2023 (fl. 007 da peça processual nº 056);
06 – Antoniel Marcelino dos Santos, contratado para o cargo de motorista, contrato nº 013/2023 (fl. 007 da peça processual nº 056);
07 – José Aparecido Batista, contratado para o cargo de motorista, contrato nº 016/2023 (fl. 007 da peça processual nº 056);
08 – Carlos Adilson Vertuan Filho, contratado para o cargo de motorista, contrato nº 012/2023 (fl. 007 da peça processual nº 056);
09 – Mateus Antônio Rodrigues Bufalo, contratado para o cargo de motorista, contrato nº 018/2023 (fl. 007 da peça processual nº 056); e
10 – Emanuel Henrique Gabriel de Melo, contratado para o cargo de operador de máquinas, contrato nº 014/2023 (fl. 008 da peça processual nº 056).
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA, por unanimidade, em:
Apreciar como legais, nos termos dos opinativos uniformes, as admissões a seguir, concedendo-lhes os respectivos registros:
01 – Ingryd Wiegmann Pinheiro, contratada para o cargo de psicólogo, contrato nº 017/2023 (fl. 006 da peça processual nº 056);
02 – Priscylla Gonçalves Moreno, contratada para o cargo de psicólogo, contrato nº 015/2023 (fl. 006 da peça processual nº 056);
03 – Diego Henrique Tibaes de Oliveira, contratado para o cargo de motorista, contrato nº 010/2023 (fl. 007 da peça processual nº 056);
04 – Renato dos Santos Garcia, contratado para o cargo de motorista, contrato nº 009/2023 (fl. 007 da peça processual nº 056);
05 – Antônio Aparecido dos Santos, contratado para o cargo de motorista, contrato nº 011/2023 (fl. 007 da peça processual nº 056);
06 – Antoniel Marcelino dos Santos, contratado para o cargo de motorista, contrato nº 013/2023 (fl. 007 da peça processual nº 056);
07 – José Aparecido Batista, contratado para o cargo de motorista, contrato nº 016/2023 (fl. 007 da peça processual nº 056);
08 – Carlos Adilson Vertuan Filho, contratado para o cargo de motorista, contrato nº 012/2023 (fl. 007 da peça processual nº 056);
09 – Mateus Antônio Rodrigues Bufalo, contratado para o cargo de motorista, contrato nº 018/2023 (fl. 007 da peça processual nº 056); e
10 – Emanuel Henrique Gabriel de Melo, contratado para o cargo de operador de máquinas, contrato nº 014/2023 (fl. 008 da peça processual nº 056).
Votaram, nos termos acima, o Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e os Conselheiros Substitutos CLÁUDIO AUGUSTO KANIA e LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 16 de maio de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 7.
CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Relator
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro no exercício da Presidência

_____

1. Art. 132 da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005.
2. Ementa: Uniformização de Jurisprudência – Contratação de Pessoal – Extrapolação de limite com gasto de pessoal imposto pela lei de responsabilidade fiscal – O ato que provoque aumento na despesa de pessoal é nulo de pleno direito – Os atos devem ser invalidados com efeitos ex tunc – Possibilidade de readmissão dos servidores exonerados, desde que a extrapolação tenha cessado e de que requisitos sejam atendidos – Impossibilidade de preterição – Desfazimento de atos – Ato vinculado – Necessidade de motivação – Garantia da ampla defesa – Ainda que o ente esteja com o limite de gasto com pessoal extrapolado poderá contratar pessoal temporário tão-somente para fins de reposição (aposentadoria, falecimento, exoneração, demissão e demais espécies de vacâncias de cargos) nas áreas de educação, saúde e segurança – Lei Complementar

nº 108/05 cuida das contratações temporárias no Estado do Paraná – As contratações somente poderão ser feitas com estrita observância dos limites de gasto com pessoal, apenas para fins de reposição e, tão-somente nas áreas excepcionadas pela lei de responsabilidade fiscal, já que se trata de uma lei nacional – Necessidade de prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo – Verificada esta situação, a negativa de registro nesta casa não implicará em devolução dos valores pagos a título de salário, sob pena de caracterização de enriquecimento sem causa do poder público – Possibilidade de responsabilização do agente que operou de má-fé.

***3**. Ementa: Prejulgado – Admissão temporária de pessoal – Verificada a prática reiterada dessa forma de contratação – Espécie de seleção contemplada no texto constitucional – Finalidade: suprir necessidade premente da administração – Verificado conflito de imposições constitucionais – norma deturpada – Tramitação da PEC n° 133/07 que visa limitar o prazo das contratações temporárias – Requisito fundamental: existência de lei estabelecendo critérios e autorizando as contratações – Cada ente da federação deverá ter a sua própria lei, em face do princípio da autonomia administrativa – No Estado do Paraná trata-se da Lei Complementar n° 108/2005 e suas alterações, regulamentado pelo Decreto n° 4512/09 – Observância dos limites de gasto com pessoal – Prévia e expressa autorização governamental – As contratações deverão ser realizadas mediante um processo seletivo simplificado que deverá atender pressupostos mínimos para a sua validade – Os trabalhos poderão ser de natureza eventual ou permanente da administração, sob pena de engessar a máquina administrativa – Necessidade de apresentação de justificativas plausíveis – Atenção aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade – Considerando a limitação da autonomia universitária, nos casos das universidades, o reitor não poderá ser responsabilizado pelas contratações, por estar adstrito à expressa autorização governamental, nos casos de contratação com extrapolação de limite de gastos com pessoal – Possibilidade de responsabilização caso os demais pressupostos não sejam plenamente atendidos – Possibilidade de prorrogação contratual, desde que atendidos os limites globais estabelecidos em lei – As prorrogações deverão passar pelo crivo desta corte – Admissões originárias com registro negado, impossibilidade de prorrogação – ausência de eficácia plena – devolução de valores, ainda que a contratação tenha se dado de forma irregular: impossibilidade – Princípio da boa-fé – ressalva-se a comprovação de má-fé – quantias pagas pelos serviços prestados – devolução caracterizaria enriquecimento sem causa do poder público – valor social do trabalho – princípios expostos são válidos também, no que couberem, para os municípios – Tratou-se, mormente, de contratações realizadas pelas universidades estaduais – Contudo, as regras são válidas para outras áreas como saúde, administrativa ou qualquer outra.*

***4**. Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*

(...)

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

***5**. Disponível em http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp. Consulta realizada em 02/09/2014.*

***6**. "Pretende-se assegurar o cumprimento do preceito que prevê a aprovação em concurso para ingresso no serviço público, bem como evitar: as admissões com objetivos eleitoreiros; o nepotismo; a existência de quadros e tabelas de pessoal sem o devido controle sobre o número de cargos e/ou empregos; a pressão sobre o orçamento, decorrente de despesas criadas sem a correspondente previsão de recursos para atendê-las; o descumprimento do preceito que exige para determinados casos a capacitação profissional prevista em lei.*

A medida permitirá, ainda, um controle mais eficaz sobre acumulações ilícitas de cargos e/ou empregos."

***7**. Merecem destaque os seguintes fatos: 1) essa é a primeira redação constitucional que menciona a apreciação de legalidade para fins de registro em vez de julgamento da legalidade e 2) o verbo "apreciar", mesmo que tenha sido alçado ao texto constitucional por um ato reformador sob a égide de uma fase expoente da autocracia do regime militar, foi mantido na Constituição de 1988.*

***8**. O anteprojeto da Comissão de sistematização tinha a seguinte forma:*

"Art. 226. (...)

(...)

VI - a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive nas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de natureza especial ou provimento em comissão.

(...)

VII - a apreciação, para fins de registro, da legalidade da acumulação de cargos e das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores;"

***9**. "Art. 85. (...)*

(...)

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de natureza especial ou provimento em comissão, bem como das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;"

***10**. "Inexiste a figura de 'cargo de natureza especial', mas sim e, na espécie, apenas os de provimento em comissão."*

***11**. BRASIL Supremo Tribunal Federal. Recurso de Mandado de Segurança nº 3881 – SP. Recorrentes: Nicolino Morena, Erna Maerz e outros. Recorrido: Governador do Estado. Relator Ministro Nelson Hungria, Brasília, 22/11/1957. RTJ, v. 4, p. 85, jan./mar. de 1958*

***12**. Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

***13**. Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*

(...)

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

***14**. Art. 352. Recebido o processo, a unidade providenciará a sua instrução, dela constando o relatório dos fatos e dos atos praticados, a fundamentação e a conclusão, devendo, ainda, conforme a natureza do processo, apontar:*

I - a compatibilidade das informações contidas na autuação e na distribuição;

a irregularidade expressamente, a indicação do(s) responsável(s), com a quantificação dos valores imputados, se houver, enunciando a norma infringida;

III - se verificada a responsabilidade de outros agentes públicos ou particulares, pessoas físicas ou jurídicas, não arroladas na autuação, a unidade técnica deverá identificá-los, encaminhando os autos ao Relator para a inclusão no rol dos qualificados do processo e subsequente exercício do contraditório e da ampla defesa; (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

IV - para o pedido de diligência, mencionar o objeto pretendido, devidamente motivado;

V - na parte da fundamentação, a legislação aplicável, e se houver a jurisprudência do Tribunal sobre a matéria, a existência de prejulgado e Súmula, independente do convencimento técnico defendido;

VI - nas prestações ou tomada de contas, as recomendações, as determinações legais e as ressalvas que tenham constado do julgamento de processos anteriores da mesma entidade.

PROCESSO Nº:-566450/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE IMBITUVA
INTERESSADO:-ALEX RIBEIRO, ARTUR TESSAROLI BRANDL, CELSO KUBASKI, ELIAMAR SOARES POSSIDONIO, ELIZANDRA RIBEIRO ANTUNES, EMELIN KAUANE DOS SANTOS GALVAO, FABIELI FERREIRA VAZ, GEREMIAS DOS SANTOS, GILSIANE ELIAS GOMES, GRAZIELLE LEMES LEAL, JEAN CARLOS DA SILVA MACHADO, JOSE CARLOS CORDEIRO, JOSEFA SCHIMIT, JOSLAINE LEMOS DALZOTO, JULIANE PEDROSO MARTINS, LEANDRO DE OLIVEIRA, MUNICÍPIO DE IMBITUVA, NATANAEL PEREIRA, PAMELA SUELEN PINTO, PATRICIA CRISTINE DA SILVA OLIVEIRA, REGIANE SCHENEMANN, ROSANGELA APARECIDA FERREIRA, ROSECLEIA MARIA ALESSI IENKE, ROSELENE CIOTA, THIAGO ROBERTO SUREK
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
ACÓRDÃO Nº 1338/24 - PRIMEIRA CÂMARA

Admissão de pessoal. Concurso Público. Empregos Públicos de agente de combate a endemias e agente comunitário de saúde. Unidade técnica e Ministério Público de Contas pelo registro das admissões e expedição de recomendação. Considerações do relator quanto à instrução processual. Não acolhimento da proposta de aplicação da recomendação por ser incompatível com a espécie processual dos presentes autos. Legalidade. Registro.

RELATÓRIO

Trata-se de processo de admissão de pessoal, realizado pelo Município de Imbituva, para preenchimento de 06 (seis) vagas no emprego público de agente de combate a endemias, 04 (quatro) vagas no emprego público de agente comunitário de saúde, 04 (quatro) vagas no emprego público de agente comunitário de saúde – ESF Kely Cristina Menon Moleto, 02 (duas) vagas no emprego público de agente comunitário de saúde comunitário de saúde – ESF Eloir Chaves, 01 (uma) vaga no emprego público de agente comunitário de saúde – ESF Mato Branco, 02 (duas) vagas no emprego público de agente comunitário de saúde – ESF Palmar, 01 (uma) vaga no emprego público de agente comunitário de saúde – ESF Bela Vista, 02 (duas) vagas no emprego público de agente comunitário de saúde – ESF Lontrão, 03 (três) vagas no emprego público de agente comunitário de saúde – ESF Tanguará, 02 (três) vagas no emprego público de agente comunitário de saúde – ESF Vila Nova, 01 (três) vaga no emprego público de agente comunitário de saúde – ESF Apiaba e formação de cadastro de reserva para o emprego público de agente comunitário de saúde – ESF Dioneia Pereira Menosso Correia, conforme o edital de abertura nº 002/2023 (peça processual nº 042).

Quanto à primeira fase do processo seletivo em apreço, a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (Instrução nº 14000/23 – peça processual nº 013) registrou que, por meio do Sistema Integrado de Atos de Pessoal (SIAP) foi detectado outro processo de seleção de pessoal com os mesmos documentos do presente (nº 566574/23), mas tendo por objeto o edital nº 001/2023, referente ao preenchimento de cargos públicos, ou seja, sob o regime estatutário. A este respeito, lembrou que, exceto os empregos/cargos de agente comunitário de saúde e agente de combate a endemias que possuem regramento próprio (art. 198, §5° da Constituição Federal[1] e Lei Federal n° 11.350, de 05/10/2006), e os consórcios públicos, com o deferimento, em 02/08/2007, da Medida Cautelar na ADI 2135 pelo Supremo Tribunal Federal – que suspendeu a eficácia do art. 39, caput, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 019, de 04/06/1998[2] – a administração pública direta está impedida de editar legislação criando empregos públicos, subsistindo apenas aqueles decorrentes de legislação editada antes da referida decisão. Pelo exposto, entendeu pela necessidade de realização de diligência para esclarecimentos acerca da duplicidade de processos e para que seja informada a lei municipal de criação dos empregos públicos objeto do edital em apreço.

Por meio da petição intermediária nº 718013/23 (peças processuais nº 047 e 048), o Município de Imbituva informou que corrigiu o cadastro no SIAP quanto ao outro processo seletivo detectado, bem como que a presente admissão trata de contratação para os empregos públicos de agente de combate à endemias e agente comunitário de saúde, empregos criados por meio da Lei Municipal nº 1.093, de 23/05/2005 e alterações posteriores.

A CAGE (Instrução nº 1632/23 – peça processual nº 049) não detectou irregularidades na segunda fase do processo seletivo em apreço

Acerca da terceira fase do processo seletivo em apreço, a CAGE (Instrução nº 16040/23 – peça processual nº 050) verificou que não há legislação municipal cadastrada no SIAP para fundamentar a oferta de vagas para candidatos afrodescendentes. Ainda, entendeu pela inexistência de irregularidade quanto ao

apontamento feito na primeira fase e, ao final, concluiu pela realização de diligência.
Por meio da petição intermediária nº 28369/23 (peças processuais nº 054 e 055), o Município de Imbituva informou que não possui lei acerca de reserva de vagas para afrodescendentes, mas que, após tomar ciência da instrução da unidade técnica, iniciou preparativos para a elaboração de projeto de lei acerca do tema, o qual deverá ser enviado à Câmara Municipal após o fim do recesso de final de ano e, após aprovação, será feito o respectivo cadastro na atoteca desta Corte de Contas.
Em reanálise da terceira fase, a CAGE (Instrução nº 2933/24 – peça processual nº 056) entendeu que, tendo em vista os esclarecimentos prestados e a boa-fé dos inscritos, é possível relevar o apontamento. Opinou, entretanto, pelo registro de recomendação a fim de que o município edite legislação própria para normatizar a modalidade de reserva de vagas para afrodescendentes para os próximos concursos públicos e processos seletivos.
A CAGE (Instrução nº 5009/24 – peça processual nº 071) não detectou irregularidades na quarta fase do processo seletivo em apreço. Ao final, se manifestou pelo registro dos atos de admissão em apreço e pela emissão de recomendação a fim de que o município edite legislação própria para normatizar a modalidade de reserva de vagas para afrodescendentes para os próximos concursos públicos e processos seletivos
O representante do Ministério Público, Exmº Sr. Procurador Gabriel Guy Léger (Parecer nº 287/24 - peça processual nº 074), não se opôs ao registro dos atos de admissão dos presentes autos e à emissão da recomendação proposta pela unidade técnica.
PROPOSTA DE DECISÃO[3]
Ressalvo a minha opinião quanto à equivocada forma que tem adotado a unidade técnica para revestir os atos de sua participação no processo.
Não se trata de mera alteração formal da denominação do ato a cargo da unidade administrativa. O que o Regimento Interno exige, com as exceções previstas no próprio texto regimental (art. 159-A[4], por exemplo), é a instrução dos processos, nos moldes do art. 352[5] daquele diploma, pelas unidades técnicas. Portanto, a despeito da denominação adotada, o ato administrativo emanado pela unidade técnica em processos de atos sujeitos a registro tem de cumprir os mandamentos do art. 352 do Regimento Interno[4].
Na doutrina processual o termo “instrução” corresponde à fase instrutória ou probatória do processo que, em essência, destina-se à produção de provas, tendo contornos indefinidos, posto que as partes já iniciam a produção de provas com a petição inicial e contestação.
Como no processo afeto aos Tribunais de Contas não há claramente a tripartição do processo jurisdicional (juiz, autor e réu), a instrução processual, nela incluída a produção de provas, fica a cargo da unidade técnica, a fim de se manter a imparcialidade do órgão incumbido (relatores e órgãos colegiados) de apreciar a legalidade dos atos em análise.
Corrobora a tese a conceituação que consta do Vocabulário Jurídico do renomado mestre De Plácido e Silva (25ª edição, Editora Forense, Rio de Janeiro, 2004), em que instrução tem sentido equivalente a esclarecimento, elucidação, tendo o verbo “instruir” o sentido de praticar qualquer ato ou ação no processo com a intenção de provar, mostrar, esclarecer, documentar.
Foge à minha compreensão a atitude da unidade técnica em desmerecer a instrução dos processos de atos sujeitos a registro; repiso: a inobservância do art. 352 do Regimento Interno[4] e a, consequente, insuficiência fático-probatório para concluir acerca da legalidade do ato de aposentadoria.
Instruir tais processos é tarefa fundamental para que seja comprovada a legalidade de tais atos. E como, ao final da instrução, é conferida às unidades técnicas a competência para elaborarem instruções conclusivas, esse último ato irá também conter uma opinião, ou seja, em sentido amplo, um parecer.
Portanto, a instrução do processo contém um parecer, mas o contrário não é verdadeiro. Claro que essa conclusão só leva em conta o conteúdo dos atos, sendo despicienda a forma de que se revestem.
Ademais, pareceres são atos administrativos emitidos por órgãos consultivos, ou seja, por órgãos que são de aconselhamento e elucidação para que os órgãos ativos tomem as providências pertinentes (in “Curso de Direito Administrativo”, Celso Antônio Bandeira de Mello, Editora Malheiros, São Paulo, 25ª edição, 2007, p. 141, e in “Direito Administrativo”, Maria Sylvia Zanella di Pietro, Editora Atlas, São Paulo, 19ª edição, 2006, p. 496). Segundo a classificação doutrinária, as unidades técnicas são órgãos ativos, ou seja, que desempenham as atividades que visam ao fim determinado à administração a que pertencem. Portanto, a unidade técnica comporta-se como órgão ativo e não como órgão consultivo.
Ainda no que tange ao aspecto da forma adotada pela unidade técnica para revestir os seus atos no processo, ressalto que a alteração de denominação de atos não irá gerar profundas mudanças nos sistemas de trâmite, de processo eletrônico e de análise do SIM-AP em virtude de todas as associações automáticas já existentes nas respectivas bases de dados.
Quanto à recomendação sugerida, não vejo como viável estabelecer recomendações e determinações para serem cumpridas em atos e gestões que não sejam objetos dos autos em que aquelas são formuladas. Tanto processos de contas como de fiscalizações e de atos sujeitos a registro tratam de casos concretos, refugindo à resposta em tese, própria de processos de consultas, exigindo, portanto, nexo de causalidade com a concretude exarada nos autos.
Como o Regimento Interno tratou de determinações e recomendações de forma diferenciada para contas e fiscalizações, o seu silêncio quanto a atos sujeitos a registro é intencional, culminando na conclusão de que esses institutos são incompatíveis com tal espécie processual, guardando consonância com os desígnios da Constituição Federal.
Tendo em vista que, conforme o exposto, determinações, recomendações e ressalvas em processos de atos de pessoal são incompatíveis com a espécie processual dos autos, deixo de acolher a recomendação proposta.
Retornando ao exame da admissão de pessoal, como não foram plenamente respeitados os preceitos do art. 352, caput, do Regimento Interno[6], nem as determinações do protocolo nº 44820-2/12, de 04/07/2012, a análise a cargo do relator ficou limitada ao que consta dos autos (a correlação entre as informações e as laudas em que se encontram).
Considerando que, nos presentes autos, a unidade técnica atendeu aos requisitos do conteúdo que devem constar da instrução processual, apesar do inadequado revestimento na forma, acolho os opinativos uniformes propondo que sejam as seguintes admissões consideradas legais, concedendo-lhes os respectivos registros:
1 - Regiane Schenemann, admitida no emprego público de agente de combate a endemias, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
2 - Artur Tessaroli Brandl, admitido no emprego público de agente de combate a endemias, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
3 - Leandro de Oliveira, admitido no emprego público de agente de combate a endemias, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
4 - Alex Ribeiro, admitido no emprego público de agente de combate a endemias, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
5 - Roselene Ciota, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
6 - Emelin Kauane dos Santos Galvao, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
7 - Rosecleia Maria Alessi Ienke, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
8 - Geremias dos Santos, admitido no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
9 - Rosangela Aparecida Ferreira, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
10 - Eliamar Soares Possidonio, admitido no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
11 - Natanael Pereira, admitido no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
12 - Joslaine Lemos Dalzoto, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
13 - Elizandra Ribeiro Antunes, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
14 - Josefa Schimit, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
15 - Fabieli Ferreira Vaz, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
16 - Gilsiane Elias Gomes, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
17 - Juliane Pedroso Martins, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
18 - Jose Carlos Cordeiro, admitido no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
19 - Jean Carlos da Silva Machado, admitido no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
20 - Grazielle Lemes Leal, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
21 – Pamela Suelen Pinto, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
22 - Thiago Roberto Surek, admitido no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058); e
23 - Patricia Cristine da Silva Oliveira, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058); e
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA, por unanimidade, em:
Apreciar como legais, nos termos dos opinativos uniformes, as admissões a seguir, concedendo-lhes os respectivos registros:
1 - Regiane Schenemann, admitida no emprego público de agente de combate a endemias, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
2 - Artur Tessaroli Brandl, admitido no emprego público de agente de combate a endemias, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
3 - Leandro de Oliveira, admitido no emprego público de agente de combate a endemias, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
4 - Alex Ribeiro, admitido no emprego público de agente de combate a endemias, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
5 - Roselene Ciota, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
6 - Emelin Kauane dos Santos Galvao, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
7 - Rosecleia Maria Alessi Ienke, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
8 - Geremias dos Santos, admitido no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
9 - Rosangela Aparecida Ferreira, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
10 - Eliamar Soares Possidonio, admitido no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
11 - Natanael Pereira, admitido no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
12 - Joslaine Lemos Dalzoto, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
13 - Elizandra Ribeiro Antunes, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
14 - Josefa Schimit, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
15 - Fabieli Ferreira Vaz, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
16 - Gilsiane Elias Gomes, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
17 - Juliane Pedroso Martins, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
18 - Jose Carlos Cordeiro, admitido no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);

19 - Jean Carlos da Silva Machado, admitido no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
20 - Grazielle Lemes Leal, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
21 – Pamela Suelen Pinto, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058);
22 - Thiago Roberto Surek, admitido no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058); e
23 - Patricia Cristine da Silva Oliveira, admitida no emprego público de agente comunitário de saúde, conforme relatório circunstanciado da fase 4 (peça processual nº 058).
Votaram, nos termos acima, o Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e os Conselheiros Substitutos CLÁUDIO AUGUSTO KANIA e LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 16 de maio de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 7.
CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Relator
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro no exercício da Presidência

_____

1. *§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010) Regulamento*
2. *Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADI nº 2.135)*
3. *Art. 132 da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005.*
4. *Art. 159-A. Compete à área de instrução de processos e de requerimentos: (Redação dada pela Resolução n° 36/2013)*
I - instruir processos submetidos à sua apreciação, na forma prevista neste Regimento, mediante emissão de parecer conclusivo, especialmente os relativos a: (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
a) prestação das contas do Governador do Estado; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
b) projeto de resolução; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
c) processos e requerimentos de membros e servidores do Tribunal;(Redação dada pela Resolução n° 56/2016)
d) atos de contratação, de convênio e congêneres firmados pelo Tribunal; (Redação dada pela Resolução n° 36/2013)
e) recursos oriundos de processos por ela instruídos; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
f) concurso público do Tribunal;(Incluído pela Resolução n° 36/2013)
g) consultas internas das Diretorias subordinadas à Diretoria-Geral, a respeito de interpretação de lei ou de jurisprudência deste Tribunal; (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)
II - instruir os requerimentos de membros e servidores submetidos à apreciação do Presidente; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
III - (Revogado pela Resolução nº 36/2013)
IV - instruir demais requerimentos internos e externos, quando a matéria for de competência privativa do Presidente; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
V - (Revogado pela Resolução nº 36/2013)
VI - (Revogado pela Resolução nº 36/2013)
VII - (Revogado pela Resolução nº 36/2013)
VIII - manifestar-se, a qualquer tempo, nos processos de licitação, de contratação e de convênio e congêneres do Tribunal, sempre que determinado, de ofício ou por provocação de outra unidade, pelo Presidente. (Incluído pela Resolução n° 58/2016)
5. *Art. 352. Recebido o processo, a unidade providenciará a sua instrução, dela constando o relatório dos fatos e dos atos praticados, a fundamentação e a conclusão, devendo, ainda, conforme a natureza do processo, apontar:*
I – a compatibilidade das informações contidas na autuação e na distribuição;
II – para o exercício da ampla defesa, a instrução ou parecer deverá tipificar a irregularidade expressamente, a indicação do(s) responsável(s), com a quantificação dos valores imputados, se houver, enunciando a norma infringida;
III – se verificada a responsabilidade de outros agentes públicos ou particulares, pessoas físicas ou jurídicas, não arroladas na autuação, a unidade técnica deverá identificá-los, encaminhando os autos ao Relator para a inclusão no rol dos qualificados do processo e subsequente exercício do contraditório e da ampla defesa; (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
IV – para o pedido de diligência, mencionar o objeto pretendido, devidamente motivado;
V – na parte da fundamentação, a legislação aplicável, e se houver a jurisprudência do Tribunal sobre a matéria, a existência de prejulgado e Súmula, independente do convencimento técnico defendido;
VI – nas prestações ou tomada de contas, as recomendações, as determinações legais e as ressalvas que tenham constado do julgamento de processos anteriores da mesma entidade.
§ 1º As diligências propostas pelas unidades administrativas, dar-se-ão para a juntada ou apresentação de documentos ou esclarecimentos, excetuados os arrolados em atos normativos próprios de apresentação obrigatória, necessários para o exame de mérito, cumprindo ao Relator a apreciação e a fixação do prazo máximo de até 15 (quinze) dias para o seu atendimento. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
6. *Art. 352. Recebido o processo, a unidade providenciará a sua instrução, dela constando o relatório dos fatos e dos atos praticados, a fundamentação e a conclusão, devendo, ainda, conforme a natureza do processo, apontar:*
I - a compatibilidade das informações contidas na autuação e na distribuição;
a irregularidade expressamente, a indicação do(s) responsável(s), com a quantificação dos valores imputados, se houver, enunciando a norma infringida;
III - se verificada a responsabilidade de outros agentes públicos ou particulares, pessoas físicas ou jurídicas, não arroladas na autuação, a unidade técnica deverá identificá-los, encaminhando os autos ao Relator para a inclusão no rol dos qualificados do processo e subsequente exercício do contraditório e da ampla defesa; (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
IV - para o pedido de diligência, mencionar o objeto pretendido, devidamente motivado;
V - na parte da fundamentação, a legislação aplicável, e se houver a jurisprudência do Tribunal sobre a matéria, a existência de prejulgado e Súmula, independente do convencimento técnico defendido;
VI - nas prestações ou tomada de contas, as recomendações, as determinações legais e as ressalvas que tenham constado do julgamento de processos anteriores da mesma entidade.

PROCESSO Nº:-624078/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL, FRANCISQUELI CRISTINA CAUS, JOAO MARIANO DE OLIVEIRA, NELSON ALOISIO KUNSLER
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
ACÓRDÃO Nº 1340/24 - PRIMEIRA CÂMARA
Admissão de Pessoal. Legalidade e Registro. Com expedição de recomendação.
RELATÓRIO
Trata-se admissão de pessoal realizada pela CÂMARA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL com amparo no Edital nº 001/2023 de Concurso Público, para o cargo de auxiliar administrativo (Peça 14).
Inicialmente, a unidade técnica avaliou os atos preparatórios do processo de seleção e detectou irregularidades quanto à fase 1 por meio da Instrução nº 15708/23 – CAGE (Peça 17):
1) O encaminhamento dos dados referentes a fase 1 do processo de seleção de pessoal não respeitou o prazo de 5 dias úteis a contar da data de publicação do ato de dispensa ou de reconhecimento de inexigibilidade de licitação, 27/07/2023, conforme contido na Instrução Normativa nº 142/2018, pois o processo foi autuado em 11/10/2023 (Arts. 24, § 2º e 87, inciso II, alínea a da Lei Complementar Estadual 113/2005). (Caso se trate de execução direta com comissão organizadora permanente, o prazo deve ser analisado manualmente a partir do fim da produção de todos os documentos exigidos na fase 1 - Atos Preparatórios Iniciais).
2) Não há, no termo de referência, vedação expressa de subcontratação no caso de dispensa com fundamento no inciso XIII, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, porque sendo a licitação dispensada em razão das características da instituição contratada, não é admissível que terceirize o objeto para outra instituição.
3) A Taxa de inscrição em concurso público é considerada receita pública, razão pela qual os valores das inscrições devem ser depositados em conta única, vedados o depósito direto na conta da empresa organizadora e a burla ao princípio da unidade de tesouraria (art. 56 da Lei n. 4.320/64).
Segundo item 2.3.1, os recursos serão creditados em conta corrente da contratada.
A Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul juntou documentos (Peças 19-42) e apresentou defesa através de Petição (Peças 43-44).
Na Instrução n° 16374/23 - CAGE (Peça 46), a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão considerou que persiste a irregularidade com relação ao atraso no envio da fase 1. Além disso, apontou que o encaminhamento dos dados referentes à fase 2 do processo de seleção de pessoal não respeitou o prazo de 5 dias úteis a contar da data de publicação do extrato do contrato com a instituição responsável pela execução do processo de seleção de pessoal, 01/08/2023, conforme contido na Instrução Normativa nº 142/2018, pois a fase foi enviada em 24/10/2023.
Em resposta, a Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul juntou novos documentos (Peças 50-61).
Quanto à fase 3, a Unidade Técnica, na Instrução nº 3055/24 (Peça 62), constatou as seguintes irregularidades:
a) O encaminhamento dos dados referentes a fase 3 do processo de seleção de pessoal não respeitou o prazo de 5 dias úteis a contar da data de publicação do edital de abertura do processo de seleção de pessoal (ou de sua retificação), 24/08/2023, conforme contido na Instrução Normativa nº 142/2018, pois a fase foi enviada em 25/10/2023. A prestação de informações nos sistemas eletrônicos deste Tribunal na forma estabelecida é obrigatória (Arts. 24, § 2º e 87, inciso II, alínea a da Lei Complementar Estadual nº 113/2005).
b) Os membros da banca examinadora não possuem qualificação acadêmico/profissional compatível com todas as áreas de conhecimento que foram objeto de avaliação no certame, relativas aos cargos ofertados, conforme cópias dos diplomas dos examinadores ou de seus currículos Lattes.
Consoante Instrução n° 3059/24 (Peça 63) – CAGE, não foram encontradas irregularidades com relação à fase 4 do processo de seleção.
Em seguida, a entidade juntou documentos esclarecendo a formação profissional da banca examinadora do Concurso Público (Peças 67-69).
A CAGE, por meio da Instrução n° 4635/24 (Peça 70), considerou como superado este ponto, e opinou pelo registro das admissões e por expedição de recomendação:
a) Em futuros certames, se atente aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na Instrução Normativa nº 142/2018.
O Ministério Público de Contas manifestou-se no mesmo sentido conforme Parecer nº 286/24 – 4PC (Peça 73).
FUNDAMENTAÇÃO
Acompanho os opinativos da unidade técnica e do parquet quanto às admissões avaliadas nestes autos, pois, com base nos documentos apresentados pelo município, atenderam aos critérios exigidos.
Também sugiro a expedição de recomendação nos seguintes termos:
a) Em futuros certames, se atente aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na Instrução Normativa nº 142/2018.
No que diz respeito aos atrasos constatados no encaminhamento da documentação referente às fases da admissão, a expedição de recomendação sugerida pela unidade técnica comporta acolhimento, sem a imposição de multa.
A Instrução Normativa nº 142/2018 fixa claramente a obrigação de envio das informações e documentos nos prazos nela estipulados, contudo, no presente caso não houve prejuízo à fiscalização e a justificativa apresentada é plausível.
Desse modo, acolho a proposta pela expedição de recomendação para que o Município, nos próximos processos de seleção de pessoal, atenda aos prazos de envio das informações das admissões de pessoal, conforme a Instrução Normativa 142/2018 e atos normativos que a sucedam, a fim de que eventuais irregularidades sejam corrigidas e seus consequentes prejuízos reduzidos ainda durante a andamento do certame.
VOTO
Face ao exposto, proponho o voto:
a) pelo registro dos atos de admissão relacionados nos presentes autos;
b) pela expedição de recomendação para que a entidade, em futuros processos de admissão de pessoal, se atente aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na Instrução Normativa nº 142/2018.
Com o trânsito em julgado, após registro, os autos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as devidas providências e, em seguida, à Diretoria de Protocolo para o encerramento e o arquivamento.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, por unanimidade, em:
I – Determinar o registro dos atos de admissão relacionados nos presentes autos;

II – recomendar que a entidade, em futuros processos de admissão de pessoal, se atente aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na Instrução Normativa nº 142/2018;
III – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as devidas providências;
IV - encaminhar à Diretoria de Protocolo para o encerramento e o arquivamento.
Votaram, nos termos acima, o Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e os Conselheiros Substitutos JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO e LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 16 de maio de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 7.
LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro no exercício da Presidência

PROCESSO Nº:-284919/23
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CODEP - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
INTERESSADO:-LUIZ PEREIRA KEPPEN
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
ACÓRDÃO Nº 1342/24 - PRIMEIRA CÂMARA

Prestação de Contas. Companhia de Desenvolvimento de São José dos Pinhais. Exercício 2022. Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal, consoante disposições da IN nº 178/2023. Irregularidade das contas. Imposição de multa. Remessa de cópia ao Ministério Público Estadual.
I – RELATÓRIO PROPOSTA DE DECISÃO VENCIDA (CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSÉ MAURICIO DE ANDRADE NETO)
Trata-se de Prestação de Contas da CODEP – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, relativas ao exercício de 2022, encaminhadas pelo seu Diretor Presidente, LUIZ PEREIRA KEPPEN, dando cumprimento às disposições e às determinações legais.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, mediante a Instrução n.º 2.598/23 (peça n.º 17), em primeira análise, indicara as seguintes restrições:
a) Divergências de saldos em quaisquer classes ou grupos do Balanço Patrimonial entre os dados do SIM-AM e a Contabilidade;
b) O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.
Oportunizado o contraditório (peças n.º 18/28), a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – CODEP apresentou sua defesa (peças n.º 37/52), juntando documentos e alegando, em síntese, que:
a) ocorreu erro no sistema de contabilidade, pois as contas de resultados não foram zeradas quando da execução da rotina de abertura do exercício para o ano de 2022; ademais, o sistema desfez alguns lançamentos de encerramento do exercício de 2021. E, em decorrência deste fato, o sistema trouxe saldos incorretos do Balanço Patrimonial de 2021 para o Balanço Patrimonial de 2022;
b) encontra-se sem atividades e em processo de extinção. Além disso, aduz que após 04 anos da publicação da lei de extinção foi nomeada liquidante, com o fim de promover junto às Secretarias responsáveis todos os atos necessários para a devida liquidação da CODEP. Também pugna que está promovendo o levantamento dos bens imóveis pertencentes à companhia e que foi direcionada solicitação à Procuradoria Geral do Município para emissão de certidão sobre os andamentos judiciais.
c) os imóveis de matrículas nº 62.752, 62.753, 56.531, 60.991 do 2º Registro de Imóveis de São José dos Pinhais e o imóvel de matrícula nº. 53.940 do 1º. Registro de Imóveis do referido Município restam penhorados judicialmente (peça nº. 42).
d) os imóveis matriculados sob nº 58.501, 58.331 e 58.493 foram destinados a compor o sistema viário do Distrito Industrial e Parque Industrial da Volkswagen (peça nº. 43).
e) o imóvel matrícula nº. 49.534, que foi desapropriado para implantação do Parque Automotivo da Volkswagen do Brasil S.A., está arrolado na ação popular de nº. 0002360-79.200.8.16.0035,
f) o imóvel nº. 60.991 não consta na relação de Bens Imóveis que compõem o saldo da conta, mas o Presidente da entidade declara que em 31/12/22 estava registrado na conta Estoques.
A Unidade Técnica, em manifestação conclusiva, mediante a Instrução n.º 5408/23 (peça n.º 53), opina pela regularidade da impropriedade referente às Divergências de saldos em quaisquer classes ou grupos do Balanço Patrimonial entre os dados do SIM-AM e a Contabilidade e pela IRREGULARIDADE das contas da CODEP, uma vez que os documentos apresentados não conseguiram afastar a impropriedade referente ao item: O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal, pugnando pela aplicação das multas previstas no artigo 87, I, "b" e 87, IV "g" da LCE º 113/2005.
O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, por meio do Parecer n.º 81/24 (peça n.º 54), manifesta-se pela IRREGULARIDADE das contas e aplicação de MULTAS, conforme sugerido pela Unidade Técnica.
É o relatório.
II – FUNDAMENTAÇÃO E PROPOSTA DE DECISÃO VENCIDA (CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSÉ MAURICIO DE ANDRADE NETO)
Após análise detida do processo acompanho a Unidade técnica e o Ministério Público, pela irregularidade das contas em apreço, pelas razões as quais passo a expor.
II.1. Divergências de saldos em quaisquer classes ou grupos do Balanço Patrimonial entre os dados do SIM-AM e a Contabilidade
Na primeira análise realizada pela unidade técnica, foram levantadas irregularidades referentes à "Divergências de saldos em quaisquer classes ou grupos do Balanço Patrimonial entre os dados do SIM-AM e a Contabilidade".
Segundo a CGM, ficou evidenciada:
discrepância com os números levantados a partir dos dados enviados no Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), ferramenta de captação dos dados e registros de natureza contábil, financeira e patrimonial, cuja remessa cabe às próprias entidades, as quais são responsáveis pela exatidão das informações registradas na Contabilidade conforme demonstrado abaixo (peça 53, p. 2).

DEMONSTRATIVO DO ITEM:

VALORES DO EXERCÍCIO ATUAL

Especificação	Valor Balanço SIM-AM (R$)	Valor Balanço Contabilidade (R$)	Diferença (R$)
Ativo Circulante	5.156.782,49	5.156.782,49	0,00
Ativo Não Circulante	71.243.366,82	71.243.366,82	0,00
Total do Ativo	76.400.149,31	76.400.149,31	0,00
Passivo Circulante	494,15	494,15	0,00
Passivo Não Circulante	5.469,87	5.469,87	0,00
Patrimônio Líquido	76.394.185,29	76.394.185,29	0,00
Total do Passivo	76.400.149,31	76.400.149,31	0,00

VALORES DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Especificação	Valor Balanço SIM-AM (R$)	Valor Balanço Contabilidade (R$)	Diferença (R$)
Ativo Circulante	797.503,79	800.447,62	-2.943,83
Ativo Não Circulante	5.178.499,19	5.178.499,19	0,00
Total do Ativo	5.976.002,98	5.978.946,81	-2.943,83
Passivo Circulante	494,15	494,15	0,00
Passivo Não Circulante	11.999,29	11.999,29	0,00
Patrimônio Líquido	5.963.509,54	5.966.453,37	-2.943,83
Total do Passivo	5.976.002,98	5.978.946,81	-2.943,83

[1]
Todavia, após a apresentação da defesa, ficou comprovado que houve erro no sistema de contabilidade, o que levou à alimentação incorreta do programa, constando alguns lançamentos referentes ao exercício de 2021. Logo, as diferenças verificadas no quadro acima são decorrentes de mero equívoco quando da inserção de dados no sistema de Contabilidade da entidade. Ademais, a CODEP apresentara balanço patrimonial de 2022 com as devidas correções, sendo estas acatadas pela CGM. Desta forma, pugno que o item foi REGULARIZADO.
II.2. O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.
Já no tocante ao relatório do controle interno encaminhado sem os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal – item "b", entendo que assiste razão à CGM, quanto a sua manifestação pela não regularização, especialmente no que se refere às informações solicitadas sobre o processo de extinção da CODEP, aprovado pela Lei municipal nº 2970/2018.
Cumpre destacar que a entidade recebera autorização para dissolução, liquidação e extinção no ano de 2018. No entanto, a unidade técnica identificou no Balanço Patrimonial da CODEP, datado de 31/12/2022, o valor de R$ 71.241.131,56 (setenta e um milhões, duzentos e quarenta e um mil, cento e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos) na conta "Bens imóveis", constatando um significativo aumento relativo ao Balanço do ano de 2021, que constou na mesma rubrica o valor de R$ 5.162.337,01 (cinco milhões, cento e sessenta e dois mil, trezentos e trinta e sete reais e um centavo).
A alegação da entidade de que somente em 2022 foi efetuado o levantamento de todos os imóveis de sua propriedade e a atualização dos valores conforme valores de mercado imobiliário, que acarretou alteração no balanço patrimonial da CODEP, não é capaz de afastar a irregularidade do relatório, uma vez que permanece a carência de esclarecimentos das razões que fizeram a administração da entidade manter estes bens em nome da companhia, mesmo depois de mais de 5 anos da autorização de extinção da empresa por meio de lei municipal.
Para além, foi solicitado pela unidade técnica deste TCE/PR que fossem esclarecidos de forma individualizada os motivos pelos quais ainda não foram transferidos os imóveis de propriedade da CODEP para o Município. No entanto, a defesa, em sua manifestação, trouxe ao processo o esclarecimento sobre a situação de apenas 10 imóveis - de um total de 45 -, o que impede a análise de verificação quanto ao correto cumprimento dos procedimentos referidos na Lei Municipal 2970/2018 para a extinção da companhia.
Ademais, também foram solicitadas explicações sobre o montante da Conta "Estoques" em razão do aumento de 2021 para 2022 de R$ 335.499,77 (trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e sete centavos) para R$ 4.649.840,97 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta reais e noventa e sete centavos). Da mesma forma, foram apresentados os mesmos argumentos concernentes à atualização de valores dos bens consoante os preços de mercado sem, contudo, esclarecer as razões de estes imóveis ainda estarem em propriedade da CODEP há mais de 5 anos da autorização de extinção.
Nesse contexto, considerando que não houve demonstração integral dos motivos, por parte do responsável pela companhia, a justificar o não atendimento aos requisitos necessários a formalização do relatório de controle interno, nos termos da IN n.º 178/2023, a IRREGULARIDADE das contas é medida que se impõe.
Tal situação implica na imputação da MULTA prevista no 87, I "b" da LCE n.º 113/2005 - deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo.
A CGM propõe cumulativamente a aplicação da multa do artigo 87, IV, g da LCE 113/2005, em razão da não comprovação do cumprimento dos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal c/c arts. 4º a 8º, Capítulo III, da LOTC (LCE nº 113/05), haja vista o Relatório do Controle Interno não apresentar as abordagens mínimas sugeridas pelo Tribunal, em descumprimento às normas legais.
Contudo, entendo cabível apenas uma multa, qual seja, a do artigo 87, IV, "g" da LCE 113/2005, por ser mais gravosa que a prevista no 87, I, "b", considerando que não houve o atendimento pelo interessado das normas legais que fundamentam a prestação de contas, o que impediu a análise, por este Tribunal, da regularidade e legalidade do relatório do controle interno, mesmo após oportunizado o contraditório.
Nesse contexto, adoto o entendimento deste tribunal aduzido no acórdão nº. 174/21 – Relator Cons. Ivens Z. Linhares.
Diante do exposto, acompanhando a manifestação da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, e considerando tudo o que consta no processo, propõe-se, na forma do artigo 16, III, "b" da Lei Complementar n.º 113/2005:

1) Que esta Corte julgue pela IRREGULARIDADE das contas da CODEP – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, exercício de 2022, de responsabilidade de LUIZ PEREIRA KEPPEN, em razão de o Relatório do Controle Interno encaminhado não apresentar os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.
2) Aplicar a multa aduzida no artigo 87, IV, "g" da LCE n.º 113/2005, em razão da supramencionada irregularidade, ao Sr. LUIZ PEREIRA KEPPEN, presidente da CODEP – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, no exercício em análise.
Após o trânsito em julgado, encaminhe-se à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para providências, nos termos do artigo 301, parágrafo único, do Regimento Interno, tendo em vista os artigos 175-L e 248 do mesmo diploma legal e art. 28 da Lei Orgânica.
Oportunamente, à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento nos termos artigo 398 do RITCE/PR.
III – FUNDAMENTAÇÃO E VOTO VENCEDOR (CONSELHEIRO MAURICIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA)
Trata-se de Prestação de Contas da CODEP (Companhia de Desenvolvimento de São José dos Pinhais), relativa ao exercício-financeiro de 2021, de responsabilidade de Luiz Pereira Keppen, Diretor-Presidente.
O voto condutor do Auditor José Maurício de Andrade Neto, em convergência com a Unidade Técnica, deu-se pela irregularidade das contas em decorrência do "Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribuna".
Acompanhando o voto do relator, divirjo parcialmente, apenas para acrescentar um item na parte dispositiva do voto.
Os apontamentos indicados pela Unidade Técnica evidenciam um grave descontrole contábil na entidade, agravado sobremaneira quando verificado o numerário envolvido.
A ausência de informações referentes a 30 imóveis, cujo valor atinge cifras consideráveis, sugere a possibilidade de prejuízo ao erário.
Essa situação constitui relevância suficiente para que haja a apuração para além desta Corte de Contas.
Tendo isso em vista, a divergência aqui levantada se dá tão somente para acrescentar na parte dispositiva do voto, a determinação de encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual.
Tal medida visa permitir que, no exercício de suas atribuições institucionais, o Ministério Público possa investigar os eventos mencionados anteriormente.
No mais, acompanho o Relator.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO, por maioria absoluta, em:
I – Julgar, acompanhando a Coordenadoria de Gestão Municipal e o Ministério Público de Contas, na forma do artigo 16, III, "b" da Lei Complementar nº 113/2005, IRREGULARES as contas da CODEP – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, exercício de 2022, de responsabilidade de LUIZ PEREIRA KEPPEN, em razão de o Relatório do Controle Interno encaminhado não apresentar os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal;
II - aplicar a multa do artigo 87, IV, "g" da LCE nº 113/2005, em razão da supramencionada irregularidade, ao Sr. LUIZ PEREIRA KEPPEN, presidente da CODEP – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, no exercício em análise;
III – determinar a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual;
IV – determinar, após o trânsito em julgado, o encaminhamento à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para providências, nos termos do artigo 301, parágrafo único, do Regimento Interno, tendo em vista os artigos 175-L e 248 do mesmo diploma legal e art. 28 da Lei Orgânica;
V – encaminhar à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento nos termos artigo 398 do RITCE/PR.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA (voto vencedor).
O Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL (vencido), acompanhou o relator pela irregularidade com aplicação de multa.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 16 de maio de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 7.
JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Relator
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro no exercício da Presidência

_____
1. Peça n.º 53, p. 3.

PROCESSO Nº:-203653/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE FRANCISCO BELTRAO - IPPUB
INTERESSADO:-RAFAEL DAL ZOTTO
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
ACÓRDÃO Nº 1343/24 - PRIMEIRA CÂMARA
Prestação de Contas. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Franciso Beltrão - IPPUB. Exercício de 2023. Pela Regularidade.
I – RELATÓRIO
Trata-se de Prestação de Contas do INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE FRANCISO BELTRÃO - IPPUB, relativas ao exercício de 2023, encaminhadas pelo seu Diretor-Presidente, RAFAEL DAL ZOTTO, dando cumprimento às disposições e determinações legais.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, mediante a Instrução n.º 1.116/24 (peça n.º 06), após analisar a documentação acostada aos autos, manifesta-se pela REGULARIDADE das contas.
No mesmo sentido, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas opina por meio do Parecer n.º 265/24 (peça n.º 07).
É o relatório.
II – VOTO
Seguindo as manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, a partir do exame da documentação constante dos autos à frente das disposições constitucionais e legais, constata-se que as contas possuem condições de serem julgadas REGULARES, nos termos do art. 16, I, da LC 113/05.
III – CONCLUSÃO
Diante do exposto, propõe-se que esta Corte de Contas julgue pela REGULARIDADE das contas do INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE FRANCISO BELTRÃO- IPPUB, relativas ao exercício de 2023, de responsabilidade de seu Diretor-Presidente RAFAEL DAL ZOTTO.
Após o trânsito em julgado da presente decisão, autoriza-se o ENCERRAMENTO deste Processo, com base no artigo 398 do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO, por unanimidade, em:
I - Julgar regulares as contas do INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE FRANCISO BELTRÃO- IPPUB, relativas ao exercício de 2023, de responsabilidade de seu Diretor-Presidente RAFAEL DAL ZOTTO;
II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para o ENCERRAMENTO com base no artigo 398 do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, o Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e os Conselheiros Substitutos JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO e LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 16 de maio de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 7.
JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Relator
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro no exercício da Presidência

TCEPR
SECRETARIA DA 2ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

2ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

2ªSECAM - Atas

Sem publicações

2ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações

ATOS DE RELATORIA

Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Sem publicações

Conselheiro IVAN LELIS BONILHA

PROCESSO N.º: 578009/23
ENTIDADE: PINHAIS PREVIDÊNCIA
INTERESSADO: LEONI APARECIDA CRUZ DA SILVA, MARCIO DOS SANTOS RESZKO, ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO
PROCURADOR/ADVOGADO: REGINA MOREIRA DE AZAMBUJA RAMOS, RICARDO BAUMANN BINDO, VANESSA CARNEIRO GOMES DOS SANTOS, VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
DESPACHO: 674/24
Diante do opinativo constante no Parecer n.º 357/24 (peça 23) da 2ª Procuradoria de Contas desta Corte, defiro o sobrestamento do presente processo, de acordo com o art. 427[1] do Regimento Interno deste Tribunal.
Em atenção ao disposto no § 1º[2] do referido dispositivo, ressalto que o sobrestamento pretendido decorre da necessidade de julgamento do Prejulgado nº 247111/24.
Encaminhe-se à Secretaria da Segunda Câmara para as devidas anotações, conforme dispõe o art. 12, inciso VII[3], do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 22 de maio de 2024.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
__1__. Art. 427. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo, poderá o Relator, mediante decisão interlocutória, de ofício ou por provocação, determinar o sobrestamento, até decisão desse, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, devendo comunicar essa decisão no órgão colegiado competente para o julgamento da causa, nos termos deste Regimento.
__2__. § 1º Da decisão de sobrestamento deverá constar, de forma específica e detalhada, o fato que enseje o sobrestamento e a indicação de sua relevância para o deslinde do processo.
__3__. Art. 12. Aos Secretários de órgãos colegiados compete: (...)
VII – certificar nos autos as medidas e comunicações objetos de deliberação do órgão colegiado que independam da lavratura de acórdão;

PROCESSO N.º: 871925/18
ENTIDADE: PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO: ADEMAR LUIZ TRAIANO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, ILMA ELIZABETE MOREIRA MACENO, MARLUS DE OLIVEIRA, PARANAPREVIDÊNCIA
PROCURADOR/ADVOGADO: RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, FABIANO JORGE STAINZACK, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES
ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO: 676/24
Presentes os requisitos de admissibilidade (tempestividade, adequação procedimental, legitimidade e interesse), com fundamento no Art. 490[1] do Regimento Interno, recebo, em seu efeito suspensivo, os Embargos de Declaração interpostos pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (peça 37).
À Diretoria de Protocolo, para nova autuação, observada a regra do § 1º do Artigo mencionado.
Após, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 23 de maio de 2024.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
__1__. Art. 490. Cabem Embargos de Declaração, no prazo de 5 (cinco) dias, com efeito suspensivo, quando a decisão:
I – contiver obscuridade, dúvida ou contradição; ou
II – omitir ponto sobre o qual deveria pronunciar-se.
§ 1º Os Embargos de Declaração serão distribuídos ao Relator que houver proferido a decisão embargada e será incluído em pauta para julgamento no órgão colegiado em que foi proferida essa mesma decisão.
§ 2º A interposição de Embargos de Declaração interrompe o prazo para interposição de recursos contra a decisão embargada, desde que tempestivos.
§ 3º Não haverá nova instrução da unidade administrativa, nem nova manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
§ 4º O relator poderá decidir os embargos de declaração independentemente de nova autuação e sem submetê-lo ao órgão colegiado quando interpostos contra decisão monocrática.

PROCESSO Nº: 686514/13
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SENGÉS
INTERESSADO: ARISTIDES CARLOS GOMES NETTO, ELIETTI JORGE, ELIZANGELA HENNING FERREIRA DE MIRANDA, EROTILDE DE ALMEIDA, GEORGINA MARIA JORGE, HILLEBRAND DE BOER, JESSE BRIZOLA, JOAQUIM ARAUJO MEDEIROS, JURANDIR DE LARA, LENOIR ZEMBRUSKI, LUIZ CARLOS GIOVANETTI, MARCELO JOSE DE QUEIROZ, MIGUEL SOUSA LIMA, NEUZA MARIA TEODORO, RAFAEL DOS SANTOS DA SILVA, SONIA MARIA DE MELLO MIRANDA, VALDELEI DOS SANTOS, WALDOMIRO POPADIUK
PROCURADOR/ADVOGADO: BEATRIZ DIB GIOVANETTI, CELIO APARECIDO RIBEIRO, JAQUELINE MARQUES DE SOUZA, JOSLEIDE SCHEIDT DO VALLE, RENAN CRUZ DE OLIVEIRA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO
DESPACHO: 682/24
Por meio do Acórdão nº 917/23-STP (peça 179), houve a condenação de agentes públicos do Município de Sengés à restituição de valores recebidos a título de diárias no exercício de 2013.
Em sede recursal, noticiou-se a formalização de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público do Estado do Paraná e alguns servidores responsabilizados nos presentes autos.
A respeito, no Acórdão nº 692/24-STP (peça 218), ficou assim consignado:
[...] o Ministério Público de Contas demonstrou em seu Parecer nº 46/24, que o TAC firmado pelos recorrentes, não se tratou apenas do pagamento da multa, mas também da restituição de valores, que não foi comprovada pelos recorrentes nestes autos.
Conforme tabela demonstrativa do Parecer nº 46/24-4PC, os valores eventualmente restituídos não são idênticos aos apurados por este Tribunal (pág. 4).
Assim, embora exista correlação entre as sanções, o pagamento da multa e parte do ressarcimento não afastam a irregularidade, devendo os recorrentes quando da fase de execução da decisão deste Tribunal, apresentar os valores efetivamente pagos a título de restituição para que sejam abatidos dos valores apurados pela instrução processual.
Na Informação nº 1674/24-CMEX (peça 238), constaram os registros dos valores das sanções impostas por esta Corte.
O Sr. LUIZ CARLOS GIOVANETTI juntou aos autos impugnação à memória de cálculo, acompanhada de documentos (peças 242/249), requerendo a exclusão, do montante calculado pela CMEX, dos empenhos por ele já restituídos ao erário.
A unidade técnica procedeu, então, ao exame da documentação apresentada pelo requerente (Informação nº 2094/24-CMEX, peça 250).
Após, às peças 251/252, ELIETTI JORGE, HILLEBRAND DE BOER, VALDELEI DOS SANTOS, MARCELO JOSÉ DE QUEIROZ, RAFAEL DOS SANTOS SILVA e LENOIR ZEMBRUSKI apresentaram impugnação ao cálculo de peça 238, demonstrando, de forma individualizada, os valores a serem abatidos de cada executado, reiterando a existência de bis in idem.
Pois bem.
A documentação apresentada por LUIZ CARLOS GIOVANETTI já foi apreciada pela Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, de modo que o recálculo do valor da sanção de restituição de valores está em condições de ser efetivado e devidamente registrado.
Desse modo, encaminhe-se à CMEX para que:
i) adote as medidas pertinentes quanto ao recálculo dos valores devidos por LUIZ CARLOS GIOVANETTI;
ii) analise o requerimento e os documentos juntados aos autos por ELIETTI JORGE, HILLEBRAND DE BOER, VALDELEI DOS SANTOS, MARCELO JOSÉ DE QUEIROZ, RAFAEL DOS SANTOS SILVA e LENOIR ZEMBRUSKI (peças 251/252).
Publique-se.
Curitiba, 24 de maio de 2024.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 285218/24
ENTIDADE: COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA
INTERESSADO: KURICA AMBIENTAL S/A
PROCURADOR/ADVOGADO: FERNANDO GUSTAVO KNOERR, VIVIANE COELHO DE SELLOS KNOERR
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 684/24
1. Trata-se de Representação da Lei nº 8.666/93, com pedido cautelar, formulada por KURICA AMBIENTAL S/A, mediante a qual noticiou supostas irregularidades perpetradas pela COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA – CMTU-LD por ofensa ao dever de manutenção da proposta formulada e a segurança jurídica na condução da disputa de propostas. ofensa ao princípio da isonomia; formulação de proposta posterior em valor superior; ofensa ao princípio da vinculação ao edital e a interferência no caráter competitivo do certame; e dever de recusa do preço manifestamente inexequível, na condução da licitação do Pregão Eletrônico nº 12/2023, destinado à "Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de operação da Central de Tratamento de Resíduos – CTR, compreendendo a prestação dos serviços de manutenção da CTR; operação, manutenção e monitoramento da área de disposição dos resíduos; operação e manutenção do galpão de compostagem e das lagoas de armazenamento de lixiviado".
O processo foi distribuído por prevenção, arts. 278, I, 340 e art. 346, § 1º do Regimento Interno c/c art. 55 do Código de Processo Civil, por conexão com o processo nº 813997/23, de REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993.

Informou que a empresa QUEBEC foi declarada vencedora com proposta no valor de R$ 404.800,00 (quatrocentos e quatro mil reais e oitocentos reais) mensais. Sendo que basicamente repete os argumentos trazidos na representação apresentada em 25 de janeiro de 2024, autuada no processo nº 43007/24, a qual igualmente a presente representação foi distribuída a deste relator por conexão com o processo nº 813997/23, de REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993.
É o relatório.
2. Compulsando os autos verifico que não há guarida para o recebimento da Representação, pois está configurada a litispendência.
O presente feito possui o mesmo pedido, a mesma causa de pedir e as mesmas partes dos autos de nº 43007/24, também em trâmite perante este Tribunal.
Na representação anterior feita também pela ora representante já ocorreu oitiva prévia do órgão municipal, seu pregoeiro, houve o recebimento da representação nos termos de Despacho nº 246/24 (peça 34) e atualmente aguarda o prado dos ofícios de contraditório.
Conforme ·art. 337, §§§ 1º, 2º e 3º, do CPC[1], a litispendência ocorre quando se repete ação que está em curso, isto é, quando se propõe uma segunda ação com identidade de partes, causa de pedir e pedido com relação a outra já ajuizada.
Presente o pressuposto processual objetivo negativo, o segundo processo deve ser extinto, porque um dos principais efeitos da litispendência é justamente o de impedir a reprodução de causa idêntica.
3. Como exposto, há litispendência, motivo pelo qual DEIXO DE RECEBER esta representação, com base no art. 485, V, do CPC[2], e art. 52 da Lei Complementar nº 113/2005[3].
4. Encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto a este Tribunal de Contas para ciência da decisão.
5. Após o decurso de prazo, encerre-se o processo, nos termos do artigo 398, §2º[4], c/c 276, §§3º e 5º[5], do Regimento, com remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para arquivamento.
Publique-se.
Curitiba, 24 de maio de 2024.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

__1__. Art. 337 [...]
§ 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.
§ 2º Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
§ 3o Há litispendência quando se repete ação que está em curso.
__2__. Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:
[...]
V - reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada;
__3__. Art. 52. Aplica-se subsidiariamente o Código de Processo Civil, no que couber, em todos os julgamentos no âmbito do Tribunal de Contas.
__4__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
[...]
§ 2º O relator poderá determinar o encerramento do processo, em sede de juízo de admissibilidade, nas hipóteses previstas regimentalmente. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
__5__. Art. 276. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.
[...]
§ 3º Protocolada e autuada, a denúncia será distribuída ao Conselheiro Relator para o exercício do juízo de admissibilidade. (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)
[...]
§ 5º Caso o expediente não seja recebido como denúncia, o Conselheiro Relator poderá determinar a autuação e processamento compatíveis com os assuntos previstos neste Regimento ou determinar o seu arquivamento. (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)

Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL

Sem publicações

Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO

PROCESSO N.º: 333898/23
ORIGEM: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADOS: BACHIR ABBAS, ELISABETH DE FÁTIMA ALVES DA SILVA, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
PROCURADORES:
ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO N.º: 672/24
Trata-se de requerimento destinado ao exame de legalidade, para fins de registro, da aposentadoria da servidora Elisabeth de Fátima Alves da Silva, ocupante do cargo de professora, aposentada com fundamento no art. 40, § 1º, III, b da Constituição Federal.
Por meio da Instrução n.º 1742/24-CGM (peça 65), a Coordenadoria de Gestão Municipal, após análise dos documentos apresentados pelo Ente às peças 58-64, manifestou-se pela negativa de registro do ato de concessão de aposentadoria, em razão das irregularidades apontadas no item “III” de sua Instrução, contudo, sugeriu ainda, a expedição de ofício ao gestor da entidade, bem como ao gestor do ato, para apresentarem defesa/saneamento em face das irregularidades apontadas.
Do exposto, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda a intimação de BACHIR ABBAS, para que lhe seja assegurado o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
Assinalo o prazo regimental de 15 (quinze) dias para eventual manifestação.
Publique-se.
Curitiba, 22 de maio de 2024.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 189851/23
ORIGEM: MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS
INTERESSADOS: SAMUEL TEIXEIRA
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO N.º: 677/24
Por meio da Petição Intermediária n.º 357790/24 (peças 21 e 22), protocolada em 16/05/2024, o MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS opôs embargos declaratórios contra o Parecer Prévio n.º 225/24 - Segunda Câmara (peça 20).
Conforme consta na Certidão de Publicação DETC n.º 7870/24 - DG (peça 23), a decisão foi disponibilizada no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (DETC) n.º 3210, em 16/05/2024. Tendo em vista que é considerada como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no DETC – in casu, 17/05/2024 – o prazo derradeiro para a presente medida se encerra no dia 24/05/2024.
Assim, verifico que a peça recursal foi inserida nos autos de forma tempestiva, nos termos do art. 386 do Regimento Interno, de modo que, considerando o disposto nos arts. 477[1] e 490[2] do mesmo diploma regimental, entendo estarem presentes os requisitos de admissibilidade, pelo que recebo os Embargos de Declaração opostos e determino o encaminhamento dos presentes autos à Diretoria de Protocolo (DP) para nova autuação, conforme preconiza o art. 477, § 2º[3], do Regimento Interno.
Em seguida, retornem para análise.
Publique-se.
Curitiba, 23 de maio de 2024.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____

__1__. Art. 477. A petição recursal, contendo as razões e acompanhada dos documentos nela referidos, que ainda não integrem os autos, será dirigida ao Relator da decisão recorrida, que deverá efetuar o juízo de admissibilidade, relativo à tempestividade, adequação procedimental, legitimidade e interesse.
__2__. Art. 490. Cabem Embargos de Declaração, no prazo de 5 (cinco) dias, com efeito suspensivo, quando a decisão:
I - contiver obscuridade, dúvida ou contradição; ou
II - omitir ponto sobre o qual deveria pronunciar-se.
__3__. Art. 477. (...) § 2º Admitido o recurso pelo Relator da decisão recorrida, proceder-se-á à nova autuação, passando o processo a ser identificado com o nome do recurso com o qual foi recebido, e a nova distribuição por sorteio de Relator, excetuados os recursos previstos nos incisos III, IV e V do art. 473, que terão o mesmo Relator.

PROCESSO N.º: 374024/24
ORIGEM: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PARAÍSO
INTERESSADOS: FERNANDO SYMCHA DE ARAÚJO MARÇAL VIEIRA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO N.º: 682/24
Tratam os autos de Representação da Lei de Licitações, com pedido de medida cautelar, formulado por FERNANDO SYMCHA DE ARAÚJO MARÇAL VIEIRA em face do Município de Bela Vista do Paraíso, tendo em vista a existência de irregularidade na realização de certame para aquisição de pneus.
Alega a parte representante, à peça 3, que o cerne da presente está relacionado à exigência, no edital do processo licitatório, de que os pneus a serem adquiridos para os veículos da frota municipal sejam de fabricação nacional; que essa exigência restritiva viola princípios da Lei de Licitações (Lei Federal n.º 14.133/2021); que a nacionalidade do produto ofertado por um licitante só deve ser considerada em caso de empate entre propostas, e não como critério determinante de participação no certame; que a imposição de tal restrição vai contra a isonomia e o princípio da competitividade, essenciais em processos licitatórios; que é necessário ampliar a competitividade no processo, permitindo a participação de empresas que ofereçam produtos estrangeiros de qualidade aprovada, conforme especificações técnicas aferidas pelo Inmetro; que a Administração Pública deve justificar tecnicamente qualquer exigência feita nos editais de licitação, o que não teria ocorrido no caso em questão; que as jurisprudências de Tribunais de Contas desaprovam a diferenciação entre produtos nacionais e estrangeiros em licitações, salvo quando determinado por lei específica; que há dano à competitividade, devendo ser suspenso o processo licitatório e retificado o edital; e que existe ilegalidade da exigência de produtos de fabricação nacional no processo licitatório em questão, defendendo a imparcialidade, a competitividade e o cumprimento dos princípios legais nas contratações públicas.
É o breve relato.
Preliminarmente, a fim de possibilitar o exercício do contraditório e da ampla defesa, encaminhe-se os autos à Diretoria de Protocolo para INTIMAÇÃO, com fundamento nos arts. 404, caput, e 405, ambos do Regimento Interno[1], por meio eletrônico e por telefone, com a devida certificação nos autos, do MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PARAÍSO, na pessoa de seu representante legal, para apresentação de manifestação preliminar quanto aos apontamentos de supostas irregularidades constantes na presente Representação da Lei n.º 8.666/1993, juntando aos autos a documentação que entender relevante, no prazo de 5 (cinco) dias.
Após, regressem os autos para o exercício do juízo de admissibilidade.
Publique-se.
Curitiba, 23 de maio de 2024.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____

__1__. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.
Art. 405. A intimação para resposta prévia ou cumprimento da medida cautelar será encaminhada por e-mail ou comunicada por telefone, iniciando-se a contagem do prazo a partir da certificação da sua realização.
§ 1º As intimações de que trata o caput poderão ser encaminhadas por outros meios tecnológicos ou digitais idôneos, conforme disposto em Instrução Normativa.
§ 2º As intimações de que trata o caput não serão realizadas por comunicação processual eletrônica ou ofício com aviso de recebimento, exceto no caso de impossibilidade material devidamente certificada pela Diretoria de Protocolo.

PROCESSO N.º: 261750/24
ORIGEM: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
INTERESSADOS: ANDRE LUIS BADUINO, ANDRE LUIS BADUINO 09584334964, FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA, HERALDO TRENTO, JHONATAN CARLOS DOS SANTOS, MUNICÍPIO DE GUAÍRA
PROCURADORES:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO N.º: 687/24

Retornam os autos de Representação da Lei de Licitações - Pregão (peça 03), com pedido de medida cautelar, apresentada pelo Sr. André Luis Badno em face da contratação da empresa Family Distribuidora Ltda para fornecer produtos alimentícios descritos nos itens 6, 8 e 9 (peça 04, fls. 43/44) para o café da manhã diário dos servidores públicos municipais, consoante Edital de Pregão n.º 015/2024, promovido pelo Município de Guaíra.

O interessado narra que o instrumento licitatório supostamente não foi respeitado, destacou que na cláusula 5.4 do Termo de Referência (peça 04, fl.45) é determinado que a entrega dos produtos: Mortadela tipo Bologna Defumada de 1ª Qualidade e Queijo Muçarela de 1ª Qualidade (itens 8 e 9) ocorram diariamente, bem como é vedado a subcontratação, conforme estabelecido na cláusula 4.1 do edital (peça 04, fl. 44), deste modo, a empresa contratada não poderá terceirizar as entregas.

O Representante afirma que a empresa Family Distribuidora Ltda está localizada em Cascavel – PR, a cerca de 150 km de distância de Guaíra – PR, tal qual, tomou conhecimento de maneira informal que as entregas serão efetuadas apenas duas vezes na semana, infringindo o princípio da vinculação ao edital e que a empresa Representada não efetuou a entrega dos produtos. Ainda, supostamente promove prejuízo aos concorrentes, vez que, tal possibilidade não constou no edital o que: "prejudicou a proposta desta empresa que Representante, a qual apresentou proposta com menos de 10% (dez por cento) de diferença sobre a vencedora, isso porque é de Guaíra – PR e considerou os gastos diários de entrega no local indicado" (peça 3, fls.3/4).

Ademais, aduz que: "a empresa sequer possui alvará sanitário, o que seria importante, embora o edital não tenha exigido tal documento. Aí fica claro que houve falha do município, pois se trata de bens perecíveis que estragam com facilidade (queijo e mortadela)" (peça 3, fl. 5).

Por fim, postula por declaração de inexequibilidade e desclassificação da empresa contratada do procedimento licitatório, tal como, a concessão da medida liminar com a finalidade de suspender novas ordem de compras ou a execução do contrato, objetivando assegurar sua classificação.

Preliminarmente ao juízo de admissibilidade e à análise do pedido cautelar, considerando a possibilidade de que nos autos do procedimento licitatório poderiam constar justificativas para as alegações do Representante, mediante o Despacho n.º 534/24-GCFSC (peça 11), determinei a intimação da do Munícipio de Guaíra, na pessoa de seu representante legal e da sociedade empresarial Family Distribuidora Ltda, na pessoa de seu representante legal, para apresentação de manifestação preliminar quanto as alegações de supostas irregularidades constantes na presente Representação.

Instado, a municipalidade manifestou-se (peça 15) sustentando, em suma, que:

a) Não há qualquer constatação para sustentar a violação ao edital, contudo, foi requerida informações à Unidade Requisitante (peça 15, fl. 2) para confirmar o procedimento das entregas, demonstrando que não há inadimplemento contratual, posto que as entregas estão sendo efetuadas diariamente, sem quaisquer indícios de subcontratação;

b) Frente a exequibilidade da proposta, esclareceu que durante a fase de disputa, em 29/02/2024 a Pregoeira indagou referente a entrega diária à fornecedora Family Distribuidora Ltda, a qual confirmou que estaria apta a realizar as entregas diariamente (peça 15, fl. 3). O Município evidência que a contratada vem efetuando as entregas com êxito, seguindo o definido no edital;

c) Em relação a ausência de alvará sanitário, a municipalidade esclarece que o edital não prevê tal requisito no rol de documentos para habilitação, entretanto, requereu por intermédio de diligência à empresa Family Distribuidora Ltda a juntada do alvará, o qual foi devidamente fornecido e aceito, mesmo com a juntada intempestiva ao prazo deliberado pela Pregoeira, de modo a respeitar o princípio do formalismo moderado; e

d) Referente ao tratamento diferenciado às microempresas, conforme Lei Municipal 01/2015 entendeu que a arguição da Requerente não possui fundamentação oportuna, porquanto, para a aplicação do art. 49 da referida Lei, há um limite máximo de R$80.000,00 (oitenta mil reais) consoante art. 50, I da Lei Municipal, ou seja, não se enquadra, já que os valores dos itens questionados são excedentes ao limite determinado.

Ao final, o Munícipio de Guaíra concluiu:

"esclarecemos que as alegações apresentadas pela empresa ANDRE LUIS BADUINO já foram devidamente esclarecidas na fase de recurso do referido pregão, sendo a presente representação um inconformismo, onde as alegações são desprovidas de comprovação e fundamentação legal."

Posto isto, o Município requer o não recebimento da presente Representação (peça 15).

Destaca-se que empresa contratada, Family Distribuidora Ltda, se manteve omissa, conforme Certidão de Decurso de Prazo – 435/24 – DP.

É o breve relato.

No tocante ao juízo de admissibilidade, estando preenchidos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 275 e 277 do Regimento Interno[1], entendo pelo recebimento da demanda para melhor análise de mérito das supostas impropriedades perpetradas no âmbito da contratação fornecedora Family Distribuidora Ltda, vinculado ao Edital de Pregão n.º 015/2024, promovido pelo Município de Guaíra.

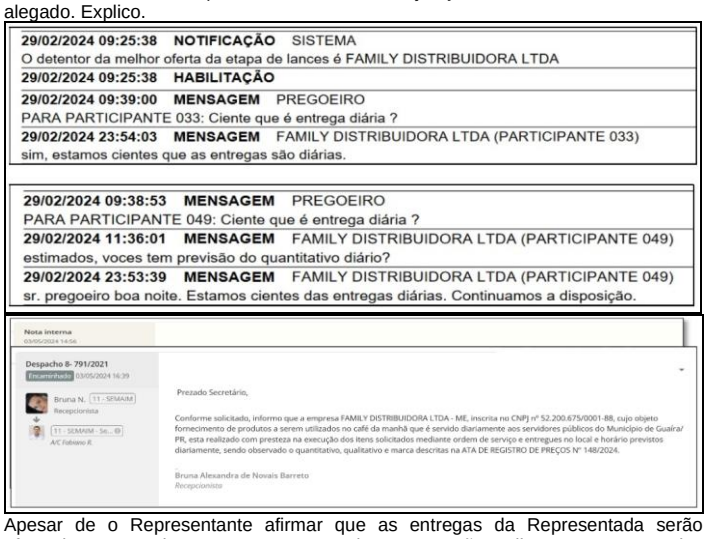
Contudo, no que tange ao pedido cautelar, em sede de cognição sumária, deixo de deferir a medida.

Isto porque, o art. 300 do Código de Processo Civil[2], é claro ao tratar dos elementos necessários à concessão de tutela de urgência, qual sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Igualmente, o art. 53 da Lei Orgânica desta Corte[3] dispõe que pode ser concedida medida cautelar em casos de receio de agravamento da lesão ou de se tornar difícil ou impossível a sua reparação.

Com relação à probabilidade do direito, é necessário que a parte interessada demonstre que a pretensão é plausível, que há probabilidade da existência do direito. Nas palavras dos processualistas Luiz Guilherme Marinoni e Sergio Cruz Arenhart[4]: Para obter a tutela cautelar, o autor deve convencer o juiz de que a tutela do direito provavelmente lhe será concedida. A admissão de uma convicção de verossimilhança, como suficiente à concessão da tutela cautelar, decorre do perigo de dano e da consequente situação de urgência, a impor solução e tutela jurisdicional imediatas.

No caso em análise, em um juízo preliminar, compreendo que as irregularidades levantadas carecem de provas e de fundamentação jurídica contundente do direito alegado. Explico.


29/02/2024 09:25:38 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA
29/02/2024 09:25:38 **HABILITAÇÃO**
29/02/2024 09:39:00 **MENSAGEM** PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 033: Ciente que é entrega diária ?
29/02/2024 23:54:03 **MENSAGEM** FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 033)
sim, estamos cientes que as entregas são diárias.

29/02/2024 09:38:53 **MENSAGEM** PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 049: Ciente que é entrega diária ?
29/02/2024 11:36:01 **MENSAGEM** FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 049)
estimados, voces tem previsão do quantitativo diário?
29/02/2024 23:53:39 **MENSAGEM** FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 049)
sr. pregoeiro boa noite. Estamos cientes das entregas diárias. Continuamos a disposição.

Nota interna
Despacho 8- 791/2021
Encaminhado 03/05/2024 16:39
Bruna N. - 11 - SEMAIM
Recepcionista
11 - SEMAIM - Se...
A/C Fabiano R.
Prezado Secretário,
Conforme solicitado, informo que a empresa FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 52.200.675/0001-88, cujo objeto fornecimento de produtos a serem utilizados no café da manhã que é servido diariamente aos servidores públicos do Município de Guaíra/PR, esta realizado com presteza na execução dos itens solicitados mediante ordem de serviço e entregues no local e horário previstos diariamente, sendo observado o quantitativo, qualitativo e marca descritas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2024.
Bruna Alexandra de Novais Barreto
Recepcionista

Apesar de o Representante afirmar que as entregas da Representada serão efetuadas apenas duas vezes na semana, bem como, não realizaram as entrega dos produtos alimentícios, da análise da manifestação do Município (peça 15), se extraem indícios que tais afirmações não procedem:

No que tange as supostas ilegalidades a Representante não logrou êxito apontar quais as razões para requer declaração de inexequibilidade e desclassificação da empresa contratada do procedimento licitatório, aparentando mero inconformismo.

Desta forma, compreendo que o elemento da probabilidade do direito não restou demonstrado, só podendo ser mais bem apurado após sua devida instrução pelas unidades técnicas.

Destaco que a ausência da fumaça do bom direito basta para o indeferimento do pedido, tornando desnecessária a apreciação do feito sob a ótica do elemento de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, pois este deve ser cumulativo ao primeiro.

Assim, havendo a necessidade de uma análise mais aprofundada dos fatos narrados, é inviável a concessão da cautelar pretendida.

Diante do exposto, RECEBO o presente expediente como REPRESENTAÇÃO, nos termos e fundamento já apresentados e ainda no art. 32, XII do Regimento Interno, para aferição de ocorrência de irregularidades ou ilegalidades relativas à gestão do Hospital Municipal Padre Germano Lauck.

Para tanto, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo para:

(i) AUTUAÇÃO como interessados do(a):
- MUNICÍPIO DE GUAÍRA;
- HERALDO TRENTO, Prefeito do Município de Guaíra;
- FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA, e seu representante legal.

(ii) CITAÇÃO, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos arts. 278, II, e 380-A, I, ambos do Regimento Interno[5], dos interessados acima elencados para que querendo apresentem suas defesas e se manifestem sobre os termos desta Representação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, devendo juntar documentos que entenderem pertinentes quanto aos apontamentos narrados pelo Representante.

Transcorrido o prazo para a apresentação de defesa, encaminhe-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas para as competentes manifestações.

Publique-se.

Curitiba, 24 de maio de 2024.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____

__1__. Art. 275. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades de atos e fatos da administração pública direta, indireta ou fundacional estadual ou municipal.

__2__. Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

__3__. Art. 53. O Tribunal poderá determinar a aplicação de medidas cautelares, quando houver receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, nos termos do Regimento Interno.

__4__. ARINONI, Luis Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Processo Cautelar. 6.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, pg. 29.

__5__. Art. 278. A denúncia e representação tramitarão em regime de urgência, devendo:
II - em 10 (dez) dias ser despachada pelo Conselheiro Relator, que mandará citar o responsável para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, observado o disposto nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso II, do art. 35, da Lei Complementar n° 113/2005;
Art. 380-A. As comunicações processuais para o exercício do contraditório serão realizadas nas seguintes formas:
I – nos processos de iniciativa do Tribunal e nos de Denúncia, Representação e Representação da Lei nº 8.666/1993 e da Lei Estadual nº 15.608/2007, na modalidade citação, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, conforme o disposto no art. 54, inciso I, e § 2º, primeira parte, da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, e no § 1º, do art. 380 deste Regimento;

PROCESSO N.º: 48580/07
ORIGEM: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
INTERESSADOS: GIOVANI MAFFINI, MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
PROCURADORES: JOAO PAULO DE SOUZA CAVALCANTE
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO N.º: 688/24

O Município de Santa Helena, representado pelo prefeito Evandro Miguel Grade,

solicita, à peça 147, a inclusão do Memorando n.º 3468/2024 da Procuradoria-Geral do Município e a manifestação deste Tribunal sobre o assunto, sob a alegação de que visa evitar prejuízos financeiros futuros, possíveis multas por descumprimento de decisões do Tribunal e para resolver pendências relacionadas ao cumprimento das decisões desta Casa, tal como a emissão de certidão liberatória; à peça 148, a municipalidade juntou notícia de que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que é prescritível a ação de ressarcimento ao erário baseada em decisões de Tribunais de Contas, oriunda do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 636886, com repercussão geral reconhecida — no caso em questão, a ex-presidente da Associação Cultural Zumbi não prestou contas de recursos recebidos e o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a restituição ao erário — entendendo o STF que a prescrição se aplica a atos ilícitos não dolosos e que as decisões dos Tribunais de Contas têm efeito de título executivo, com prazo para cobrança do crédito fiscal de cinco anos.
Todavia, compulsando os autos, observo que não houve a juntada do aludido memorando indicado pelo Poder Executivo de Santa Helena, inexistindo pedido para apreciação desta Corte.
Sendo assim, retornem os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX).
Publique-se.
Curitiba, 24 de maio de 2024.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

PROCESSO Nº:-553200/23
ORIGEM:-PINHAIS PREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-ANDREA PRESTES RIETOW, MARCIO DOS SANTOS RESZKO, ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO
PROCURADOR:-REGINA MOREIRA DE AZAMBUJA RAMOS, RICARDO BAUMANN BINDO, VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
DESPACHO:-725/24
1. Com base no art. 490 do Regimento Interno, recebo os Embargos de Declaração opostos pelo Pinhais Previdência (peças nº 26/27) em face do Acórdão nº 979/24 – Primeira Câmara, em razão de estarem presentes os pressupostos de adequação, legitimidade, interesse recursal e tempestividade.
2. Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo a fim de que promova a alteração do assunto para Embargos de Declaração, incluindo na autuação os procuradores do recorrente, nos moldes do art. 490 do Regimento Interno.
3. Após, retornem conclusos.
4. Publique-se.
Tribunal de Contas, 21 de maio de 2024.
Cinthya Pedron Caciatori
Diretora de Gabinete[1]

_____
__1__. Delegação promovida pela Instrução de Serviço nº 82/2014, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 987, em 16/10/2014.

PROCESSO Nº:-373597/20
ORIGEM:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-CELSO FERNANDO GOES, CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO, HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER, MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, SURG - COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR:-MARIA DE FATIMA MARCONDES CAMARGO LIS DE SOUZA, ORIDES NEGRELLO NETO, RAFAEL BARONI, SAMIRA KARAM SEMAAN
ASSUNTO:-TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO
DESPACHO:-726/24
1. Considerando a Informação CMEX nº 287/24 (peça 267) de que as obrigações ajustadas nº 2, 4 e 7 ainda estão em fase de cumprimento, e pressupõem o acompanhamento periódico, defiro a prorrogação do prazo por 15 (quinze) dias,[1] para a demonstração do progresso havido para a conclusão do cumprimento das obrigações ajustadas.
2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX para controle e manifestação acerca do cumprimento das obrigações.
3. Publique-se.
Tribunal de Contas, 21 de maio de 2024.
José Maurício de Andrade Neto
Conselheiro Substituto[2]

_____
__1__. Art. 9º Quando não houver previsão expressa no Termo acerca do período de comprovação das obrigações ao Tribunal, fica o gestor responsável obrigado a comprová-las em até 15 (quinze) dias do respectivo vencimento, sob pena de sujeição às sanções previstas no § 1º do Art. 11 desta Resolução.
__2__. Portaria nº 227/2024, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 3202, em 06/05/2024.

PROCESSO Nº:-172919/10
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
INTERESSADO:-EDISON DE OLIVEIRA KERSTEN, JOSE BAKA FILHO, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
PROCURADOR:-BRUNO GOFMAN, CRISTINA FREIRE D´AQUINO, EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, LUIZ FERNANDO RIBEIRO FRANCO
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL
DESPACHO:-727/24
1. Tendo-se em conta o apontado pela Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, na Instrução 366/24, de que a determinação exarada no item "V", do Acórdão de Parecer Prévio 77/15 – 1ª Câmara, mantida pelo Acórdão de Parecer Prévio 195/22 – Pleno, "está em fase de cumprimento", acolho a diligência sugerida pela referida unidade técnica e referendada pelo opinativo do Ministério Público de Contas, no Parecer 398/24, para o fim de determinar nova intimação do Município de Paranaguá, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe nestes autos o resultado e/ou posição atualizada da sindicância e dos processos judiciais instaurados, bem como das demais medidas tendentes ao ressarcimento de eventual dano ao erário, em face das irregularidades relativas à existência de saldos de recursos consignados em folha de pagamento e à ausência de encaminhamento da razão da conta contábil com a regularização das conciliações bancárias.
2. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para atendimento ao item supra. E, após, retornem à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro e acompanhamento do decurso do prazo concedido.
3. Publique-se.
Tribunal de Contas, 21 de maio de 2024.
JOSÉ MAURICIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Subtituto[1]

_____
__1__. Portaria nº 227/2024, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 3202, em 06/05/2024.

PROCESSO Nº:-194362/18
ORIGEM:-MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA
INTERESSADO:-ARNO OSMAR ZUSE, BRUNO ALEXANDRE MARAN, CEZAR BURON, CLEIDE INES GRIEBELER PRATES, EDINEI VALDIR MORESCO GASPARINI, G.B.V.T. ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA, GUILHERME BAERE, LINDOLFO MARTINS RUI, MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA
PROCURADOR:-BIANCA GUIOMAR COMIRAN, EVANDRO ARTUR BONFANTE ZAGO, GESSICA NATANA FERREIRA CABRAL, GUSTAVO BATISTA DE SOUZA, JANSLEY GALEANO, JOAO PAULO CAVALHEIRO PIVA, PAMELA CRISTINA CAVALHEIRO PIVA ZAGO, PAMELA THAIS ESCHER, RAFAEL SAVARIS GHELLERE
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO:-729/24
1. Com base no art. 490 do Regimento Interno, recebo os Embargos de Declaração opostos pela GBVT Engenharia e Construções Ltda. (peças nº 389/393) e pelo Sr. Bruno Alexandre Maran (peças 394/396) em face do Acórdão nº 1084/24 – Primeira Câmara, em razão de estarem presentes os pressupostos de adequação, legitimidade, interesse recursal e tempestividade.
2. Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo a fim de que promova a alteração do assunto para Embargos de Declaração, nos moldes do art. 490 do Regimento Interno.
3. Após, retornem conclusos.
4. Publique-se.
Tribunal de Contas, 22 de maio de 2024.
Cinthya Pedron Caciatori
Diretora de Gabinete[1]

_____
__1__. Delegação promovida pela Instrução de Serviço nº 82/2014, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 987, em 16/10/2014.

PROCESSO Nº:-340583/19
ORIGEM:-GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA
INTERESSADO:-EDILSON GARCIA KALAT, EVANI CORDEIRO JUSTUS, GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA, MARGARIDA LEITE ALVES, TATIANA MAIA VIEIRA
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO:-730/24
1. Face ao trânsito em julgado da decisão definitiva (peça 65), com base no art. 398, do Regimento Interno, autorizo o encerramento do processo, com o consequente encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo, para arquivamento, conforme previsto no art. 168, VII, do mesmo Regimento.
2. Publique-se.
Tribunal de Contas, 22 de maio de 2024.
Cinthya Pedron Caciatori
Diretora de Gabinete[1]

_____
__1__. Delegação promovida pela Instrução de Serviço nº 82/2014, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 987, em 16/10/2014.

PROCESSO Nº:-834734/13
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
INTERESSADO:-CARLOS ALBERTO VOLPI, CARMEN DE FATIMA GUIMARAES, FUNDACAO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTIFICO E TECNOLOGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - FAUEPG, LAURO RODRIGUES DA COSTA NETO, MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA, MILTON FABRICIO SALAU BROLLO, MILTON XAVIER BROLLO (FALECIDO(A) EM 2011), MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, NADIA CRISTINA SALAU BROLLO, OSIRES GERALDO KAPP, PEDRO HENRIQUE SALAU BROLLO, PEDRO WOSGRAU FILHO (FALECIDO(A) EM 2021), SILVIA REGINA SALAU BROLLO, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, VALDIR JOSÉ TOZETTO
PROCURADOR:-JULIO CEZAR KAY, KARIN KASSMAYER, RENATO ALBERTO NIELSEN KANAYAMA, RESHAD TAWFEIQ, RICARDO ALBERTO KANAYAMA, RODRIGO LUÍS KANAYAMA
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO:-732/24
1. Face ao conteúdo da Informação da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções nº 2181/24, informando que foram registradas as ressalvas ou recomendações contidas na decisão definitiva, com base no art. 398, do Regimento Interno, autorizo o encerramento do processo, com o consequente encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo, para arquivamento, conforme previsto no art. 168, VII, do mesmo Regimento.
2. Publique-se.
Tribunal de Contas, 22 de maio de 2024.
Cinthya Pedron Caciatori
Diretora de Gabinete[1]

_____
__1__. Delegação promovida pela Instrução de Serviço nº 82/2014, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 987, em 16/10/2014.

PROCESSO Nº:-140168/05
ORIGEM:-CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
INTERESSADO:-ADALBERTO MAXIMINO SECCHI, CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO, MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
PROCURADOR:-ALINE FERNANDA PEREIRA KFOURI, CARLOS MARCELO SCARTAZZINI BOCALON, FABIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE, GUSTAVO SWAIN KFOURI, MARCIO STRINGARI, THIAGO VORACOSKI SANTOS
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL
DESPACHO:-733/24
1. Tendo em vista a extinção dos autos nº 342-39.2007.8.16.0068, relativo à Certidão de Débito 1880/2006, advinda da sanção de restituição de valores determinada pelo Acórdão 1287/2006 – Primeira Câmara, diante da prescrição intercorrente, conforme as manifestações favoráveis contidas na Informação nº 1819/24 da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções e no Parecer nº 399/24 do Ministério Público de Contas, remetam-se os autos àquela unidade técnica para expedição de certidão de quitação de débito relativa ao presente processo em favor de EROIDES DA COSTA TAVARES, com a consequente baixa de responsabilidade pecuniária, nos termos do art. 514 do Regimento Interno, sem prejuízo da manutenção do julgamento.
2. Após, à Diretoria de Protocolo, para encerramento do processo e arquivamento.
3. Publique-se.
Tribunal de Contas, 22 de maio de 2024.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto[1]

_____
1. Portaria nº 227/2024, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 3202, em 06/05/2024.

PROCESSO Nº:-389982/23
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
INTERESSADO:-AURORA E-COMMERCE LTDA, ELCIO JAIME DA LUZ, MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
PROCURADOR:-FERNANDO SYMCHA DE ARAÚJO MARÇAL VIEIRA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO:-734/24
1. Tendo-se em conta o decurso de prazo apontado no Despacho 336/24, da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, a fim de que seja intimado o Município de Quedas do Iguaçu, na pessoa de seu representante legal, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o atendimento à determinação imposta no Acórdão 759/24 – Pleno (peça 41).
2. Publique-se.
Tribunal de Contas, 24 de maio de 2024.
Cinthya Pedron Caciatori
Diretora de Gabinete[1]

_____
1. Delegação promovida pela Instrução de Serviço nº 82/2014, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 987, em 16/10/2014.

PROCESSO Nº:-233706/24
ORIGEM:-MUNICIPIO DE MARINGA
INTERESSADO:-COORDENADORIA DE AUDITORIAS, JOSE GILBERTO PURPUR, MUNICIPIO DE MARINGA, ROBERTA MARIA BARRETO, ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
DESPACHO:-735/24
1. Tendo-se em conta as razões declinadas pelo Município de Maringá, na peça 31, com fulcro no art. 389, parágrafo único, do Regimento Interno, defiro o pedido de prorrogação de prazo pleiteado mediante protocolo n.º 374784/24, pelo período de 15 (quinze) dias.
2. Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para controle do prazo.
3. Publique-se
Tribunal de Contas, 24 de maio de 2024.
Cinthya Pedron Caciatori
Diretora de Gabinete[1]

_____
1. Delegação promovida pela Instrução de Serviço nº 82/2014, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 987, em 16/10/2014.

PROCESSO Nº:-355488/24
ORIGEM:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
INTERESSADO:-CAMILA NUNES ESPERIDIAO FERNANDES, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-736/24
1. Ciente da decisão judicial que extinguiu a execução fiscal por ilegitimidade ativa do Estado do Paraná, em virtude do tema 642, do Supremo Tribunal Federal, contida nas peças 3 e 4, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para providências, conforme determinado no Despacho 2183/24, do Gabinete da Presidência.
2. Publique-se.
Tribunal de Contas, 24 de maio de 2024.
JOSÉ MAURICIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto[1]

_____
1. Portaria nº 227/2024, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 3202, em 06/05/2024.

PROCESSO Nº:-355607/24
ORIGEM:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
INTERESSADO:-CAMILA NUNES ESPERIDIAO FERNANDES, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-737/24
1. Ciente da decisão judicial que extinguiu a execução fiscal por ilegitimidade ativa do Estado do Paraná, em virtude do tema 642, do Supremo Tribunal Federal, contida nas peças 3 e 4, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para providências, conforme determinado no Despacho 2182/24, do Gabinete da Presidência.
2. Publique-se.
Tribunal de Contas, 24 de maio de 2024.
JOSÉ MAURICIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto[1]

_____
1. Portaria nº 227/2024, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 3202, em 06/05/2024.

PROCESSO Nº:-233641/24
ORIGEM:-AUTARQUIA MUN. DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PUB. DO MUNICIPIO DE CAMBÉ
INTERESSADO:-ANDREIA CRISTINA DA SILVA, DALVA ORTEGA CAMILO RIBEIRO
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
DESPACHO:-738/24
1. Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, a fim de que seja intimado o ente previdenciário, para atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias, ao contido na Instrução nº 2047/24, elaborado pela Coordenadoria de Gestão Municipal.
2. Publique-se.
Tribunal de Contas, 24 de maio de 2024.
Cinthya Pedron Caciatori
Diretora de Gabinete[1]

_____
1. Delegação promovida pela Instrução de Serviço nº 82/2014, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 987, em 16/10/2014.

PROCESSO Nº:-862096/12
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE CASTRO
INTERESSADO:-CLARICE LOURENCO THERIBA, CLAUDIA APARECIDA GALI, INSTITUTO CONFIANCCE, MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR, MUNICÍPIO DE CASTRO
PROCURADOR:-GILBERTO RODRIGUES BAENA, JOAO PAULO DE SOUZA CAVALCANTE, MANUELA TOPPEL PORTES, NATALIA ANGELICA MISTRELLI, RAPHAEL ALEXANDRE SILVESTRI
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA
DESPACHO:-739/24
1. Ciente dos registros efetuados pela CMEX, na Informação nº 2150/24 (peça 204), retornem os autos àquela unidade técnica para acompanhamento da execução.
2. Publique-se.
Tribunal de Contas, 24 de maio de 2024.
Cinthya Pedron Caciatori
Diretora de Gabinete[1]

_____
1. Delegação promovida pela Instrução de Serviço nº 82/2014, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 987, em 16/10/2014.

PROCESSO Nº:-351733/24
ORIGEM:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
INTERESSADO:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADOR:-ADRIANA MIKRUT RIBEIRO DE GODOY, CAMILA NUNES ESPERIDIAO FERNANDES, CARLOS AUGUSTO ANTUNES, CASSIANO ANDRE KAMINSKI, CHRISTIANNE REGINA LEANDRO POSFALDO, CLAUDIA PICOLO, CYNTHIA GARCEZ RABELLO, ELPIDIO RODRIGUES GARCIA JUNIOR, FELIPE SOLANO MOREIRA MONTEIRO DA FRANCA, GERSON LUIZ DECHANDT, GUSTAVO HENRIQUE RAMOS FADDA, HELDO GUGELMIN CUNHA, HELTON KRAMER LUSTOZA, JAIR ROBERTO DA SILVA, JOAQUIM MARIANO PAES DE CARVALHO NETO, LARA RAITANI BLEY PEREIRA, LETICIA FERREIRA DA SILVA, LIANA SARMENTO DE MELO QUARESMA, LILIANE KRUETZMANN ABDO, LUCIANE CAMARGO KUJO MONTEIRO, LUCIANO DE QUADROS BARRADAS, MARCO AURÉLIO BARATO, MARIA AUGUSTA PAUL CORREA, MARIA DAS GRACAS STRAPASSON DE ANDRADE, MERCIA MIRANDA VASCONCELLOS CUNHA, MURILO ARJONA DE SANTI, PABLO RODRIGUES ALVES, PAULO ROBERTO ADAO FILHO, RODRIGO TOURINHO DANTAS, TAIS LAVEZO FERREIRA DE ALMEIDA, TEREZA CRISTINA MARINONI FREIRE, VALIANA WARGHA CALLIARI, WESLEI VENDRUSCOLO
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-741/24
1. Ciente da decisão judicial que extinguiu a execução fiscal por ilegitimidade ativa do Estado do Paraná, em virtude do tema 642, do Supremo Tribunal Federal, contida nas peças 3 e 4, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para providências, conforme determinado no Despacho 2184/24, do Gabinete da Presidência.
2. Publique-se.
Tribunal de Contas, 24 de maio de 2024.
JOSÉ MAURICIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto[1]

_____
1. Portaria nº 227/2024, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 3202, em 06/05/2024.

Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

PROCESSO Nº: 327417/24
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
INTERESSADO: MARCO ANTONIO MARCONDES SILVA, MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, NEXUM TECNOLOGIA LTDA
PROCURADOR: GABRIEL CORDEIRO DE SALES, JOAO GUILHERME DUDA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 860/24
I. Trata-se de Representação, com pedido cautelar, proposta por NEXUM TECNOLOGIA LTDA. contra o MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, em que noticia supostas irregularidades no Edital de Concorrência n. 002/2024, instaurado para a outorga de concessão administrativa para a delegação dos serviços de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande, pelo prazo de 18 (dezoito) anos, cujo valor estimado da contratação é de R$ 124.675.446,12 (cento e vinte e quatro milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e doze centavos).

Sustenta, em síntese, a representante que:
a) O edital possui erro na definição do regime legal, pois menciona legislações que não se aplicam;
b) Há dúvidas sobre a disponibilidade de créditos orçamentários para as despesas;
c) O procedimento licitatório não se encontra disponível no site da prefeitura e no portal nacional;
d) O e-mail indicado para a troca de informações não é da estrutura municipal;
e) O edital exige ilegalmente certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial;
f) Falta de clareza na avaliação de índices econômicos e financeiros;
g) Ausência de exigência de patrimônio líquido ou capital social mínimo, e de índice de solvência;
h) A desconsideração de contratos de serviços e empreitadas públicas comuns (não concessões) como prova de captação e gestão de investimentos de retorno em longo prazo é contraditória e, portanto, discriminatória, com risco de direcionamento;
i) O edital não exige capacitação técnica de engenharia para as parcelas de maior relevância;
j) Adoção irregular do modo de disputa fechado e ausência de fundamentação para excluir ambiente eletrônico;
k) Negligência editalícia quanto à exequibilidade das propostas;
Diante disso, requer, liminarmente, a suspensão do certame, e, no mérito, a republicação do edital com a correção das falhas.
Por intermédio do Despacho n. 781/24, o feito foi convertido em diligência para a intimação do município à apresentação de esclarecimentos iniciais e cópia do procedimento licitatório (peça 17).
O município apresentou, às peças 21-42, manifestação e documentos, sustentando, em suma, que:
a) O planejamento, a licitação e a contratação de concessões administrativas, não são procedimentos regidos pela Lei n. 14.133/2021 mas pela própria Lei n. 11.079/2021, e, subsidiariamente, pelas Leis n. 8.987/1995 e 9.074/1995;
b) A remissão à Lei Municipal n. 1.092/2015 trata-se de mero erro de digitação, incapaz de impedir o bom andamento da licitação;
c) Consta no Portal Nacional de Contratações Públicas e do município o registro da licitação ora questionada, com disponibilidade do Edital de Concorrência e de seus apêndices;
d) A legislação pátria não obriga o município a utilizar um e-mail instalado em servidor dedicado exclusivamente a ele para se comunicar com os licitantes;
e) Os índices de avaliação econômica dos licitantes estão claramente previstos no item 16.2 do edital;
f) O edital permite a participação de empresa em recuperação judicial, conforme as condições previstas no item 16.2.3.1;
g) O item 22.1.2 traz a previsão referente a qualificação técnica, a qual é exigida somente após a assinatura do contrato;
h) O Item 16.4.1, VI, do edital não permite a comprovação de experiência de captação de recursos mediante contratos de empreitada comuns pois a execução financeira de um contrato de concessão seria diversa;
i) Incluir no edital o critério previsto no art. 59, § 3, da Lei n. 14.133/2021 restringiria a competitividade do certame, e o contrato planejado não seguiu a metodologia de custos de referida norma;
j) A viabilidade financeira do projeto e a capacidade orçamentária do município de fazerem frente às despesas dele decorrentes estão amplamente comprovadas nos estudos financeiros sintetizados em relatório juntado ao processo de contratação;
k) O art. 12, III, “a”, da Lei n. 11.079/2004 permite expressamente a apresentação das propostas econômicas em envelopes lacrados;
l) Não foi demonstrado o perigo da demora a ensejar o deferimento da liminar, e o atraso na modernização do parque de iluminação prejudicaria o interesse público, pois privaria a população de uma série de serviços de otimização;
m) O atraso da execução dos serviços demandaria que o município siga arcando com os custos decorrentes de um consumo ineficiente de energia elétrica, trazendo prejuízos ao erário.
Vieram os autos conclusos para análise.
É o relatório.
II. Presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e 32 da Lei nº 113/2005, bem como dos artigos 275 e 277 do Regimento Interno, recebo a Representação.
Compulsando os autos, com fulcro nos arts. 282, § 1º, 400, § 1º-A, e 403, II e III, do Regimento Interno, acolho o pedido de expedição de medida cautelar para o fim de determinar a imediata suspensão da Concorrência n. 002/2024 do Município de Fazenda Rio Grande, até que esta Corte delibere sobre o mérito desta representação.
Observo que o edital, no item 16.4, exige a comprovação de experiência prévia em captação de recursos de pelo menos R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), excluindo que tal experiência esteja atrelada a contratos de execução de obras ou fornecimento de materiais reguladas pela Lei n. 8.666/1993; pela Lei Federal n. 10.520/2002; pela Lei Federal n. 12.462/2011 e pela Lei Federal n. 14.133/2021:
16.4. Habilitação técnico-operacional 16.4.1. Para fins da sua HABILITAÇÃO TÉCNICA, a PROPONENTE, individual ou via CONSÓRCIO, deverá comprovar experiência prévia como responsável pela gestão ou administração de empreendimento, pertencente ou não ao setor de iluminação pública, em que tenha captado, para a realização de investimentos, pelo menos R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), assim considerados recursos próprios ou de terceiros, sendo que esta última hipótese deve compreender retorno de longo prazo, observadas as seguintes condições:
i. para efeito de alcance do valor previsto acima, é permitida a somatória dos montantes indicados em documentos de comprovação referentes a distintos empreendimentos, desde que, ao menos em uma das experiências referidas nos documentos, a PROPONENTE comprove a captação do montante de, no mínimo, R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); ii. não serão admitidos documentos de comprovação referente a empreendimento cujo montante captado seja inferior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), do montante exigido no item 16.4.1.i, do EDITAL;
iii. para fins de comprovação da experiência exigida no item 16.4.1, serão aceitos investimentos já realizados ou ainda a realizar, desde que a PROPONENTE comprove que já promoveu a efetiva captação dos recursos correspondentes;
iv. para fins de comprovação da experiência exigida no item 16.4.1, serão considerados como investimentos a aquisição e instalação de equipamentos, construção, reforma ou ampliação relacionados ao empreendimento apresentado;
v. para comprovação de que o retorno sobre o capital investido, com recursos de terceiros, é de longo prazo, a PROPONENTE deve demonstrar, por meio de apresentação de instrumento contratual pertinente, aplicável, exclusivamente, para fins de comprovação da dívida, que o prazo do financiamento foi ou é superior a 5 (cinco) anos;
vi. não será considerado investimento para fins de cumprimento do subitem 16.4.1 deste EDITAL o desembolso realizado na condição de contratado, exclusivamente, para execução de obras ou fornecimento de materiais reguladas pela Lei nº 8.666/1993; pela Lei Federal nº 10.520/2002; pela Lei Federal 12.462/2011 e pela Lei Federal nº 14.133/2021;
vii. excetuam-se da vedação do item vi os contratos de locação ou de arrendamento de ativos, contratos de eficiência ou congêneres, observados os demais requisitos do item 16.4.1, cujo retorno ocorra ao longo do prazo contratual igual ou superior a 5 (cinco) anos e reste comprovada a captação de recursos próprios ou de terceiros para a realização de investimentos, nos termos deste EDITAL;
viii. os valores descritos nos documentos de comprovação do Subitem 16.4.1. serão atualizados, a partir da data de referência de realização do investimento, até a DATA BASE, pelo IPCA ou, na falta deste, por outro índice oficial de inflação.
Entretanto, não consta justificativa técnica explanando as razões pelas quais não se pode utilizar de contratos de serviços e empreitadas públicas comuns (não concessões) como prova de experiência de captação e gestão de investimentos de retorno em longo prazo.
Afinal, o mesmo edital admite que a experiência seja comprovada por meio de contratos comuns de locação de ativos, não havendo lógica para que a experiência nos contratos arrolados no item 16.4.1, VI, não possam ser admitidos.
Referida vedação não está fundamentada pelo município, e deve ser refreada por esta Corte de Contas, eis que possivelmente impede a ampla competitividade do certame.
O caráter competitivo da licitação fundamenta-se na busca da proposta mais vantajosa para administração, razão pela qual é vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo. Pois quanto mais amplo o universo de competidores, mais provável será para a administração obter a melhor proposta.
Outrossim, observo que o edital não exige qualquer atestado de capacidade técnica profissional referente aos serviços licitados na fase habilitação, violando o art. 67, II, da Lei de Licitações:
Capítulo VI
DA HABILITAÇÃO:
Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:
I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;
A administração deve ter as garantias necessárias de que a empresa possui as condições técnicas para a boa execução dos serviços. O objetivo, portanto, de se exigir em editais de licitações atestados de qualificação técnica profissional e/ou operacional é comprovar que a empresa está apta a cumprir as obrigações assumidas com a administração pública e, dessa forma, garantir que o serviço seja executado com a devida qualidade:
Para que se obtenha a proposta mais vantajosa é necessária a especificação do produto ou serviço adequado às reais necessidades da Administração e a formulação de exigências de qualificação técnica e econômico-financeira que não restrinjam a competição e propiciem a obtenção de preços compatíveis com os de mercado, mas que afastem empresas desqualificadas do certame. (Acórdão 1214/2013-TCU-Plenário, Rel. Aroldo Cedraz)
Assim, desde que seja pertinente e adequado e não ofenda os princípios licitatórios, como a competitividade, isonomia e legalidade, é necessária a inserção no edital de exigências relacionadas à avaliação sobre a capacidade técnica dos licitantes, o que não se verifica no instrumento convocatório em exame, concernente aos serviços a serem prestados.
III. Diante do exposto, RECEBO a presente Representação e DEFIRO a liminar, para suspender o certame até ulterior julgamento de mérito.
IV. Encaminhe-se à Diretoria de Protocolo, para:
a) efetuar a intimação, pelas vias mais céleres disponíveis, do Município de Fazenda Rio Grande (na pessoa de seu representante legal), para que este cumpra imediatamente a presente ordem cautelar sob pena de responsabilização;
b) expedição, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos arts. 278, II e 380-A, I, do Regimento Interno, da citação do município de Fazenda Rio Grande, bem como de seu representante legal, para que apresentem defesa, no prazo de 15 (quinze) dias.
V. Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, encaminhe-se o presente à Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) e ao Ministério Público de Contas, para suas respectivas manifestações.
Gabinete, 22 de maio de 2024.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

PROCESSO Nº - 355259/24
ASSUNTO - CERTIDÃO LIBERATÓRIA
ENTIDADE - FUNDACAO CENTRO UNIVERSITARIO DE MANDAGUARI
INTERESSADO - IVAN CARLOS DE MORAES
PROCURADOR -
RELATOR - CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 30/24
Legalidade e Registro.

O processo em questão trata de um pedido de Certidão Liberatória, para fins de obtenção de transferências voluntárias formulado pela FUNDAÇÃO CENTRO UNIVERSITARIO DE MANDAGUARI, representada por IVAN CARLOS DE MORAES. Submetidos os autos à Instrução da Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM n° 2010/24 (peça 6), à Informação nº. 2042/24 (peça 7) da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX e o Parecer nº. 404/24 do Ministério Público de Contas, 2ª Procuradoria de Contas (peça 8), este Relator no uso das atribuições conferidas pelos arts. 297, § 2º c/c arts.32, III, e 428, III, ambos do Regimento Interno do Tribunal de Contas, DECIDE:
1. DEFERIR o pedido da certidão liberatória, com validade de 60 (sessenta) dias; mediante o Art. 289 e ss. do Regimento Interno e nos supracitados pareceres das Unidades Técnicas; tendo em vista que inexistem pendências que impeçam na obtenção do pleito, considerando o disposto na Emenda Constitucional nº 119/2022,
2. DETERMINAR:
a) o encaminhamento à Diretoria-Geral para emissão da Certidão Liberatória "online", nos termos do Art. 297 do Regimento Interno;
b) a publicação no DETC – Diário Eletrônico do Tribunal de Contas;
b) à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE, para os fins do art. 175-H, incisos III e V do Regimento Interno desta Corte;
c) após a certificação do trânsito em julgado, o envio à Diretoria de Protocolo (DP) para o encerramento do processo.
Publique-se.
Gabinete, em 23 de maio de 2024.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

PROCESSO Nº - 277726/23
ASSUNTO - ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE - PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO BELTRAO
INTERESSADO - CHANA CRISTINA ZUCONELLI, CLEBER FONTANA, ELIANE ZANINI ZENATTI, PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO BELTRAO
PROCURADOR -
RELATOR - CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 31/24
Vistos e examinados estes autos, o Relator Conselheiro Augustinho Zucchi, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas, DECIDE:
1. Julgar pela legalidade e registro o ato de concessão, Decreto Municipal nº 151, Publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná de 24/03/2023, deferido à Sra. Eliane Zanini Zenatti, professora, aposentada voluntariamente por tempo de contribuição, com 28 anos e 1 mês de exercício, no valor mensal de R$ 4.475,78 (quatro mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e oito centavos) em conformidade com o disposto no art. 1º, IV, da Lei Complementar nº 113/2005 e art. 298, II, do Regimento Interno.
Tendo em vista a Instrução 15356/2023 da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE (peça 23), a Instrução n° 1946/24 da Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM (peça 30) e do Ministério Público de Contas 382/24 (peça 31), todos favoráveis à legalidade e registro do ato;
2. Determinar as seguintes medidas:
a) Publicação da decisão no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e aguardar o prazo para trânsito em julgado;
b) Tendo em vista a Instrução 1946/24 – CGM, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE para providências;
c) Após, à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento.
É a decisão.
Gabinete, em 23 de maio de 2023.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

PROCESSO N °:-371840/24
ORIGEM:-MONIQUE IARA ARAUJO DE CAMPOS
INTERESSADO:-MONIQUE IARA ARAUJO DE CAMPOS
ASSUNTO:-PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-565/24
DESPACHO
Trata-se de Pedido de Acesso à Informação formulado pela Sra. MONIQUE IARA ARAUJO DE CAMPOS, por meio do qual requer acesso eletrônico aos autos do Processo nº 111104/24, que se encontra sob minha relatoria.
Considerando atendidos os termos da Resolução nº 45/2014 e inexistindo restrições, DEFIRO o acesso eletrônico aos autos nº 111104/24, solicitado.
Encaminhem-se à Diretoria de Protocolo (DP) para disponibilização de acesso deferido ao processo nº 111104/24 à interessada e, após, atendimento ao disposto no art. 11, § 4º, da Resolução nº 45/2014[1].
Publique-se.
Gabinete, em 23 de maio de 2024.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

_____
***1**. Art. 11. Caso a informação solicitada verse sobre matéria que seja objeto de processo em trâmite no Tribunal, a Diretoria de Protocolo procederá à distribuição do pedido, por dependência, a quem couber a relatoria do processo.*
(...)
§ 4º Ultimadas as providências indicadas neste artigo, os autos serão encerrados e encaminhados à Diretoria de Protocolo, para anexação aos autos originários.

PROCESSO N °:-351628/24
ORIGEM:-CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
INTERESSADO:-CAROLINE SCHOFFEN
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-566/24
DESPACHO
Tratam os autos de Representação encaminhada pelo Controle Interno da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré[1], dando conta de possíveis irregularidades na execução do Contrato nº 06/2021, cujo objeto é a prestação de "serviços de manutenção de informática (suporte TI) de forma preventiva e corretiva nos equipamentos pertencentes á Câmara Municipal de Almirante Tamandaré", no valor inicial de R$ 49.680,00 (Quarenta e nove mil e seiscentos e oitenta reais).
A representação decorreu de solicitação de informações e investigação do Ministério Público Estadual no Inquérito Civil nº 0001.22.000758-5, e aponta ausência de identificação específica dos serviços prestados, com liquidação de despesas de modo genérico, com possível ausência de efetivo controle sobre os serviços prestados, e falta de identificação dos prestadores de serviços e seu vínculo com a empresa contratada. Além disso, há informação de que a entidade possui servidora efetiva no cargo de Técnica de Suporte de Informática, o que tornaria irregular a própria contratação destes serviços.
É o breve relato.
Preliminarmente ao juízo de admissibilidade, observo que a representação não se encontra apta ao trâmite, por não elencar as irregularidades de modo adequado e não possuir suporte documental suficiente, sendo necessárias diligências para obtenção de informações da contratação e execução contratual, nos termos dos arts. 32, inciso I, e 404 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas[2], este por analogia.
À vista disso, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para INTIMAR, por ofício, a Câmara Municipal de Almirante Tamandaré, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente manifestação prévia quanto aos termos desta Representação, com juntada da íntegra de procedimento que ensejou o Contrato Administrativo nº 06/2021, a íntegra do contrato e seus aditivos, relatórios de execução contratual e pagamentos, com o máximo detalhamento dos serviços prestados que detiver, sem prejuízo de outros documentos relacionados que entender pertinentes.
Após, regressem.
Publique-se.
Gabinete, em 23 de maio de 2024.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

_____
***1**. Peça nº 3.*
***2**. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro:*
I - presidir a instrução do feito, determinando todas as providências e diligências, e proferindo as decisões preliminares necessárias àquele fim, respeitados os atos normativos do Tribunal;
(...)
Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.

PROCESSO N °:-361631/24
ORIGEM:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
ASSUNTO:-DENÚNCIA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-567/24
DESPACHO
Os presentes autos foram autuados em razão da petição de denúncia, juntada à peça 03, com pedido de suspensão cautelar, na qual aponta supostas irregularidades no procedimento do Concurso Público para ingresso na carreira do magistério público do ensino superior do Estado do Paraná, regido pelo Edital nº 001/24 (cópia à peça 04).
Nos termos da peça exordial, o denunciante, em síntese, aponta as seguintes supostas irregularidades:
(i) "Inicialmente, cabe destacar, que o primeiro colocado é professor colaborador da Unespar, campus União da Vitória, conforme consta do curriculum lattes do Sr. Matheus Falk, o qual pode ser acessado pelo http://lattes.cnpq.br/8253561186901667";
(ii) "Ainda, com relação ao Sr. Falk além de ser professor colaborador da instituição UNESPAR – campus União da Vitória, o concurso realizado tem como escopo a contratação de professores Doutores.";
(iii) "Ocorre que o Sr. FALK NÃO É DOUTOR EM DIREITO, mas o doutorado se encontra em andamento desde 2020.";
(iv) "Ademais o Sr. Falk é Graduando em Filosofia pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), na qual integra o grupo de pesquisa Teorias da Democracia na Filosofia Moderna e Contemporânea. Atualmente, desenvolve pesquisas voltadas à análise da tutela jurídica dos dados pessoais e sua relação com a Democracia, conforme consta do seu lattes, cujo acesso é possível no link acima.";
(v) "Ocorre que os integrantes da banca de avaliação que declarou o Sr. Falk como primeiro colocado no certame em questão Sr. ESTEVÃO LEMOS CRUZ Doutorado Presidente; Sr. LEANDRO COSTA Doutorado Membro e Sr. THIAGO DAVID STADLER – são professores da UNESPAR de união da vitória – PORTANTO SÃO PROFESSORES DO PRIMEIRO COLOCADO DO CERTAME:";
(vi) "Desta forma, por uma questão de ética, moral e atendendo aos princípios da impessoalidade os referidos professores não poderiam compor a banca na qual tem um colega e aluno!";
(vii) "Mas isso não é tudo, outros eventos violadores da moralidade, impessoalidade administrativa foram perpetrados pelos professores Sr. ESTEVÃO LEMOS CRUZ Doutorado Presidente; Srª SANDRA SALETE DE CAMARGO SILVA Doutorado Membro; Sr. LEANDRO COSTA Doutorado Membro e Sr. THIAGO DAVID STADLER Doutorado Suplente, integrantes da banca que avaliou o colega e aluno, parceiro de pesquisa em filosofia como primeiro colocado em prova subjetiva";
(viii) "Cabe ressaltar que o Decreto Estadual 7.116/2013 em seus arts 14 e 15 determinam que a banca examinadora, deverá ser composta por professores que tenham habilitação (conhecimento) sobre o tema da matéria que está sendo examinada, no caso em representação os professores são graduados e possuem pós-graduação stricto sensu em FILOSOFIA";
(ix) "Em que pese todo o respeito à área de filosofia um integrante – mais precisamente – todos os integrantes da banca de avaliação não são da ÁREA DO DIREITO, por essa razão, mais uma vez o certame se mostra viciado de forma insanável.";
(x) "No caso vertente, a própria composição da banca examinadora demonstra a saciedade a ausência de impessoalidade, pois, os integrantes são pessoas que não

deveriam compor a banca de avaliação, diante da presença de um colega de trabalho.";
(xi) "Estabelece os arts 14 e 15 do Decreto Estadual nº 7.116/2013 que as bancas de avaliação devem ser compostas por avaliadores da área. No caso, os avaliadores além de suspeitos para comporem a banca não deveriam compô-la, pois, são da área de FILOSOFIA e não do direito.";
(xii) "Somado a isso, ao entrar em contato com vários outros/as candidatos/as (inclusive de outras vagas) se descobriu que TODOS/AS com quem falou obtiveram exatamente a mesma nota na prova didática";
(xiii) "Tal cenário supera a mera coincidência e torna lícito supor que as razões para a atribuição das notas foram alheias aos critérios propostos no edital.";
(xiv) "Por conclusão, de forma extraoficial outros candidatos receberam a MESMA NOTA – IDENTICA a conferida ao representante. Não sendo possível juntá-las aos presentes autos por motivo de sigilo. Assim sendo, dentro do devido processo legal, será possível comprovar que aos outros candidatos eliminados da avaliação curricular foi atribuída a mesma nota e não foi motivada as razões de conclusão por parte da banca do concurso.";
Ao final de sua petição, o denunciante, requer concessão de medida cautelar para suspensão do concurso com os seguintes argumentos:
(i) "Em vista de todas as irregularidades acima demonstradas, perpetradas no bojo do Edital nº 001/2024 – CPPS - CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO PARANÁ COMO PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR DA UNESPAR se faz imprescindível que, nos termos do art. 32, VII2 Regimento Interno deste Tribunal, Vossa Excelência conceda: MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DO CARGO DE PROFESSOR DA UNESPAR, Campus UNIÃO DA VITÓRIA, CÓD. DA VAGA: DOC 7198 7 0000, NOME: DIREITO CONSTITUCIONAL, CAMPUS: UNIÃO DA VITÓRIA, COLEGIADO: DIREITO CENTRO DE ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO, impedindo o seu prosseguimento e/ou contratação dos professores constantes na lista de aprovados, posto a necessidade e a urgência.";
(ii) "Ademais a fumaça do bom direito está evidenciada na ausência de impessoalidade dos integrantes da banca avaliadores (art. 37 "caput" da Constituição Federal); bem como diante da ausência de motivação da decisão quanto à atribuição da nota aos demais candidatos (art. 93, IX da Constituição Federal e art. 50, III da Lei nº 9.84/99); além desses a violação ao Decreto 7.116/2013.";
Após o breve relato, passo a decidir.
A primeira situação aventada pelo denunciante diz respeito a idoneidade dos membros da banca examinadora, que, para ele, por ser constituída de colegas de magistratura do primeiro colocado no concurso para o cargo de magistério na disciplina de Direito Constitucional, Sr. Matheus Falk, seria parcial.
Cumpre ao denunciante trazer aos autos documentos probatórios mínimos que demonstrem fatos ou atos da banca examinadora que possam constituir irregularidades ou ilegalidades que desabonem os membros da banca. Não o fez.
Não se pode receber uma denúncia com base em meras ilações do denunciante, sob pena de colocar em discussão a integridade de docentes, sem lastro probatório mínimo. O fato de serem docentes na mesma instituição não os torna suspeitos para comporem a banca e, também, não impedem o Sr. Matheus Falk, de participar do concurso público da instituição. Por esse motivo, deixo de receber a denúncia para esse argumento.
O segundo fato apresentado pelo denunciante diz respeito a formação acadêmica dos membros da banca, Sr. ESTEVÃO LEMOS CRUZ, Srª SANDRA SALETE DE CAMARGO SILVA, Sr. LEANDRO COSTA e Sr. THIAGO DAVID STADLER. Conforme consta da peça exordial, "(...) todos os integrantes da banca de avaliação não são da ÁREA DO DIREITO, (...)" (grifo nosso).
Em consulta ao site[1] da instituição, todos os membros da banca são docentes do curso de direito, sendo que tanto o Sr. Estevão Lemos Cruz e a Sra. Sandra Salete de Camargo Silva são graduados em Direito. Quanto aos Senhores Thiago David Stadler e Leandro Consta, conforme o site indicado, são Doutores e docentes do curso de direito. NÃO há, portanto, qualquer afronta ao art. 14 do Decreto Estadual nº 7.116/13, indicado pelo denunciante. Por esse motivo, deixo de receber a denúncia para esse fato.
A terceira questão indicada diz respeito a suposta ausência de titulação de Doutor pelo candidato Sr. Matheus Falk. Segundo a petição inicial, o candidato seria doutorando. Como prova dessa alegação, junta cópia de currículo do docente onde não consta a formação de doutorado concluída.
Considerando que essa é a única suposta irregularidade que persiste, dentre as trazidas na petição inicial, nos termos do art. 404 do Regimento Interno, entendo prudente, antes de qualquer deliberação sobre a admissibilidade da denúncia ou concessão de medida cautelara para o fato, a realização de diligência para pronunciamento do responsável pela UNESPAR.
Diante do exposto, determino, nos termos do art. 404 do Regimento Interno, o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo (DP), para nos termos regimentais intime o responsável pela UNESPAR para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se exclusivamente sobre o fato de o Sr. Matheus Falk, possuir ou não titulação de Doutor, conforme requerido no edital de concurso nº 001/24, juntando documentos probatórios que entender pertinente.
É o Despacho.
Publique-se.
Gabinete, em 23 de maio de 2024.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

_____
1. *https://uniaodavitoria.unespar.edu.br/ensino/graduacao/pasta-direito/pads-direito.*

PROCESSO N º:-627611/23
ORIGEM:-PARANAGUA PREVIDENCIA
INTERESSADO:-ADRIANA MAIA ALBINI, CLAUDETE IARA CABRAL, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, PARANAGUA PREVIDENCIA
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-568/24
Trata-se de Recurso de Revisão, interposto pelo Ministério Público de Contas, em face de decisão do Plenário deste Tribunal de Contas emitida por meio do Acórdão nº 1868/23[1] (Peça nº 47), complementada pelo Acórdão nº Acórdão n.º 2885/23 (Peça 60), que negou provimento à Representação nº 473126/23 em que pleiteou o reconhecimento da nulidade absoluta da DDM n.º 304/17 – GCILB (peça 99, Processo n.º 860317/14), relativamente ao registro da Portaria n.º 34/2013, do Paranaguá Previdência, por meio da qual concedeu proventos integrais à servidora Claudete Iara Cabral, no cargo de professora, com fundamento no art. 6º, da Emenda Constitucional n.º 41/2003
Por meio do Requerimento nº 34/24 – PGC (Peça nº 77) o parquet informa que "a insurgência interposta à peça 62 retrata a clara irresignação do interessado em face do decidido pelo Tribunal Pleno em sede originária nestes autos, o que autoriza, diante do princípio da fungibilidade recursal (artigo 479 do Regimento Interno deste Tribunal), o seu recebimento como Recurso de Revista, instrumento de inconformismo aplicável à espécie, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade e tempestividade".
Diante do Exposto, com fulcro no Art. 479 do Regimento Interno[2] e considerando os atos processuais praticados até o momento (Peças nº 67 a 76) são compatíveis ao rito fixado nos artigos 483 e 485 do Regimento Interno[3], DEFIRO o requerimento do Órgão Ministerial, a fim de admitir o Recurso de Revisão por ele interposto mediante Petição Intermediária nº 627611/23 (Peça nº 60) como RECURSO DE REVISTA.
Portanto, remeta-se o processo a Diretoria de Protocolo (DP) para correção da autuação, na forma indicada nesta decisão. Após, para vistas do Ministério Público de Contas (MPC)[4].
Por final, retornem conclusos para julgamento.
Publique-se.
Gabinete, em 23 de maio de 2024.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

_____
1. *Processo de Representação nº 473126/23. Relator: Conselheiro Fábio Camargo de Souza.*
2. *Art. 479. Salvo hipótese de má-fé, as partes interessadas não poderão ser prejudicadas pela interposição de um recurso por outro, desde que interposto no prazo legal.*
Parágrafo único. Se o Relator reconhecer a inadequação do recurso interposto, mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível, desde que, satisfeitos os requisitos de admissibilidade e tempestividade.
3. *Art. 483. Havendo partes com interesses opostos, a interposição de recurso por uma delas enseja a intimação da outra para a apresentação de contrarrazões, no mesmo prazo dado ao recurso.*
[...]
Art. 485. Recebido o recurso, será sorteado novo Relator que, após a manifestação do recorrido, se houver, encaminhará os autos para instrução da unidade administrativa, abrirá vista do processo ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para manifestação, incluindo-o, a seguir, em pauta de
julgamento, observando o prazo a que se refere o art. 62, I, da Lei Complementar nº 113/2005.
4. *Conforme mencionado na fundamentação desta decisão, atos processuais praticados até o momento (Peças nº 67 a 76) são compatíveis ao rito fixado nos artigos 483 e 485 do Regimento Interno Conforme consta nas Peças nº 67 a 76, já houve a intimação das partes para apresentação de contrarrazões (Peças 70 a 72) e manifestação da Coordenadoria de Gestão Municipal mediante Instrução nº 168/24 - CGM (Peça nº 76), sendo desnecessária, por economia processual, a repetição de tais atos processuais.*

PROCESSO N º:-668833/21
ORIGEM:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
INTERESSADO:-ARY GIL MERCHEL PIOVESAN, BRENO PASCUALOTE LEMOS, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA, SIMONE LUIZA BISKOWSKI DOBJANSKI
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-ALLAN FERNANDO FURTADO SUBTIL, DÉBORA FERREIRA CRUZ, EWERTON LUIZ MORENO, FABIANA GABRIELA CORBARI, FERNANDA FERRO, HELIO JOSE PIZZATTO, ISABEL CRISTINA STORRER WEBER, JEANETE LUCI BACHMANN PINTO, JOANA SIRLEI DE MORAIS DITZEL, LAURISTELA GAESKI LANGER, LETÍCIA JULIANA DE PAULA DOS SANTOS, MAJOLY ALINE DOS ANJOS HARDY, MARIELLA VICCO PEREIRA, THAIS CECILIA LOZANO LIMA
DESPACHO:-569/24
DESPACHO
Trata o presente processo de ATO de INATIVAÇÃO da servidora SIMONE LUIZA BISKOWSKI DOBJANSKI, elaborado pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA.
A Coordenadoria de Gestão de Pessoas, pela Instrução nº 1797/24 – CGM, informa que a entidade previdenciária não juntou aos autos o ato retificador mencionado à peça 54 (Portaria n.º 125 de 2024) e sua respectiva publicação.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno[1], concede-se extraordinariamente a dilação por mais 15 (quinze) dias para a juntada dos documentos.
Retorna-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP), para devidas providências.
Publique-se.
Gabinete, em 23 de maio de 2024.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

_____
1. *Art. 389. O prazo para manifestação da parte interessada, inclusive na oportunidade do contraditório e da ampla defesa, será de 15 (quinze) dias. Parágrafo único. Sendo imprescindível a prorrogação de prazo para manifestação da parte, esta se dará por igual período, sem solução de continuidade, desde que justificada em petição protocolada no prazo inicial, sob pena de não recebimento das razões e documentos apresentados intempestivamente.*

PROCESSO N º:-236107/20
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
INTERESSADO:-CENTRAL DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS CONCEDIDOS DO LITORAL DO PARANÁ, GABRIEL DO ROZARIO ANTUNES, JOAO ROBERTO ROCHA MORAES, MARCELO ELIAS ROQUE, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, PARANAGUA SANEAMENTO S.A.
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-ALESSANDRA VIEIRA DE ALBUQUERQUE

MARANHAO, BRUNNA HELOUISE MARIN, DANIELE ORMENEZE JANOSKI, EVIE NOGUEIRA E MALAFAIA, LUIZ RODRIGUES WAMBIER, MATEUS FIGUEIREDO RECCANELLO, PATRICIA YAMASAKI TEIXEIRA, ROBERLEI ALDO QUEIROZ
DESPACHO:-570/24
DESPACHO
Retornam os presentes autos, a este gabinete, em razão do pedido, do Município de Paranaguá, de prorrogação de prazo, por 15 (quinze) dias, para atendimento do Despacho nº 303/24 (peça 458), deste Relator.
Diante da justificativa apresentada, defiro a prorrogação de prazo requerida, contados da juntada da petição pelo município (09/05/2024), findando o novo prazo em 03 de junho de 2024.
É o despacho.
Publique-se.
Gabinete, em 23 de maio de 2024.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

PROCESSO N °:-921291/16
ORIGEM:-ASSOCIAÇÃO DOS DESPORTISTAS AMADORES DE FOZ DO IGUAÇU
INTERESSADO:-CLOVIS ALVES DOS SANTOS, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, JOSE CAVALCANTE ALVES, MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, PAULO MAC DONALD GHISI, VALDECI ROLIM DE FREITA
ASSUNTO:-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-JAQUELINE MARQUES DE SOUZA
DESPACHO:-571/24
DESPACHO
Tendo em vista a Informação nº. 133/24 – DIJUR (Peça 206), sobre o trânsito em julgado da Ação Ordinária nº 0019821-78.2020.8.16.0030, em que se reconheceu a competência do Tribunal de Contas Estadual na aplicação de sanções ao Sr. Paulo Mac Donald Ghisi.
Encaminhe-se os autos à Coordenadoria de Execuções de Monitoramento e Execuções (CMEX) para averiguar o cumprimento das sanções impostas ao Sr. Paulo Mac Donald Ghisi.
Gabinete, em 23 de maio de 2024.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

PROCESSO N °:-462447/15
ORIGEM:-MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ
INTERESSADO:-DORIVAL FERREIRA DIAS, JOSE LUIZ BOVO, MARCIA FATIMA DA SILVA GIACOMELLI, MARGARETE REGINA ALVES
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-ADEMIR APARECIDO ANTONELLI, JOSE DA SILVA NEVES, LUCIANA SGARBI, SINADIA BATISTA SILVA
DESPACHO:-572/24
DESPACHO
Tratam os autos de aposentadoria concedida pela Maringá Previdência à servidora Margarete Regina Alves, mediante o Decreto n° 646/2015, registrado por meio de Decisão Definitiva Monocrática n° 290/16 – GCNB.
Nas peças 31 e 32, a entidade acostou o Decreto n° 336/2024, bem como sua publicação, que se refere à reversão da aposentadoria por invalidez da servidora, com fulcro no art. 38 da Lei Complementar n° 239/1998.
Em sua Instrução n° 1793/24 (peça 33), a CGM se manifestou pelo arquivamento do feito, considerando que o ato de reversão não é sujeito a registro nesta Corte.
O Ministério Público de Contas, pelo Parecer nº 384/24 – 5PC, manifestou-se acompanhando o opinativo da CGM, contudo, ressalta o envio dos autos à CAGE para as devidas anotações.
Em face do exposto, determino o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (CAGE) para as anotações necessárias e, após, à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento.
Gabinete, em 23 de maio 2024.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA

PROCESSO N.°:-546637/20
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA
RESPONSÁVEIS:-FELIPE JOSÉ VIDIGAL DOS SANTOS, REINHOLD STEPHANES
INTERESSADA:-LUIZA BALEEIRO SANT´ANNA
PROCURADORES:-ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, FABIANO JORGE STAINZACK, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°: -245/24
AUTORIZAÇÃO DE SOBRESTAMENTO
1) Autorizo o sobrestamento pelos fundamentos expostos na instrução n.° 328/24 (peça n.°55).
2) Encaminhem-se os autos à Secretaria da Primeira Câmara para certificação.
3) Após, à Coordenadoria de Gestão Estadual.
Curitiba, 23 de maio de 2024.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____
__1__. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

PROCESSO N.°:-374873/24
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND
REPRESENTANTES:-EDUARDO HENRIQUE SASSE, WISE CITIES TECNOLOGIA LTDA.
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°:-246/24
Trata-se de representação fundamentada no artigo 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993[1] – aplicável à licitação em exame, conforme expressamente previsto no edital (peça 22), em consonância com o artigo 191, caput, da Lei n.º 14.133/2021[2] –, pela qual a WISE CITIES TECNOLOGIA LTDA. relata supostas irregularidades no Pregão Eletrônico n.º 81/2023 do Município de Assis Chateaubriand.
Tal pregão eletrônico tem como objeto o "registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos, destinados a manutenção e adequação dos próprios públicos, escolas e centros de educação, postos de saúde, pátio de máquinas e secretaria de assistência social".
Alega a representante que o Município a desclassificou do certame em razão do "não envio dos documentos de habilitação" – o que não procederia, já que toda a documentação foi devidamente encaminhada (peça 3). Segundo a empresa, na verdade, houve falha técnica no sistema utilizado no processo licitatório, que teria resultado na exclusão indevida de todos os documentos.
Reforçaria tal argumento o fato de que a representante pôde oferecer lances na sessão pública, o que – em princípio – só seria possível após o envio dos documentos de habilitação. Outras quatro licitantes também teriam sido prejudicadas pelo mesmo erro técnico, o que corroboraria "a necessidade de uma investigação detalhada sobre possíveis falhas sistêmicas".
Apesar disso, segundo a empresa, o Município já teria antecipado que não serão aceitos eventuais recursos "se o motivo for em razão de a empresa não ter anexado os documentos iguais fizeram as empresas que venceram", haja vista que "na plataforma da BLL é possível a empresa participar mesmo sem ter anexado documentação" e que "quando a empresa anexa os documentos aparece o dia e o horário em que foram anexados, por alguma razão o responsável pela empresa não conferiu e por esse motivo acabou sendo inabilitada" (peça 25).
Diante do exposto, arguindo ofensa aos princípios da competitividade, da isonomia e da moralidade, a representante requereu a concessão de medida cautelar para suspender o pregão eletrônico.
Previamente ao juízo de admissibilidade, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo a fim de que proceda, pelos meios telefônico e eletrônico, à citação do MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND, na pessoa de seu atual representante legal, para que, no prazo de 5 dias, pronuncie-se sobre as questões suscitadas na representação, informando, em especial:
1) se é procedente a alegação da WISE CITIES TECNOLOGIA LTDA. de que a apresentação de lances na sessão pública dependia do prévio envio de documentos de habilitação;
2) se o sistema eletrônico utilizado pelo Município na licitação ("Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL") emite algum recibo ou extrato na ocasião da protocolização de documentos pelas licitantes; e
3) se já foi apreciado o recurso interposto pela ora representante em face de sua desclassificação no certame (peça 24).
Curitiba, 24 de maio de 2024.
SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Relator

_____
__1__. Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.
§ 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.
__2__. Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193 [sobre a revogação, em 30 de dezembro de 2023, das leis n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/2002 e dos artigos 1º a 47-A da Lei n.º 12.462/2011], a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

PROCESSO N.°:-558547/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
RESPONSÁVEL:-PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
INTERESSADOS:-CLAUDINEI SABINO DO AMARAL, CLEUSO DA SILVA ALMEIDA, GERVASIO RODRIGUES JUNIOR, JEAN CARLOS POZAROWSKI POIAN, JENIFER DANIELI DE FRANCA, JOAO VICTOR DE PONCE FERREIRA, JÚLIO CÉSAR SALES, MARCOS DE SOUZA
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°:-247/24
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, § 1°, do Regimento Interno.
Curitiba, 24 de maio de 2024.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____
__1__. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

PROCESSO N.º:-425840/17
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE
RESPONSÁVEL:-GUILHERME PIVATTO JUNIOR
INTERESSADO:-ANDRÉ FRANCISCO MARCHEWICZ
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.º:-248/24
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, § 1°, do Regimento Interno.
Curitiba, 24 de maio de 2024.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____
__1__. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

PROCESSO N.º:-852894/19
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
RESPONSÁVEIS:-CARLOS ALBERTO CAOVILLA, MARTA REGIANA RIBEIRO FRACARO
INTERESSADOS:-FILIPE DA CUNHA GONÇALES, FRANCIELLE APARECIDA LAVAGNOLI, MARCELO RAFAEL FELIX
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.º:-249/24
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, § 1°, do Regimento Interno.
Curitiba, 24 de maio de 2024.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____
__1__. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

PROCESSO N.º:-160330/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESPONSÁVEL:-GERSO FRANCISCO GUSSO
INTERESSADOS:-APARECIDO DINIZ MAIA SOBRINHO, CLEVERSON DOS SANTOS SILVA, ELAINE QUEIROS, FERNANDO FELIPE HOFFMANN, JOSIANE APARECIDA OLIVEIRA, JULCIMAR LONGHI, NELSON DE SOUZA, PAOLA MAKIELLE PICOLO, PAULO ROBERTO SCAPINI, RODRIGO ARRUDA GERHARDT, SANDRO RODRIGUES DE MELO, SILVANO DA SILVA ANTUNES, SIMONE GREIN BORGES, TATIANA DE QUADRO FERNANDES, VANDIOMIR JASPER
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.º:-250/24
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, § 1°, do Regimento Interno.
Curitiba, 24 de maio de 2024.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____
__1__. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Sem publicações

Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA

PROCESSO Nº-439610/23
ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA
ASSUNTO:-REVISÃO DE PENSÃO
INTERESSADO:-CLARICE RODRIGUES DE CASTRO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, JOZIR DE MIRANDA
PROCURADORES:-ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO
DESPACHO 268/24
Considerando o disposto no art. 1º, inciso VIII[1], da Instrução de Serviço nº 032/2012[2] c/c o art. 1º da Instrução de Serviço nº 053/13[3] e considerando as manifestações uniformes da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão e do representante do Ministério Público, determino o encerramento do processo, haja vista o contido no art. 398 do Regimento Interno[4].
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as providências cabíveis, nos termos do art. 168, inciso VII, do Regimento Interno[5].
Publique-se.
Curitiba, 24 de maio de 2024.
Luciano Dinis de Souza
Auditor de Controle Externo

_____
__1__. Art. 1º - Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, ACE JERUSA HELENA PIAZ KLOCK, matrícula nº 51.281-8, e ACE MARCELO DA SILVA BENTO, matrícula nº 50.719-9, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:
(...)
VIII- autorização e determinação de encerramento e arquivamento de processos, acolhendo pareceres uniformes da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
__2__. Publicada no periódico 'Atos Oficiais Eletrônicos' nº 333 de 20/01/2012, fls. 139 e 140.
__3__. Art. 1º O caput do art. 1º, da Instrução de Serviço nº 50/2013, publicada no periódico "Diário Eletrônico do Tribunal de Contas" nº 603, de 21/03/2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 1º Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, EDGAR ANTONIO DOS SANTOS, Analista de Controle, matrícula nº 51.250-8, LUCIANO DINIS DE SOUZA, Analista de Controle, matrícula nº 51.738-0, MARCELO DA SILVA BENTO, Analista de Controle, matrícula nº 50.719-9, e PAULA FONSECA CAMERA, Analista de Controle, matrícula nº 51.702-0, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:"
__4__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 2º O relator poderá determinar o encerramento do processo, em sede de juízo de admissibilidade, nas hipóteses previstas regimentalmente. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 3º Nos demais casos o encerramento de processo dependerá de decisão colegiada. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 4º Os processos julgados regulares com ressalvas, ou contendo determinações e recomendações, após as devidas anotações e cumprimento das eventuais comunicações, serão encerrados, mediante despacho do Relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
__5__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
(...)
VII – arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO

PROCESSO N.º:-248342/20
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-INSTITUTO DE HABITAÇAO DE FOZ DO IGUAÇU - FOZHABITA
INTERESSADO:-ANA LAURA COELHO DA SILVA HECK, CAROLINA BEATRIZ DA SILVA CLAUDINO, ELAINE RIBEIRO DE SOUZA ANDERLE, IAN MARTIN VARGAS, INSTITUTO DE HABITAÇAO DE FOZ DO IGUAÇU - FOZHABITA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 25/24
Aprecia-se, para fins de registro, admissões de pessoal realizadas pelo Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu - Fozhabita, por meio do concurso público regulamentado pelo Edital nº 1/2018, alusivo ao provimento dos cargos de Motorista de Veículo Leve I, Assistente Administrativo Junior, Agente Fiscal Junior, Arquiteto Junior, Assistente Social Junior, Contador Junior, Engenheiro Ambiental Junior, Engenheiro Civil Junior e Procurador Junior[1].
Em consonância com os pareceres constantes dos autos, emitidos pela Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (Instrução nº 6561/24-CAGE, peça 18) e pelo Ministério Público de Contas (Parecer nº 338/24-4PC, peça 21), que opinaram pela legalidade das admissões, determino o registro, na forma do art. 134 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e do art. 428, inc. II, do Regimento Interno.
Após o trânsito em julgado, deve ser feita a remessa do feito à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, para os fins do art. 175-H, inc. V, do Regimento Interno e, após, à Diretoria de Protocolo para encerramento e consequente arquivamento, conforme os art. 398, § 1º, e 168, VII, do referido regimento.
Publique-se.
Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Relator

_____
__1__. Lista de servidores admitidos na peça nº 18, página 4.

PROCESSO N.º:-668733/23
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-AUREA CECILIA DA FONSECA, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, KELI CRISTINA MORAES CHAGAS
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 26/24
Aprecia-se, para fins de registro, a Portaria de Revisão de Benefício Previdenciário n.º 8.659, da Foz Previdência – FOZPREV (peça 5), publicada no Diário Oficial do Município n.º 4.747, de 21/8/2023 (peça 6), que concedeu revisão dos proventos recebidos pela senhora Keli Cristina Moraes Chagas, com fundamento em decisão judicial exarada nos autos n° 0018084-06.2021.8.16.0030, do 3º Juizado Especial da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu (peça 10).
Em consonância com as manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Municipal (Instrução nº 1419/24 – CGM – peça 12) e do Ministério Público de Contas (Parecer n.º 375/24 – 6PC – peça 13), que opinaram pela legalidade do ato, determino o registro da revisão de proventos em tela, na forma do art. 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 e do art. 428, inc. II, do Regimento Interno.
Após certificado o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (CAGE) para as anotações pertinentes e à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme os art. 398, § 1º, e 168, VII, do Regimento Interno.
Publique-se.
Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Relator

Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

Sem publicações

Conselheira Substituta MURYEL HEY

Sem publicações

Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO

Sem publicações

TCEPR
CORREGEDORIA GERAL

Sem publicações

Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar

Sem publicações

TCEPR
OUVIDORIA DE CONTAS

Sem publicações

TCEPR
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Sem publicações



TCEPR
ATOS DIVERSOS

Resenhas de Distribuição

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 119/24
Processo nº: 237803/16
Data e hora da redistribuição: 24/05/2024 14:56:00
Assunto: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
Interessado: PAULO SERGIO WOLFF
Exercício: 2015
Modalidade de redistribuição: redistribuição conforme disposto no art. 338-A, inciso III, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:
DP, em 24/05/2024
Caroline Lemes Karam de Meneses - Diretora
Matr. 51.729-1

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3548/2024
Processo Nº: 163193/19
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 09:50:29
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, JUAREZ MOREIRA RODRIGUES, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, WALTER PARCIANELLO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3549/2024
Processo Nº: 613504/19
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 09:57:42
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, MARIA NILSA DA COSTA HENNRICH, WALTER PARCIANELLO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3550/2024
Processo Nº: 594690/20
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 10:03:52
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
Interessado: BACHIR ABBAS, HILTON SANTIN ROVEDA, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, SIMONE REGIANE THIEL
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3551/2024
Processo Nº: 872778/18
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 10:14:55
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IRETAMA
Interessado: FRANCISCO BLECHA NETO, GERMANO BORINO CARVALHO, MARCIA PAULA BULLA DA SILVA, MATHEUS GOMES VIEIRA, PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IRETAMA, WILSON CARLOS DE ASSIS
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3552/2024
Processo Nº: 25939/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 10:22:28
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL

Entidade: MUNICÍPIO DE GUAIRAÇÁ
Interessado: MARCELO ALVES DE OLIVEIRA, MUNICÍPIO DE GUAIRAÇÁ
Exercício: 2023
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3553/2024
Processo Nº: 92945/19
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 10:31:23
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE URAÍ
Interessado: ALAIDE APARECIDA PORCINI BONTORIN, ALEX DIAS PEREIRA, ANA CLAUDIA DA ROSA SOCHACKI, ANA KAORU SAKAMOTO, ANA KELLY FERREIRA DE LIMA, ANDRE CAETANO BORTOLUZI, ANDREIA APARECIDA VENANCIO FRANCISCO, ANGELICA PRISCILA INACIO, ANGELO TARANTINI FILHO, APARECIDA BRAGA POJATO E OUTROS.
Exercício: 2016
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 712754/18, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3554/2024
Processo Nº: 319118/20
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 10:39:21
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS
Interessado: ALCIDES RODRIGUES BASSETE, ALISSON NASCIMENTO BONETTE, ANDREIA APARECIDA PENICHE MATOS, ANDREZA CHAVES PAIM, CELSO LUIZ DA SILVA FORTES, CRISTIANE OLIVEIRA LIMA, DAIANE DA SILVA, EDENILSON DE PAULA LIMA, HELENA PRESTES DOS SANTOS, IVANETE DA FONSECA MACIEL E OUTROS.
Exercício: 2007
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3555/2024
Processo Nº: 371610/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 11:12:13
Assunto: REPRESENTAÇÃO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
Interessado: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PAIÇANDU, CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
Exercício:
Modalidade de distribuição: por substituição a(o) Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, mediante sorteio, afastado pelos motivos indicados nos autos nº 266531/24 , conforme disposto no art. 333, IV, § 5º-A c/c art. 51-A, II, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3556/2024
Processo Nº: 374873/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 12:20:44
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND
Interessado: EDUARDO HENRIQUE SASSE, WISE CITIES TECNOLOGIA LTDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: por substituição a(o) Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, mediante sorteio, afastado pelos motivos indicados nos autos nº 350419/24 , conforme disposto no art. 333, IV, § 5º-A c/c art. 51-A, II, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3557/2024
Processo Nº: 376108/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 12:21:22
Assunto: DENÚNCIA
Entidade: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
Interessado: ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
Exercício:
Modalidade de distribuição: por substituição a(o) Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, mediante sorteio, afastado pelos motivos indicados nos autos nº 266531/24 , conforme disposto no art. 333, IV, § 5º-A c/c art. 51-A, II, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3558/2024
Processo Nº: 373230/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 12:26:22
Assunto: DENÚNCIA
Entidade: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
Interessado: ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
Exercício:
Modalidade de distribuição: por substituição a(o) Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, mediante sorteio, afastado pelos motivos indicados nos autos nº 266531/24 , conforme disposto no art. 333, IV, § 5º-A c/c art. 51-A, II, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3559/2024
Processo Nº: 377384/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 12:42:59
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE TOLEDO
Interessado: C S MAGON CONSTRUTORA LTDA, CAIO CESAR MAGON
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3560/2024
Processo Nº: 375918/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 12:56:59
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
Interessado: J. M. F. SILVA & CIA LTDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: prevenção, reconhecida de ofício (arts. 278, I e 340 do Regimento Interno), conforme Ata da Sessão Ordinária nº 23, de 20 de julho de 2017, do Tribunal Pleno e art. 346, § 1º do Regimento Interno c/c art. 55 do Código de Processo Civil, por conexão com o processo nº 286796/24, de REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3561/2024
Processo Nº: 377775/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 14:12:25
Assunto: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
Entidade: MUNICIPIO DE CLEVELANDIA
Interessado: ALVARO FELIPE VALÉRIO
Exercício:
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 677220/17, conforme Art. 346 inciso III do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3562/2024
Processo Nº: 376604/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 14:17:36
Assunto: REVISÃO DE PENSÃO
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, ISABELLE DA SILVA PINHEIRO, JOSE NIVALDO NETO, MARIA APARECIDA RIBEIRO, MATHEUS PINHEIRO FIRMINO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3563/2024
Processo Nº: 376710/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 14:18:03
Assunto: REVISÃO DE PENSÃO
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: ANTONIO VALDECER RAZZABONI, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARIA CELESTE RAZZABONI, MILENI ANI ROZABONI
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3564/2024
Processo Nº: 377490/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 14:20:23
Assunto: REVISÃO DE PENSÃO
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: BRUNA MONTERIO DE OLIVEIRA, CICERO FERREIRA, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, YURI MONTEIRO BARBOSA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheira Substituta MURYEL HEY
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3565/2024
Processo Nº: 378046/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 14:45:52
Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Entidade:
Interessado: NATHAN MURILO BILL HERTZ
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 8º da Resolução 45/2014.
Relator: Conselheiro Presidente FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3566/2024
Processo Nº: 378100/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 14:52:25
Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Entidade:
Interessado: THIAGO CESAR DA SILVA MACHADO
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 8º da Resolução 45/2014.
Relator: Conselheiro Presidente FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3567/2024
Processo Nº: 378194/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 15:00:53
Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Entidade:
Interessado: RODRIGO DA SILVA RODRIGUES
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 8º da Resolução 45/2014.
Relator: Conselheiro Presidente FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3568/2024
Processo Nº: 378208/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 15:01:00
Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Entidade:
Interessado: HENZO HERNANE TELLES E SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 8º da Resolução 45/2014.
Relator: Conselheiro Presidente FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3569/2024
Processo Nº: 377430/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 15:26:32
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA E CIDADANIA DE LONDRINA E REGIAO
Interessado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA E CIDADANIA DE LONDRINA E REGIAO, LINERBOOK - EDITORA GRAFICA E PROJETOS EDUCACIONAIS LTDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: por substituição a(o) Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, mediante sorteio, afastado pelos motivos indicados nos autos nº 350419/24 , conforme disposto no art. 333, IV, § 5º-A c/c art. 51-A, II, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3570/2024
Processo Nº: 378445/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 15:31:05
Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Entidade:
Interessado: EMANUELLE ALVES NASCIMENTO
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 8º da Resolução 45/2014.
Relator: Conselheiro Presidente FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3571/2024
Processo Nº: 378739/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 15:56:05
Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Entidade:
Interessado: MARIA BEATRIZ VIEIRA VITAL
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 8º da Resolução 45/2014.
Relator: Conselheiro Presidente FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3572/2024
Processo Nº: 378798/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 16:04:29
Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Entidade:
Interessado: THATIANA TRINDADE DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 8º da Resolução 45/2014.
Relator: Conselheiro Presidente FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3573/2024
Processo Nº: 378224/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 17:20:03
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO ESTADO DO PARANA - FUNEAS-PARANÁ
Interessado: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO ESTADO DO PARANA - FUNEAS-PARANÁ, NUTRIVILLE RESTAURANTE S/A
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3574/2024
Processo Nº: 378895/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 17:31:18
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Interessado: CONSTRUTORA SERRA DA PRATA LTDA, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3575/2024
Processo Nº: 378135/24
Data e hora da distribuição: 24/05/2024 18:18:20
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICIPIO DE ASSAI
Interessado: ALESSANDRA A DA SILVA MELO ESCOLA DE DANCA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS, MUNICIPIO DE ASSAI
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

Editais

Sem publicações

Despachos

PROCESSO N º-182671/21
ORIGEM-MUNICÍPIO DE CAMBÉ
INTERESSADO-ADEL MASSABKI JUNIOR, ANANDA MARQUES DE GODOI, BARBARA RADIGONDA, CAROLINE TOLENTINO SANCHES, CONRADO ANGELO SCHELLER, DANDARA PERARO DE SOUSA, FERNANDA DE SOUZA, FLÁVIA MARIA ARAUJO, FRANCIELE LONGO FERREIRA, GLADYS HEBE TURRISSI, GUSTAVO CUARTAS ARANGO NETO, LUZIANA SUZUKI BRAMBILA, PAULA CAVALCANTI ENDO, ROMULO ANDRADE MARCATO, SILVANA DA SILVA SANTOS DELGADO, SIMONE FERREIRA DA SILVA, THADEU JAIRO GUERRA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1851/24
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE CAMBÉ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7651/24 - CAGE peça nº 6:
- MUNICÍPIO DE CAMBÉ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 24 de maio de 2024.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-316675/23
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-EDNA MARLI SCHMID LOUS, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, PAULO ROBERTO LOUS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1852/24
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7653/24 - CAGE peça nº 14:
- PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 24 de maio de 2024.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-522204/22
ORIGEM-MUNICIPIO DE TERRA BOA
INTERESSADO-ADRIANA MARIA LEMES, ALAN NAVARRO NUNES, ALANA SILVEIRA DA LUZ SANTINI, ANDRE NATALINO ALVES PEREIRA, BETINA REDI DA SILVA, BRUNA CRISTINA SCHELBAUER, DAIANE MARQUES PEREIRA SOARES, DANIELI SCHIABELLE NASCIMENTO, DANIELI STEFANI GRISOSTE FILIPINI, DEBORA DE SOUZA SILVA, DELAINE NAIARA FAGUNDES, DENISE MANTOVANI ROMERO, DIESSI CRIS BRAGA DE SOUZA, EDILAINE APARECIDA DA SILVA, EDMILSON PEDRO DE MOURA, ELIANA MARQUES, FABIOLA DA SILVA BARBOSA, FRANCIENE ALINE MORAES DA SILVA, GABRIELA APARECIDA FIGUEIRA, GISELE GALIANE VIANA RISPAR, GRACIELI CORDEIRO DA SILVA, GRAZIELLY RODRIGUES GARCIA, HELEN JANAINA POSSE PEREIRA, HELOISA RAFAELA ROSOLEN, ISABELA ALVES MARTINS, JAQUELINE CRISTINA DOS REIS, JOICE CAMILA ROLA, JOSY ELIANE DIAS CRUZ, KATIA STELLA PERUCI, KELLY DEYSE SEGATI, LEANDRO APARECIDO DE SOUZA, LETICIA VANDERLEI SANTANA ROLLA, LUIZ GUSTAVO BRITO BENETAO, MARCELA ANDREZZA CARNEIRO, MARIELI DAGMAR SILVA DE OLIVEIRA, MAYARA CECILIA FERNANDES, NADIA NAYARA XAVIER, NAIARA SANTANA GRACIANO, NATALIA CAPARROZ TURSI DE BARROS, NATHALIA MILIOLI, RAINE DA SILVA XAVIER DOS REIS, REBECA MAYSA VICENTE DIAS, ROSALINA DA SILVA GONÇALVES, ROSIMARY DE SOUZA CORREIA, TAMIRES SILVA GAMA, TATIANE COSTA DE OLIVEIRA, THALES HENRIQUE MORAES
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1853/24
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a)

MUNICIPIO DE TERRA BOA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7600/24 - CAGE peça nº 59:
- MUNICIPIO DE TERRA BOA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 24 de maio de 2024.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-166869/20
ORIGEM-CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA
INTERESSADO-CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA, JAIR PEREZ, MARISA ISSA RIZK, ROBERSON DE OLIVEIRA SOUZA, ROGERIO FRANCISCHINI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1854/24
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento às Instruções nº 7642/24 e nº 7641/24 - CAGE peças nº 94 e 95:
- CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 24 de maio de 2024.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-363090/24
ORIGEM-MUNICÍPIO DE OURIZONA
INTERESSADO-MANOEL RODRIGO AMADO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1855/24
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE OURIZONA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento às Instruções nº 7655/24, nº 7656/24 e nº 7657/24 - CAGE peças nº 32, 33 e 34:
- MUNICÍPIO DE OURIZONA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 24 de maio de 2024.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-378618/22
ORIGEM-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CISA/AMERIOS - 12ª R.S.
INTERESSADO-ALMIR DE ALMEIDA, CARLOS EDUARDO BARBOSA DA SILVA, CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, THAIS OLIVEIRA SANTOS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1856/24
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CISA/AMERIOS - 12ª R.S., cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7636/24 - CAGE peça nº 72:
- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CISA/AMERIOS - 12ª R.S. – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 24 de maio de 2024.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-411186/22
ORIGEM-MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
INTERESSADO-ADRIANA RIBEIRO MARTINS, ALINO ANITO ALVES PEDROSA JUNIOR, ARIEL SANCHEZ ALEMAN, CALEDI DOS SANTOS DE ATAIDE, EVANDRO MIGUEL GRADE, FABIOLA MARCIO, GABRIEL CELIO DA CUNHA, GABRIEL DEMETRIO, GLEIDSON BATISTA ARANTES, JULIA BARBOSA RUIZ, MICHELE PINHEIRO KRAHL, TATIANE PILONETO THOME, VINICIUS RIBAS MADSEN, VOLNETE VARGAS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1857/24
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7658/24 - CAGE peça nº 73:
- MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 24 de maio de 2024.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-175498/24
ORIGEM-MUNICÍPIO DE PRIMEIRO DE MAIO
INTERESSADO-BRUNA DE OLIVEIRA CASANOVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1858/24
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE PRIMEIRO DE MAIO, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7490/24 - CAGE peça nº 43:
- MUNICÍPIO DE PRIMEIRO DE MAIO – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 24 de maio de 2024.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-651489/22
ORIGEM-MUNICÍPIO DE IRATI
INTERESSADO-VANUZA DYBACH, VENELCI MARIA MUSSATO DE OLIVEIRA, VERONICA MAKOHIN, VICTORIA KAROLINE CARDOSO SANTOS, WENDELL HENRIQUE CANDIDO BUENO, ZELIA TEREZINHA FERNANDES, ADRIANA IANISCH, ADRIANA SPECHT BONKI, ADRIELY DE ANDRADE, ALANA VITORIA IAREK, ALESSANDRA APARECIDA BASTOS, ALESSANDRA CHASCO, ALEX SOARES DE OLIVEIRA, ALICE ALVES RADASKIEWICZ, AMANDA SLUZALA, ANA ALICE KOSINSKI, ANA BEATRIZ STADLER, ANA CAMILA MOREIRA PIRES, ANA CLARA DOS SANTOS, ANA PAULA DANELIU, ANA VALERIA ZANLORENSE, ANDERSON FAGUNDES, ANDREIA MARCHECK SORIANI, ANDREIA SUREK, ANDRESSA CRISTINA BAITAL, ANGELICA LEVANDOSKI FERRANDO, ANGELICA VANESSA ALBACH DOS ANJOS, ANILDA MUZEKA, BIANCA MARCELA BANCHIERI, BIANCA SETNARSKI DO BOMFIM, BRUNA GISELE BARBOSA, CAMILA ROCHA DOS SANTOS, CAMILA SANTOS CORNELO, CAMILA WAGNER, CAMILLA RIGONI FERREIRA, CARINA BARANKEVICZ, CARLA VANESSA KREVI, CARLINE FABRIS CORDEIRO, CAROLINA GOIS FERREIRA, CASCIA REGINA OLIVEIRA ARRUDA, CELIANE GAIEVISK, CIANA GARDIM, CINTIA APARECIDA DO BOMFIM, CLAUDETE DAS GRACAS WENDRECHOSKI ESMANHOTTO, CLEVERTON RODRIGO RODRIGUES, CRISLAINE MOREIRA, CRISTIANE SERAFIM, CRISTIANO DAMIAO SANTOS, CRISTINA PAITRA SANTANA, CRISTINE DAMBROSKI, DAIANE DE OLIVEIRA, DAIANE STRUJAK, DAIANE VAN DER WAAL, DANIELE DE FATIMA OCHINSKI DE ANDRADE, DANIELE REGINA SANTOS, DANIELE ROGAL ZAROWNY, DAYANE DE LIMA TARACOSKI, DEBORA TAINARA HALISKI RIBAS, DENIZE TCHMOLA FREITAS, EDIANE ELITA CARLOS, EDINA CAMARGO DOS SANTOS GOMES, ELAINE DOS SANTOS VIEIRA, ELAINE FURMAN, ELCIMARI STRESSER PEREIRA MENON, ELEANDRO DE CARVALHO, ELENICE OSTACHUK, ELIANE CAVALHEIRO, ELIANE SERZOSKI DOS SANTOS KAVETSKI, ELICEIA HALATIKI SZEREDA, ELIS CRISTINA MITZ, ELISANDRA ALVES DE SOUZA, ELISIANA FREITAS TRIBECK, ELIZANGELA APARECIDA LAROCA SOARES, ELOISA QUIRINO DOS SANTOS PEPE, EMANUELI MAZUR IANOSKI NEULS, EMANUELI NOS, ERICA PAULA BURAKI, FABIOLA DE LEMOS PAIVA, FERNANDA DELFINO, FERNANDA WITKOWSKI, FLAVIA APARECIDA MOLINARI, FLAVIA APARECIDA NEVES, FLAVIANE DE SOUZA, FRANCIELLE FALCOSKI, FRANCINI BOBROVSKI KUTHANSKI, GABRIELA APARECIDA RUFINO, GABRIELA MIGON, GABRIELA TYSKI VIEIRA, GEOVANE HORST, GILVANE APARECIDA RODRIGUES, GISLAINE DO CARMO DE LIMA, HOALACE GILBERTO DE PAULA, IDEMAR FERREIRA DE LIMA, INGRID TAYLANA MACHADO, ISABEL CRISTINA SIMAN MACIEL, ISLÉA MACHADO DOS SANTOS, IZANA TEREZINHA BIGOLIN, JAQUELINE DE SOUZA MACHADO, JAQUELINE SEGURO SLOMPO, JAQUELINE ZANON, JAYNE MARIA WITCHEMICHEN, JESSICA JULIANE SCHAFER MEHRET, JESSICA NAIANE SEVERINO DA MAIA, JOAO DOS SANTOS DE OLIVEIRA, JOCELMA FERREIRA FILUS, JOCILENE DOS SANTOS PEPE GACH, JOEL CCORAHUA ARREDONDO, JOELMA DOMINGUES PATCZYK, JORDANA OGG KONOPKA, JORGE DAVID DERBLI PINTO, JOSELAINE KAVILHUKA GOY, JOSIANE FERREIRA DOS SANTOS FABRI, JOYCE DA SILVA MARIA, JUCE CLARA DE ANDRADE VENTZ, JULIANA IAVORSKI VAZ NUNES, JULIANA LAIS ROIK, JULIANA SPECHT, JULIANE APARECIDA CHARNEI, JULIANE APARECIDA NUNES MINELLA, KACIELLY DE LARA BUDNHESKI, KAMILA EMANUELA RIBEIRO, KAREN FERNANDA ZAMBAO, KARINE ADRIANA CAMILO PAIVA, KELLYN BRENDA CHRIEZANOSKI CARNEIRO, KETLIN REGIANE PUL, LAIS FERNANDA VIERZYNSKI, LEDIANE APARECIDA MUZINOSKI, LEILA CARLA PIASECKI, LEISA CIBELE VICENTE, LEISE ROCHA DE LIMA, LENILDA DOMINGUES DOS SANTOS SANTANA, LETICIA MATIAS, LETYCIA CHYLAJENKO, LILIAN SUZANA STROPARO, LISANDRA GABRICH, LORIANE TRIBEK, LUANA ELIS NEUMANN, LUANA FERREIRA DE MARQUES, LUCELIA LUCAVEI, LUCIANA COLECHA, LUCIANA NIEMES VICHINEVSKI DE MORAIS, LUCIANE KOLTUN, LUCIANE SPIVACKOWSKI, LUCIELE FERNANDA STOKS, LUCIMARI BURNATH, LUCIONELI DEBASTIANI, LUZIANE FREITAS DA SILVA ALEXANDRE, MAIELLE PADILHA DE LIMA, MARCELIZA DA LUZ MIRANDA LAROCA, MARCIA SCAVINSKI, MARCO ANTONIO DOS SANTOS PEPE, MARIA DE LURDES FIORI, MARIA EDUARDA PADILHA DE ALMEIDA, MARIA LURDES HUL, MARIA SUELI RIBEIRO, MARIA TERNOPOLSKI DE LIMA, MARIANGELA KULLER BOIANO, MARILEI BOCHNIA, MARILETE DE FATIMA PADILHA BUHRER, MARILU

FRANCO, MARINA KOSIESKI, MARTA CHICALSKI DE MOURA, MARYLIA GABRIELA ORTIS DA FONSECA, MERI LUIZE CHVAIDAK DA LUZ, MERIELEN TAIANA PIRICH FREITAS, MICHELE LONGATO, MILEINE APARECIDA GUIMARAES, MILENA THAIS FOGACA, MIRIANE SOARES DE OLIVEIRA, MONICA CAMILA MOREIRA DE JESUS, MONICA CIBELI STRONA, NANDARA FERREIRA DE BOMFIM, NATALIA GALVAO, NATALIA MAROTTI MOCHIUTI ILATCHUK, NEIDE TERESINHA CHERBISKI, NOEMI RODRIGUES DE ALMEIDA, PABLO JONATHAN PRADO, PALOMA DOMINGUES FERREIRA, PAMELA CRISTINE BARBOSA, PAOLA JULIANA LASCOSKI, PATRICIA DANIELLE TURKO, PATRICIA DE FATIMA CHOIDA, PATRICIA DOTES, PATRICIA VECELOVICZ, PAULA ANDRESSA ADAMSKI FRANCO, PRISCILA ISABEL TRINCAUS, PRISCILA MARSINIAKI, RENATA MARQUES DOS ANJOS, RENATA SCHEIDT VAZ, ROBSON CARDOSO, RODRIGO CARLOS DA SILVA, ROSANGELA FERNANDES DE OLIVEIRA, ROSEMERI PAITRA DE OLIVEIRA, ROSILENE COCHAIM, SAMANTA CAMARGO EL AKKARI, SILMARA FILLUS CORREA TEIXEIRA, SILMARA PACZEK, SILTON JOSÉ DZIADZIO, SOLANGE GAIOSKI, SUELEN RENATA VAN RYN, SUSANA NEUMANN, TAINARA CAETANO SIDOSKI, TANIA APARECIDA SOBOLEVSKI, TATIANE MARIA KASPRIK, TAYANARA TALITA FRANCO DOS SANTOS, TAYNARA UHREN BATISTEL, TERESINHA HUL, VALDINEIA LINHARES, VALDINEIA STRUGALA, VANDERLEIA GURA, VANESSA RAMINA STEFANSKI, VANESSA SANTOS PADILHA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1861/24
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE IRATI, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, tendo em vista a Certidão de Decurso de Prazo nº 449/24-DP (peça nº 87), solicita-se excepcionalmente, a realização de nova diligência à origem.
Nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 4021/24 - CAGE (peça nº 77):
- MUNICÍPIO DE IRATI – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 24 de maio de 2024.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-500424/19
ORIGEM-MUNICÍPIO DE VIRMOND
INTERESSADO-LUCIANE BECKER FURLAN, NEIMAR GRANOSKI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1863/24
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE VIRMOND, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 45) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação termina em 24/05/2024.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
CAGE, em 24 de maio de 2024.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO Nº.:-19718/24
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV, AUREA CECILIA DA FONSECA, CELINA KLOSTER, FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
DESPACHO Nº.:-509/2024
Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 104/2016, do Relator deste Processo, FABIO DE SOUZA CAMARGO, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:
1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 1122/2024, da Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:
Responsáveis para intimação:

Nome	Documento
FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV	08.322.648/0001-96
AUREA CECILIA DA FONSECA	556.954.349-04

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
CGM, 24 de maio de 2024.
LEVI RODRIGUES VAZ
Matrícula 51.620-1
Coordenador
Ato emitido automaticamente

Informações

Sem publicações

Atos de Alerta Municipais

Sem publicações

TCEPR
COORDENADORIA-GERAL

PROCESSO Nº:-342653/24
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL
INTERESSADO:-GILSON JOSE DE GOIS, MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO Nº 457/24
Trata o presente processo de Requerimento Externo formulado pelo município de Itaúna do Sul visando à alteração no SIAP, módulo Admissão de Pessoal, do prazo de validade do teste seletivo referente ao edital nº 2/2022, objeto dos autos 434100/22. O prazo seria de 2 (dois) anos e não apenas 1 (um), conforme informado no sistema.
A Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM), mediante a Instrução n.º 1953/24, se manifestou favoravelmente ao pleito, nos seguintes termos:
Considerando que o referido edital de abertura, o qual consta da peça 18 dos autos nº 434100/22, indica o prazo de 2 (dois) ano de validade do certame, esta CGM sugere o deferimento do pedido objeto do presente expediente.
A Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização (COSIF), por meio da Informação n.º 159/24, pontuou:
No tocante ao pedido, alinhando-se ao parecer lançado pela CGM, tem-se que o Prazo de Validade do Processo de Seleção cadastrado na fase 3 deve ser alterado para 2 anos, alterando-se, consequentemente, o Período de Validade Inicial do Processo de Seleção para 30/06/2022 a 30/06/2024 e a Prorrogação da Validade para 01/07/2024 a 01/07/2026, ambos na fase 1.
Quanto à verificação de eventuais análises realizadas, não foi localizado nenhum registro de Advertência ou de Apontamento Preliminar de Acompanhamento (APA) no Sistema Gerenciador de Acompanhamento (SGA) envolvendo a Entidade e o assunto em questão.
Caso o presente requerimento seja acatado, devem os autos retornar a esta Unidade Técnica para as providências necessárias visando dar atendimento ao pleito.
Pelas razões e justificativas expostas, a Coordenadoria-Geral de Fiscalização (CGF) corrobora o posicionamento das unidades técnicas pelo deferimento do pleito.
Diante disto, encaminhem-se os autos à COSIF para proceder às alterações necessárias, nos termos do inciso IX, do artigo 175 -N[1], do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.
Em seguida, não havendo a recomendação de diligências adicionais, remessa à Diretoria de Protocolo para encerramento, nos termos do § 1º, do inciso II, do artigo 5º-A[2], da Instrução de Serviço nº 115 de 26/10/2017, e arquivamento.
Publique-se.
CGF, 24 de maio de 2024.
-assinatura digital-
DJALMA RIESEMBERG JUNIOR
Coordenador-Geral de Fiscalização
Matrícula 50.648-6
/cb

_____
1. Art. 175-N. Compete à Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização: (Incluído pela Resolução n° 64/2018)
(...)
IX – avaliar e providenciar as alterações de dados requeridas; (Incluído pela Resolução n° 64/2018)

2. Art. 5º-A Fica autorizada a Coordenadoria-Geral de Fiscalização, observados os atos normativos aplicáveis e as suas atribuições nas áreas de fiscalização contidas nos arts. 151 e 151-A, do Regimento Interno, para apreciar os Requerimentos Externos de alteração de banco de dados, na hipótese de deferimento do pedido. (Incluído pela Instrução de Serviço n. 147/2021)
§ 1º Deferidos os pedidos mediante despacho publicado no Diário Eletrônico do Tribunal, adotem-se as seguintes providências: (Incluído pela Instrução de Serviço n. 147/2021)
(...)
II - encaminhar o Requerimento Externo à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento, em não havendo impacto em processos e necessidade de diligências adicionais. (Incluído pela Instrução de Serviço n. 147ro de 2021)



TCEPR

ATOS NORMATIVOS

RESOLUÇÃO Nº 113/2024

Dispõe sobre a progressão funcional entre níveis no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme estabelece a Lei Estadual nº 15.854, de 16 de julho de 2008, com a redação dada pela Lei Estadual nº 21.814, de 13 de dezembro de 2023.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições institucionais estabelecidas na Constituição do Estado, e com base nos arts. 2º, I, e 116, XII, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, no art. 5º, XIII, c/c os arts. 188 a 191 do Regimento Interno, e nos arts. 17 e 22 da Lei Estadual nº 15.854, 16 de julho de 2008; e considerando o Acórdão nº 1229/24 - Tribunal Pleno, processo nº 797847/23, e ainda;

Considerando a recente alteração da Lei Estadual nº 15.854, de 2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Tribunal, pela Lei Estadual nº 21.814, de 13 de dezembro de 2023;

Considerando a Política de Gestão de Pessoas deste Tribunal, materializada na Resolução nº 94, de 31 de março de 2022;

Considerando a Resolução Atricon nº 13, de 30 de novembro de 2018, que aprovou as Diretrizes de Controle Externo Atricon nº 3304/2018 relacionadas com a temática "Gestão de Pessoas nos Tribunais de Contas";

Considerando o objetivo estratégico 11: "Aprimorar a gestão e a governança institucional", relacionado com a perspectiva Processos Internos; e o objetivo estratégico 15: "Otimizar a gestão estratégica de pessoas, alinhada com as práticas de dimensionamento, revisão e alocação da força de trabalho e automação de atividades"; definidos por este Tribunal no Plano Estratégico 2022-2027;

Considerando as Diretrizes 18 e 19 do Plano de Gestão 2023-2024: "Ajustes no processo de avaliação de desempenho e capacitação" e "Implantar política de adequação e valorização de pessoal";

RESOLVE

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os critérios objetivos para progressão entre níveis dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme exigido pelos arts. 17 e 22 da Lei Estadual nº 15.854, de 2008, com as redações dadas pela Lei Estadual nº 21.814, de 13 de dezembro de 2023, estão dispostos nesta Resolução.

Parágrafo único. A carreira dos servidores ocupantes de cargos efetivos do Tribunal está estruturada em níveis e referências, conforme disposto no Anexo I da Lei Estadual nº 18.691, de 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º Para os fins desta Resolução, entende-se por:

I – avaliação de desempenho: verificação sistemática do desempenho do servidor, levando-se em consideração aspectos comportamentais, metas e resultados a serem alcançados, bem como outros critérios estipulados em resolução, a qual propiciará a progressão funcional do servidor entre as referências e os níveis da carreira;

II – interstício no nível: período mínimo em que o servidor deve permanecer em um nível, conforme seu regime de trabalho;

III – níveis: conjunto estruturado de letras, organizadas por referências, para permitir o desenvolvimento do servidor, mediante progressão funcional;

IV – progressão funcional: é a passagem do servidor de uma referência ou nível de vencimento para outro imediatamente superior, com base nos critérios de antiguidade e merecimento estabelecidos na Lei Estadual nº 15.854, de 2008, e nesta resolução;

V – referências: conjunto de números para posicionamento do servidor na escala de vencimento do respectivo nível, cujo interstício mínimo é de 6 (seis) meses.

Art. 3º Não haverá progressão funcional para o servidor nas hipóteses previstas no art. 18 da Lei Estadual nº 15.854, de 2008.

Parágrafo único. Para efeito de progressão na carreira será computado o período aquisitivo da estabilidade.

CAPÍTULO II

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL ENTRE NÍVEIS

Art. 4º A progressão funcional entre níveis, da última referência de um nível para a inicial do subsequente, será efetivada ao final do interstício no nível, mediante a aprovação na avaliação de desempenho e o atendimento a um dos seguintes critérios objetivos:

I – obtenção, durante o interstício no nível, de 100 (cem) pontos, conforme tabela constante no Apêndice Único, ou;

II – apresentação de um título de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação em área de interesse do Tribunal.

§ 1º Não haverá distinção de critérios entre os cargos de auditor de controle externo, técnico de controle e auxiliar de controle.

§ 2º Não será considerado para a progressão funcional o título relativo ao curso de graduação exigido para ingresso no cargo ou utilizado como fundamento para o recebimento de verba de representação.

§ 3º Os títulos decorrentes da conclusão de curso de graduação e pós-graduação têm validade indeterminada, devem ser reconhecidos pelo Ministério da Educação e somente poderão ser considerados para uma progressão funcional.

§ 4º Os critérios para aprovação do servidor em avaliação de desempenho são aqueles definidos em resolução específica.

Art. 5º Serão atribuídos pontos ao servidor, nos termos definidos na tabela constante no Apêndice Único, pelas seguintes atividades:

I – participação em curso de capacitação e aperfeiçoamento, comprovada mediante a apresentação do respectivo certificado;

II – participação em comissão ou comitê;

III – fiscalização de contrato firmado pelo Tribunal, exceto fiscal-substituto;

IV – recebimento de voto de louvor, limitado a um por ano;

V – exercício do cargo em comissão de Diretor-Geral, Coordenador-Geral de Fiscalização, Diretor, Inspetor, Ouvidor, Secretário ou Assessor Jurídico da Corregedoria-Geral;

VI – exercício da função gratificada de Coordenador de Unidade ou Controlador Interno;

VII – exercício da função gratificada de coordenador de fiscalização, supervisor de área ou contador-geral;

VIII – exercício da função gratificada de gerente de unidade ou pregoeiro;

IX - participação como instrutor ou palestrante em nome do Tribunal.

§ 1º Somente serão atribuídos pontos às atividades concluídas dentro do interstício no nível.

§ 2º Será considerado de capacitação ou aperfeiçoamento, o curso:

I – realizado pela Escola de Gestão Pública deste Tribunal;

II – custeado pelo Tribunal; e/ou

III – em área de interesse do Tribunal.

§ 3º Será considerada em nome do Tribunal a participação do servidor como instrutor ou palestrante em eventos promovidos pela Escola de Gestão Pública ou, desde que previamente autorizada ou designada pelo Presidente, a participação em eventos de terceiros.

§ 4º Não serão atribuídos pontos nos casos de exercício de cargo em comissão ou função gratificada, inclusive em substituição, por prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias ininterruptos.

CAPÍTULO III

DAS ÁREAS DE INTERESSE

Art. 6º Considera-se área de interesse do Tribunal:

I – as áreas-fim previstas no inciso I do art. 8º da Lei Estadual nº 15.854, de 2008;

II – as áreas que, com o auxílio da Comissão de Gestão de Carreira, assim sejam reconhecidas pelo Presidente.

Art. 7º A Comissão de Gestão de Carreira tem como atribuições:

I – auxiliar o Presidente na definição das áreas de interesse do Tribunal;

II – decidir, em caso de dúvida da Diretoria de Gestão de Pessoas, se os títulos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação ou os certificados de curso de capacitação ou aperfeiçoamento, apresentados para registro, se referem às áreas de interesse do Tribunal;

III – auxiliar o Presidente, no caso de dúvidas, sobre a aplicação desta resolução.

§ 1º A Comissão de Gestão de Carreira será composta por três membros efetivos, sendo, obrigatoriamente, um deles servidor da Diretoria de Gestão de Pessoas e um da Escola de Gestão Pública.

§ 2º A Comissão de Gestão de Carreira será instituída pelo Presidente, no início da gestão, e terá mandato de 2 (dois anos), nos termos previstos no art. 177 do Regimento Interno.

Art. 8º O reconhecimento de nova área de interesse dar-se-á mediante requerimento funcional, endereçado ao Presidente, demonstrando a pertinência temática do curso com as atividades do Tribunal.

§ 1º Recebido o pedido, o Presidente encaminhará o procedimento administrativo à Comissão de Gestão de Carreira para, no prazo de 10 (dez) dias, emitir seu opinativo.

§ 2º Caso entenda necessária, a Comissão poderá solicitar a realização de diligências prévias com o intuito de subsidiar sua manifestação.

§ 3º Ouvida a Comissão, o Presidente decidirá sobre o pedido.

§ 4º Em caso de indeferimento do pedido, o servidor interessado poderá recorrer ao Tribunal Pleno, conforme disciplinado no Regimento Interno.

§ 5º O reconhecimento de nova área de interesse pelo Tribunal terá efeito vinculante para o fim de progressão entre níveis.

Art. 9º Em caso de dúvida, para atribuição de pontos, quanto ao enquadramento de curso de capacitação ou aperfeiçoamento e de graduação ou pós-graduação nas áreas de interesse do Tribunal, a Diretoria de Gestão de Pessoas consultará, por meio de procedimento administrativo, a Comissão de Gestão de Carreira.

§ 1º A Comissão poderá solicitar a apresentação de documentos complementares ao servidor interessado a fim de subsidiar sua decisão.

§ 2º Não reconhecido o enquadramento, a Diretoria de Gestão de Pessoas encaminhará o procedimento administrativo para ciência da decisão pelo interessado.

Art. 10. A verificação e a consolidação da lista de servidores aptos à progressão funcional entre níveis serão realizadas mensalmente pela Diretoria Gestão de Pessoas.

§ 1º Caso o servidor não tenha obtido a pontuação prevista no inciso I do art. 4º, a Diretoria de Gestão de Pessoas verificará a existência de título apresentado na forma do inciso II do mesmo artigo, não considerado em progressões anteriores.

§ 2º Os documentos comprobatórios do preenchimento dos critérios do art. 4º deverão ser protocolados até o último dia do mês anterior àquele em que o servidor fará jus à progressão entre níveis.

§ 3º A progressão funcional será efetivada mediante portaria, disponibilizada no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CAPÍTULO IV

DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 11. Fica assegurada a progressão entre níveis nos termos do regime anterior, previsto na Lei Estadual nº 15.854, de 2008, com a redação dada pela Lei Estadual nº 17.423, de 20 de dezembro de 2012, aos servidores que implementarem os seus requisitos até 31 de dezembro de 2024.

Art. 12. A primeira progressão funcional entre níveis após a data prevista no art. 11 dependerá da aprovação em avaliação de desempenho e:

I – da obtenção da pontuação mínima estabelecida de acordo com a data em que o servidor terá direito à progressão:

Até	Pontos
31/12/2025	15
31/12/2026	35
31/12/2027	50
31/12/2028	65
31/12/2029	85
31/12/2030	100

ou

II – da apresentação de um título de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação em área de interesse do Tribunal.

Parágrafo único. Para o fim do inciso I, serão considerados apenas os pontos obtidos

a partir da data de publicação desta resolução.
Art. 13. Serão atribuídos os pontos previstos no Apêndice Único aos servidores que, na data de publicação desta Resolução, estiverem no exercício das atividades, cargos em comissão ou funções gratificadas previstas nos incisos III, V, VI, VII e VIII do art. 5º.
CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 14. Os casos omissos serão dirimidos, com o auxílio da Comissão de Gestão de Carreira, pelo Presidente do Tribunal.
Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.
Curitiba, 23 de maio de 2024.
Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná
APÊNDICE ÚNICO

ATIVIDADE	PONTOS	FUNDAMENTO NA RESOLUÇÃO
Participação em curso de capacitação e aperfeiçoamento, comprovada mediante a apresentação do respectivo certificado;	15 pontos por 40h	Art. 5º, I, c/c § 2º
Participação em comissão ou comitê;	10 pontos por Ato de designação	Art. 5º, II
Fiscalização de contrato firmado pelo Tribunal;	10 pontos por Ato de designação	Art. 5º, III
Recebimento de voto de louvor, limitado a um por ano;	5 pontos por voto de louvor que no máximo poderá ser contado um por ano	Art. 5º, IV
Exercício do cargo em comissão de Diretor-Geral, Coordenador-Geral de Fiscalização, Diretor, Inspetor, Ouvidor, Secretário ou Assessor Jurídico da Corregedoria-Geral;	15 pontos por Ato de designação	Art. 5º, V c/c § 4º
exercício da função gratificada de Coordenador de Unidade ou Controlador Interno;	15 pontos por Ato de designação	Art. 5º, VI c/c § 4º
Exercício da função gratificada de coordenador de fiscalização, supervisor de área ou contador-geral;	10 pontos por Ato de designação	Art. 5º, VII c/c § 4º
Exercício da função gratificada de gerente de unidade ou pregoeiro;	5 pontos por ato de designação	Art. 5º, VIII c/c § 4º
Participação como instrutor ou palestrante em nome do Tribunal.	0,5 pontos por hora de curso	Art. 5º, IX c/c § 3º

TCEPR
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

GP - Despachos

PROCESSO Nº:-351733/24
ENTIDADE:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
INTERESSADO:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
ADVOGADOS:- ADRIANA MIKRUT RIBEIRO DE GODOY, CAMILA NUNES ESPERIDIAO FERNANDES, CARLOS AUGUSTO ANTUNES, CASSIANO ANDRE KAMINSKI, CHRISTIANNE REGINA LEANDRO POSFALDO, CLAUDIA PICOLO, CYNTHIA GARCEZ RABELLO, ELPIDIO RODRIGUES GARCIA JUNIOR, FELIPE SOLANO MOREIRA MONTEIRO DA FRANCA, GERSON LUIZ DECHANDT, GUSTAVO HENRIQUE RAMOS FADDA, HELDO GUGELMIN CUNHA, HELTON KRAMER LUSTOZA, JAIR ROBERTO DA SILVA, JOAQUIM MARIANO PAES DE CARVALHO NETO, LARA RAITANI BLEY PEREIRA, LETICIA FERREIRA DA SILVA, LIANA SARMENTO DE MELO QUARESMA, LILIANE KRUETZMANN ABDO, LUCIANE CAMARGO KUJO MONTEIRO, LUCIANO DE QUADROS BARRADAS, MARCO AURÉLIO BARATO, MARIA AUGUSTA PAUL CORREA, MARIA DAS GRACAS STRAPASSON DE ANDRADE, MERCIA MIRANDA VASCONCELLOS CUNHA, MURILO ARJONA DE SANTI, PABLO RODRIGUES ALVES, PAULO ROBERTO ADAO FILHO, RODRIGO TOURINHO DANTAS, TAIS LAVEZO FERREIRA DE ALMEIDA, TEREZA CRISTINA MARINONI FREIRE, VALIANA WARGHA CALLIARI, WESLEI VENDRUSCOLO
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-2184/24
Trata-se de requerimento externo instaurado após o recebimento do Ofício nº 2358/2024-PGE/PDA, por meio do qual a Procuradoria-Geral do Estado do Paraná informa o trânsito em julgado da decisão judicial que reconheceu a ilegitimidade ativa do Estado do Paraná para cobrança das dívidas ativas nº 31803918 e 31803977, originadas das Certidões do Tribunal de Contas nº 192/2017 e 182/2017, respectivamente.
A Diretoria Jurídica, por meio da Informação nº 236/24-DIJUR (peça 6), explica que as execuções fiscais foram extintas com base na tese assentada no Tema nº 642 do STF, de que "O Município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal", e sugere a remessa dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, para as providências necessárias à execução dos débitos, e aos relatores dos processos de acompanhamento das cobranças, para ciência.
Ante o exposto, remeta-se o feito ao Gabinete do Excelentíssimo Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, relator dos processos de acompanhamento das cobranças das dívida ativas nº 31803918 e 31803977, Tomada de Contas Extraordinárias nº 30748/13 e 27569/13, para conhecimento.
Após, à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as providências necessárias ao caso.
Ao final, não havendo solicitações de diligências adicionais, autorizo a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para o seu encerramento, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, 23 de maio de 2024.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
__1__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

GP - Termo de Ajuste de Gestão

Sem publicações

GP - Portarias

PORTARIA Nº 293/24
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XXXVII, do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no artigo 118 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e no artigo 10 da Instrução de Serviço nº 119/2018, resolve
DESIGNAR
os servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do contrato abaixo relacionado, conforme discriminação a seguir:

Dados da Contratação		
Contrato n.º 20/2024. Processo originário: 5063-6/22. Contratada: PERFIL COMPUTACIONAL LTDA. Objeto: Contratação de soluções para armazenamento de dados, backup, virtualização de servidores, banco de dados e recuperação de desastres, compostas de equipamentos de processamento, conectividade e armazenamento com garantia para 60 meses, para os novos ambientes de Datacenter em construção na sede do Tribunal. Valor: R$ 1.999.864,00 (um milhão novecentos e noventa e nove mil oitocentos e sessenta e quatro reais). Vigência: de 21/05/2024 a 21/05/2025.		
Função	Responsável	Matrícula
Unidade Gestora	Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI	
Gestor do Contrato	Titular da Diretoria de Tecnologia da Informação	-
Fiscal do Contrato	André Mauricio Teixeira da Silva	51.328-8
Fiscal Substituto do Contrato	Daltoni Humberto Pita Urague	51.874-3

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 22 de maio de 2024.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PORTARIA Nº 294/24
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XXXVII, do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no artigo 118 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e no artigo 10 da Instrução de Serviço nº 119/2018, resolve
DESIGNAR
os servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do contrato abaixo relacionado, conforme discriminação a seguir:

Dados da Contratação		
Contrato n.º 21/2024. Processo originário: 5063-6/22. Contratada: PERFIL COMPUTACIONAL LTDA. Objeto: Contratação de soluções para armazenamento de dados, backup, virtualização de servidores, banco de dados e recuperação de desastres, compostas de equipamentos de processamento, conectividade e armazenamento com garantia para 60 meses, para os novos ambientes de Datacenter em construção na sede do Tribunal. Valor: R$ 4.628.635,80. Vigência: de 21/05/2024 a 21/05/2025.		
Função	Responsável	Matrícula
Unidade Gestora	Diretoria de Tecnologia da Informação	
Gestor do Contrato	Titular da Diretoria de Tecnologia da Informação	-
Fiscal do Contrato	Lúcio Thadeu Coelho de Moura	52.093-4
Fiscal Substituto do Contrato	Ernesto Luis Malta Rodrigues	51.231-1

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 22 de maio de 2024.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PORTARIA Nº 310/24
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar nº 113/2005, resolve
DESIGNAR
o Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO, Matrícula nº 52.012-8, para substituir o Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO, Matrícula nº 50.012-7, durante seu impedimento (férias), pelo período de 26 a 29 de maio de 2024, conforme contido no art. 58, § 4º e § 5º, do Regimento Interno.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 24 de maio de 2024.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

TCEPR

LICITAÇÕES E CONTRATOS

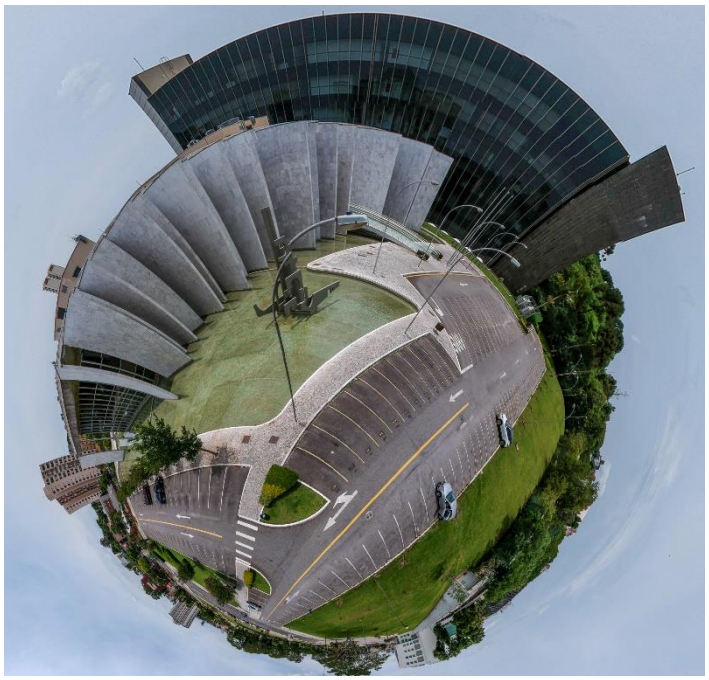
Sem publicações

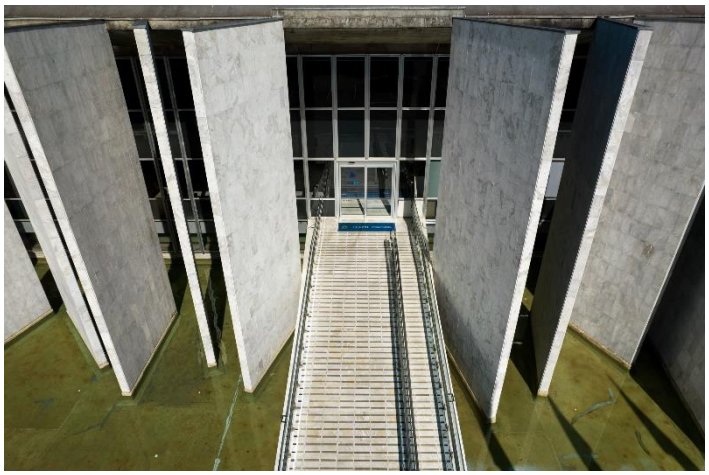












COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2023/2024

TCEPR

Tribunal Pleno

Conselheiro Presidente
- Fernando Augusto Mello Guimarães

Conselheiro Vice-Presidente
- Ivens Zschoerper Linhares

Conselheiro Corregedor-Geral
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- José Durval Mattos do Amaral
- Fabio de Souza Camargo
- Maurício Requião de Mello e Silva
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Claudio Augusto Kania
- Tiago Alvarez Pedroso
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Secretária do Tribunal Pleno – STP
- Maria das Graças Greco

Primeira Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivens Zschoerper Linhares

Conselheiros
- José Durval Mattos do Amaral
- Maurício Requião de Mello e Silva

Conselheiros Substitutos
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Claudio Augusto Kania
- Livio Fabiano Sotero Costa
- José Maurício de Andrade Neto

Secretária da Primeira Câmara – 1ª SECAM
- Maria Augusta Camargo de Oliveira Franco

Segunda Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- Fabio de Souza Camargo
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Tiago Alvarez Pedroso
- Muryel Hey

Secretária da Segunda Câmara – 2ª SECAM
- Mariana Amaral Porto

Corregedoria-Geral

Conselheiro Corregedor-Geral – CG
- Ivan Lelis Bonilha

Coordenadora da Corregedoria
- Crislayne Maria Lima Amaral Nogueira Cavalcante de Moraes

Ministério Público de Contas

Procurador Geral
- Gabriel Guy Léger

Procuradores
- Valéria Borba
- Kátia Regina Puchaski
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Michael Richard Reiner
- Flávio de Azambuja Berti
- Juliana Sternadt Reiner

Secretário-Geral – MPC
- Willian Gregor Michels

Conselheiros – Diretores de Gabinete

Diretor de Gabinete Conselheiro Ivan Lelis Bonilha – GCILB
- Daniele Carriel Stradiotto

Diretor de Gabinete Conselheiro José Durval Mattos do Amaral – GCJDMA
- Celia Cristina Arruda

Diretor de Gabinete Conselheiro Fabio de Souza Camargo – GCFSC
- Mariana Alves Galliano Daros

Diretora de Gabinete Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares – GCIZL
- Cinthya Pedron Caciatori

Diretor de Gabinete Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva– GCMRMS
- Rodolfo Brandao de Proença Jaruga

Diretor de Gabinete Conselheiro Augustinho Zucchi– GCAZ
-

Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete

Gabinete do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – GASRVF
- Jaqueline Lebbos Favoreto

Gabinete do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro – GATBC
- Felipe Medeiros Vedana

Gabinete do Conselheiro Substituto Claudio Augusto Kania – GACAK
- Marcelo da Silva Bento

Gabinete do Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso – GATAP
- Melissa Trento

Gabinete do Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa – GALFSC
- Suzana Aparecida de Oliveira

Gabinete da Conselheira Substituta Muryel Hey – GAMH
- Jaime Lins e Mello Neves

Gabinete do Conselheiro Substituto José Maurício de Andrade Neto – GAJMAN
- Liliana Almeida Costa dos Santos

Inspetorias de Controle Externo

1ª Inspetoria de Controle Externo – 1ª ICE
- Luciane Maria Gonçalves Franco

2ª Inspetoria de Controle Externo – 2ª ICE
- Joelcio Luiz Kloss

3ª Inspetoria de Controle Externo – 3ª ICE
-

4ª Inspetoria de Controle Externo – 4ª ICE
- Rodrigo Duarte Damasceno Ferreira

5ª Inspetoria de Controle Externo – 5ª ICE
- Mauro Munhoz

6ª Inspetoria de Controle Externo – 6ª ICE
- Saul Dorval da Silva

7ª Inspetoria de Controle Externo – 7ª ICE
- Marcio José Assumpção

Administrativo

Diretoria-Geral – DG
- Davi Gemael de Alencar Lima

Gabinete da Presidência – GP
- Vinicius Greco Pazza

Ouvidor de Contas
- Ederson Patrick Severo Machado

Diretoria Administrativa – DA
- Elizandro Natal Brollo

Escola de Gestão Pública – EGP
- Vivian Feldens Cetenareski

Diretoria de Comunicação Social – DCS
- Nilson Pohl

Diretoria Financeira – DF
- Edson Custódio

Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP
- Flavio Alves de Carvalho Sampaio

Diretoria de Planejamento – DIPLAN
- Cintia Aparecida Guizelini Dantas

Diretoria Jurídica – DIJUR
- Carine Rebelo de Almeida Cesar

Diretoria de Protocolo – DP
- Caroline Lemes Karam De Meneses

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI
- Jose Augusto Cheute

Controladoria Interna – CI
- Viviane de Medeiros Pires

Gabinete de Assessoria Militar
- Mauro Celso Monteiro

Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF
- Djalma Riesemberg Junior

Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX
- Leandro Sudré

Coordenadoria de Obras Públicas – COP
- Paulo Augusto Daschevi

Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE
- Wilmar da Costa Martins Junior

Coordenadoria de Gestão Estadual – CGE
- Ednilson da Silva Mota

Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM
- Levi Rodrigues Vaz

Coordenadoria de Auditorias – CAUD
- Vivianeli Araujo Prestes

Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização – COSIF
- Acir José Honório Bueno

Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social - CACS
- Ricardo Alpendre